



# **ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Curso de Infantaria**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES –  
QUE TIPO E ESCALÃO DE FORÇA PODEM EXECUTÁ-LAS?**

**ALUNO: Aspirante Gonçalo Pedro Neves dos Santos**

**ORIENTADOR: Major Rui Manuel Bonita Proença Velez**

**Lisboa, Agosto de 2009**



# **ACADEMIA MILITAR**

**DIRECÇÃO DE ENSINO**

**Curso de Infantaria**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES –  
QUE TIPO E ESCALÃO DE FORÇA PODEM EXECUTÁ-LAS?**

**ALUNO: Aspirante Gonçalo Pedro Neves dos Santos**

**ORIENTADOR: Major Rui Manuel Bonita Proença Velez**

**Lisboa, Agosto de 2009**

## DEDICATÓRIA

**À minha família e a todos os que me apoiaram.**

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho conta com o contributo de várias pessoas, sem o qual não teria sido exequível a sua realização. Como tal, não podia deixar de lhes agradecer.

Ao meu orientador, Major Rui Velez, pela disponibilidade, mesmo com sacrifício do tempo pessoal, agradeço pela sua transmissão e partilha de conhecimento pessoal.

Ao Tenente-Coronel Cipriano, pela sensibilização da importância deste trabalho e pelo apoio prestado desde o início.

Ao Coronel Alpedrinha Pires, pela sua simpatia, disponibilidade e transmissão de conhecimentos e bibliografia, constituindo-se como pilar de sustentação para este trabalho.

Ao Coronel Carlos Pereira e ao Coronel PILAV Vítor Francisco, pela sua imensa disponibilidade e apoio prestado para a realização das entrevistas.

Ao Tenente-Coronel Serra Pedro, Tenente-Coronel Correia e Tenente-Coronel Abreu, pelo tempo dispendido para a realização de entrevistas e pela transmissão de conhecimento sem o qual não era possível realizar este trabalho.

Ao Major Gonçalo Oliveira, pela disponibilidade, entusiasmo e auxílio prestado para a realização deste trabalho, através dos seus preciosos contributos.

Ao Major João Bernardino, pela sua disponibilidade demonstrada ao longo deste trabalho, mesmo com sacrifício para o seu tempo pessoal, pela disponibilização de bibliografia e pelo auxílio na realização de entrevistas.

Ao Tenente-Coronel João Ribeiro e ao Capitão-de-fragata Silvestre Correia, que se constituíram como elementos fulcrais para a realização deste trabalho, reflectida pela sua disponibilidade e entusiasmo.

Ao Tenente-Coronel Pires Mendes, Tenente-Coronel Calmeiro e Capitão Pereira pela sua experiência pessoal partilhada e disponibilidade imediata.

Ao Curso de Infantaria, pelo auxílio na prossecução dos meus objectivos ao longo do percurso na Academia Militar, através do sentimento de união, boa disposição e espírito de camaradagem, o qual foi exacerbado no Tirocínio para Oficial de Infantaria.

À minha namorada Tatiana, pelo apoio e compreensão manifestado ao longo deste ano, não sendo excepção no período de realização deste trabalho.

Aos meus familiares e amigos, pela compreensão da minha indisponibilidade, em prol da realização do trabalho.

A todos muito **OBRIGADO!**



3.1.4 MÓDULO SANITÁRIO .....	29
3.1.5 DESTACAMENTO CIMIC.....	31
<b>3.2 CAPACIDADES ADICIONAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>3.3 VALÊNCIAS ADICIONAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES E PROPOSTAS .....</b>	<b>37</b>
<b>4.1 SÍNTESE CONCLUSIVA.....</b>	<b>37</b>
<b>4.2 PROPOSTAS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>41</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>45</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>48</b>
APÊNDICE A – Integração do Plano de Contingência Civil com o Plano de Contingência Militar .....	49
APÊNDICE B – Regras de Empenhamento.....	53
APÊNDICE C – Exercício LUSÍADA 2008 .....	54
APÊNDICE D – Transmissões.....	58
APÊNDICE E – Apoio Sanitário .....	60
APÊNDICE F – Cooperação Civil-Militar.....	62
APÊNDICE G – Síntese da Transcrição da entrevista ao Coronel Alpedrinha Pires .....	64
APÊNDICE H – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Coronel Francisco .....	69
APÊNDICE I – Síntese da Entrevista ao Coronel Carlos Pereira .....	73
APÊNDICE J – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Tenente-Coronel Correia.....	77
APÊNDICE K – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Tenente-Coronel Pedro .....	82
APÊNDICE L – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Tenente-Coronel Abreu.....	85
APÊNDICE M – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Major Oliveira .....	90
APÊNDICE N – Síntese da Entrevista ao Major Bernardino .....	97
<b>ANEXOS .....</b>	<b>100</b>
ANEXO O – Tipologia das Operações de Resposta a Crises .....	101
ANEXO P – Constituição da Força de Reacção Imediata .....	102
ANEXO Q – Organização Operacional da FRI no Exercício LUSÍADA 2008 .....	105
ANEXO R – 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista.....	106
ANEXO S – Organização do Destacamento CIMIC .....	112
ANEXO T – Fases CIMIC no Exercício LUSÍADA 2008.....	115
ANEXO U – Equipa Médica Avançada .....	116
ANEXO V – Diáspora Portuguesa.....	118



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura A.1:</b> Integração entre o planeamento civil e o planeamento militar. ....	49
<b>Figura O.1:</b> Tipologia das Operações de Resposta a Crises.....	101
<b>Figura P.1:</b> Constituição do Núcleo Inicial da FRI. ....	102
<b>Figura P.2:</b> Organização Operacional Tipo para uma NEO.....	103
<b>Figura P.3:</b> Número de efectivos da Componente Terrestre da FRI.....	104
<b>Figura Q.1:</b> Organização Operacional da FRI no Exercício LUSÍADA 2008.....	105
<b>Figura R.1:</b> Orgânica, possibilidades e limitações de uma UEB Pára-quedista.....	106
<b>Figura R.2:</b> Constituição do Comando da UEB e Companhia de Comando e Apoio. ....	107
<b>Figura R.3:</b> Constituição da Companhia de Comando e Apoio (continuação). ....	108
<b>Figura R.4:</b> Constituição e total da Companhia de Comando e Apoio.....	109
<b>Figura R.5:</b> Constituição da Companhia de Pára-quedistas.....	110
<b>Figura R.6:</b> Resumo do 1ºBatalhão de Infantaria Pára-quedista. ....	111
<b>Figura S.1:</b> Organigrama da Companhia Geral CIMIC.....	112
<b>Figura S.2:</b> Organização da CGerCIMIC e respectivos Destacamentos CIMIC.....	113
<b>Figura S.3:</b> Resumo da Companhia Geral CIMIC. ....	114
<b>Figura S.4:</b> Integração do Elementos de EM CIMIC na FRI. ....	114

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.1:</b> Ambiente Operacional e preparação primária da força.....	14
<b>Quadro T.1:</b> Fases CIMIC no Exercício LUSÍADA 2008.....	115
<b>Quadro U.1:</b> Meios e equipamento da Equipa Médica Avançada.....	117

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela V.1:</b> Diáspora portuguesa.....	118
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### A

<b>AAP</b>	<i>Allied Administrative Publication</i>
<b>ACar</b>	Anti-Carro
<b>ACC</b>	<i>Air Component Command</i> (Comando da Componente Aérea)
<b>ACP</b>	<i>Allied Combined Publication</i>
<b>ADTC</b>	<i>Army Doctrine and Tactics Board</i>
<b>AJP</b>	<i>Allied Joint Publication</i>
<b>AST</b>	Área Segura Temporária

### B

<b>BAI</b>	Base de Apoio Intermédia
<b>BrigRR</b>	Brigada de Reacção Rápida

### C

<b>CCE</b>	Centro de Controlo de Evacuados
<b>CCEB</b>	<i>Combined Communications-Electronics Board</i>
<b>CEDN</b>	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
<b>CEM</b>	Conceito Estratégico Militar
<b>CEME</b>	Chefe do Estado-Maior do Exército
<b>CEMGFA</b>	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
<b>CGerCIMIC</b>	Companhia Geral CIMIC
<b>CID</b>	Comando de Instrução de Doutrina
<b>CIMIC</b>	<i>Civil-Military Cooperation</i> (Cooperação Civil-Militar)
<b>Cmd</b>	Comando
<b>CNPCE</b>	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
<b>COC</b>	Centro de Operações Conjunto
<b>COMFRI</b>	Comandante da Força de Reacção Imediata
<b>CONOPS</b>	Conceito de Operação
<b>CPLP</b>	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>CRO</b>	<i>Crisis Response Operation</i> (Operação de Resposta a Crises)
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>CSI</b>	Comunicações e Sistemas de Informação
<b>CTF</b>	<i>Combined Task Force</i>
<b>CTG</b>	<i>Commander Task Group</i>

<b>D</b>	
<b>DOD</b>	<i>Department of Defense</i> (Departamento da Defesa)
<b>DOE</b>	Destacamento de Operações Especiais
<b>DOS</b>	<i>Department of State</i> (Departamento de Estado)
<b>E</b>	
<b>e.g.</b>	<i>exempli gratia</i> (por exemplo)
<b>EEIN</b>	Espaço Estratégico de Interesse Nacional
<b>EM</b>	Estado-Maior
<b>EME</b>	Estado-Maior do Exército
<b>EMGFA</b>	Estado-Maior General das Forças Armadas
<b>EPI</b>	Escola Prática de Infantaria
<b>etc.</b>	<i>et cetera</i> (e outros)
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>F</b>	
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FM</b>	<i>Field Manual</i>
<b>FOE</b>	Forças de Operações Especiais
<b>FOPE</b>	Força Operacional Permanente do Exército
<b>FRI</b>	Força de Reacção Imediata
<b>G</b>	
<b>GEOMETOC</b>	Geográfico Meteorológico e Oceanográfico
<b>GPS</b>	<i>Global Positioning System</i> (Sistema de Posicionamento Global)
<b>H</b>	
<b>HN</b>	<i>Host Nation</i> (Nação Hospedeira)
<b>HUMINT</b>	<i>Human Intelligence</i> (Informação Humana)
<b>I</b>	
<b>i.e.</b>	<i>id est</i> (isto é)
<b>IESM</b>	Instituto de Estudos Superiores Militares
<b>IGeoE</b>	Instituto Geográfico do Exército
<b>INEM</b>	Instituto Nacional de Emergência Médica
<b>J</b>	
<b>JCS</b>	<i>Joint Chief of Staff</i>

<b>JDCC</b>	<i>Joint Doctrine and Concepts Centre</i>
<b>JOA</b>	<i>Joint Operations Area (Área de Operações Conjunta)</i>
<b>JP</b>	<i>Joint Publication</i>
<b>JWP</b>	<i>Joint Warfare Publication</i>
<b>L</b>	
<b>LCC</b>	<i>Land Component Command (Comando da Componente Terrestre)</i>
<b>LDNFA</b>	Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas
<b>LGA</b>	Lança Granadas Automático
<b>LIVEX</b>	<i>Live Exercise (Exercício Real)</i>
<b>M</b>	
<b>MAI</b>	Ministério da Administração Interna
<b>MCC</b>	<i>Maritime Component Command (Comando da Componente Naval)</i>
<b>MDN</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>ME</b>	Manual Escolar
<b>MIFA</b>	Missões Específicas das Forças Armadas
<b>MMHS</b>	<i>Military Message Handling System</i>
<b>MNE</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>N</b>	
<b>NA5CRO</b>	<i>Non-Article 5 Crisis Response Operation</i>
<b>NATO</b>	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
<b>NEO</b>	<i>Non-Combatant Evacuation Operation (Operação de Evacuação de Não-combatentes)</i>
<b>NTM</b>	<i>Notice to Move (Tempo de Prontidão)</i>
<b>O</b>	
<b>OfAssCiv</b>	Oficial de Assuntos Cívicos
<b>OfInfo</b>	Oficial de Informações
<b>OfLog</b>	Oficial de Logística
<b>OfOp</b>	Oficial de Operações
<b>OfPess</b>	Oficial de Pessoal
<b>OI</b>	Organização Internacional
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPCON</b>	<i>Operational Control (Controlo Operacional)</i>
<b>OPORD</b>	<i>Operation Order (Ordem de Operações)</i>

<b>OPP</b>	<i>Operational Planning Process</i> (Processo de Planeamento Operacional)
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>P</b>	
<b>PAMU</b>	Plataforma de Assalto Multiusos
<b>PEEVAC</b>	Pessoas Elegíveis para Evacuação
<b>PLANCON</b>	Plano de Contingência
<b>PLANOP</b>	Plano de Operações
<b>PSO</b>	<i>Peace Support Operation</i> (Operação de Apoio à Paz)
<b>PSYOPS</b>	<i>Psychological Operations</i> (Operações Psicológicas)
<b>Q</b>	
<b>QGCCOE</b>	Quartel-General Conjunto e Combinado de Operações Especiais
<b>QO</b>	Quadro Orgânico
<b>QOP</b>	Quadro Orgânico de Pessoal
<b>R</b>	
<b>RC</b>	Regulamento de Campanha
<b>ROE</b>	<i>Rules of Engagement</i> (Regras de Empenhamento)
<b>RU</b>	Reino Unido
<b>S</b>	
<b>SATCOM</b>	<i>Satellite Communications</i> (Comunicações Satélite)
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SFN</b>	Sistema de Forças Nacional
<b>SOP</b>	<i>Standard Operating Procedures</i> (Procedimentos Operacionais Normalizados)
<b>T</b>	
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>U</b>	
<b>UEB</b>	Unidade Escalão Batalhão
<b>UEC</b>	Unidade Escalão Companhia
<b>UKEP</b>	<i>United Kingdom Entitled Persons</i>
<b>UN</b>	<i>United Nations</i> (Nações Unidas)
<b>US</b>	<i>United States</i> (Estados Unidos)

## RESUMO

As Operações de Evacuação de Não-combatentes têm como finalidade a evacuação dos cidadãos nacionais de um país em que haja uma crise ou um conflito. A sua missão é a evacuação em segurança dos cidadãos, sendo esta, no caso nacional, apoiada pela Força de Reacção Imediata.

O presente estudo aborda a Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata na participação de uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes. Através do estudo das Operações de Evacuação de Não-combatentes e da realização dos Exercícios LUSÍADA, pretendeu-se apurar as capacidades e valências que possam ser necessárias à Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata para estar apta à condução de uma operação deste tipo em ambiente operacional incerto. Esta análise possibilitou a identificação de algumas hipóteses sobre as Operações de Evacuação de Não-combatentes, justificando, dessa forma, a importância da Força de Reacção Imediata para apoiar este tipo de operação.

O trabalho iniciou-se com uma fase exploratória, clarificando o estado da questão. Posteriormente, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica com uma particular incidência em manuais, directivas, planos e outros trabalhos sobre Operações de Evacuação de Não-combatentes, o Exercício LUSÍADA e a Força de Reacção Imediata, em busca de conceitos teóricos para sustentar o trabalho de campo. A investigação de campo baseou-se na condução de entrevistas a Oficiais relacionados com a Força de Reacção Imediata, o que permitiu dar resposta às perguntas de investigação e verificar as hipóteses formuladas.

Conclui-se que a Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata, embora esteja tecnicamente apta para a condução deste tipo de operação, está manifestamente subdimensionada, devido à parca capacidade de projecção da força e dificuldades logísticas. Para além destas conclusões verificou-se que a Componente Terrestre necessita de outras forças para além das que dispõe, bem como de rentabilizar determinadas valências que possui. Os resultados provenientes da análise das entrevistas e do Exercício LUSÍADA permitem afirmar que a Componente Terrestre precisa de ser redimensionada e reequipada face à probabilidade de actuar no ambiente operacional incerto, propondo-se o uso de uma Unidade Escalão Batalhão Pára-quedista para a Componente Terrestre.

**Palavras-chave: OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES;  
AMBIENTE OPERACIONAL;  
NÃO-COMBATENTE;  
EXERCÍCIO LUSÍADA;  
COMPONENTE TERRESTRE DA FORÇA DE REACÇÃO IMEDIATA.**

## **ABSTRACT**

The Non-combatant Evacuation Operations have the purpose of evacuating the national citizens of a country where there is a conflict or a crisis. So, its mission is the safe evacuation of the national citizens, being this assured by the Immediate Reaction Force.

The present study deals with the Land Component of the Immediate Reaction Force to conduct a Noncombatant Evacuation Operation. Through the study of the Noncombatant Evacuation Operations and the execution of LUSÍADA Exercises, it was intended to ascertain the capabilities and skills that may be necessary to the Land Component of the Immediate Reaction Force to be able to conduct an operation of this type in an uncertain operational environment. This analysis allowed the identification of some assumptions about the Non-combatant Evacuation Operations, justifying thus, the importance of the Immediate Reaction Force to conduct this type of operation.

The work began with an exploratory phase, clarifying the status of the issue. Subsequently, it was made a literature research with a particular focus on manuals, directives, plans and other works about Non-combatant Evacuation Operations, the LUSÍADA Exercise and the Immediate Reaction Force, in search of theoretical concepts to sustain the fields work. The field research was based on the conduct of interviews to Officials, who are related to the Immediate Reaction Force, which allowed to answer the investigation questions and verify the formulated assumptions.

It concludes that the Land Component of the Immediate Reaction Force although it is technically able to conduct this type of operation, is clearly undersized, due to sparse capability of projecting the force and logistical difficulties. In addition to these conclusions it was verified that the Land Component needs other forces further than those that already have and needs to maximize certain skills that possess. The results from analysis of interviews and of LUSÍADA Exercise allow to pronounce that the Land Component needs to be resized and reequipped face to the probability of acting in the uncertain operational environment, offering the use of an Airborne Battalion for the Land Component.

**Key-Words: NON-COMBATANT EVACUATION OPERATIONS;  
OPERATIONAL ENVIRONMENT;  
NON-COMBATANT;  
LUSÍADA EXERCISE;  
LAND COMPONENT OF THE IMMEDIATE REACTION FORCE.**

*“A auto-satisfação é inimiga do estudo. Se  
queremos realmente aprender alguma coisa,  
devemos começar por libertar-nos disso.  
Em relação a nós próprios devemos ser  
insaciáveis na aprendizagem e em relação  
aos outros, insaciáveis no ensino”*

Mao Tse-tung

*“The will is rooted in character, and for the  
man of action character is of more critical  
importance than intellect. Intellect without will  
is worthless, will without intellect is dangerous”*

Hans von Seeckt

# INTRODUÇÃO

Após a queda do muro de Berlim, em 1989, começou-se a transparecer um ambiente de segurança no quadro político internacional, assim como a formação de um sistema de segurança cooperativo entre países. Porém, com o evoluir dos anos, verificou-se que com os novos tipos de ameaças, o terrorismo, os desastres naturais, os extremismos religiosos, étnicos e culturais, os países eram vulneráveis à instabilidade política e social. Em consequência dessas ameaças constatamos que o país pode não ser capaz de prover a segurança à população, o que, conseqüentemente, poderá colocar a sua vida em risco. Os Estados com uma estrutura política, económica ou social frágil são os mais propensos, em virtude de alguma ameaça ou mesmo ao entrar em conflito, a não garantir a segurança da população (EME, 2005b).

A própria defesa dos cidadãos nacionais é referida na Constituição da República Portuguesa (CRP), em virtude de o Estado garantir a protecção aos cidadãos portugueses, visando o aumento da coesão nacional.

Considerada a diáspora portuguesa no mundo<sup>1</sup>, percebemos a razão pela qual as Operações de Evacuação de Não-Combatentes (NEO)<sup>2</sup>, enquadradas nas Operações de Resposta a Crises (CRO)<sup>3</sup>, se revestem de elevada importância, visto que a sua dispersão e dimensão se constituem como factores que aumentam a probabilidade de Portugal ter que assegurar a protecção dos cidadãos que se encontrem fora do território nacional.

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), cuja realização surge como parte integrante do Tirocínio para Oficial, está subordinado ao tema “*Operações de Evacuação de Não-Combatentes (NEO): Que tipo e escalão de força podem executá-las*”. O referido tema é de uma importância vital para o Exército, assim como para os restantes ramos das Forças Armadas, uma vez que é um tipo de operação executado em conjunto pelos três ramos e com uma estreita relação político-militar.

As NEO são realizadas no âmbito das CRO e apesar de ser realizado em conjunto pelos três ramos das Forças Armadas (FA), permitindo uma sinergia no aumento do potencial das forças, focalizámo-nos apenas no Exército, mais concretamente na Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata (FRI), actuando em ambiente

---

<sup>1</sup> Ver Anexo V – Diáspora Portuguesa.

<sup>2</sup> Para facilitar a leitura utiliza-se o termo Operações de Evacuação de Não-Combatentes (NEO) em vez de Apoio a Operações de Evacuação de Não-Combatentes, não deixando de referir que as forças militares apoiam a realização de uma NEO.

<sup>3</sup> Para facilitar a leitura utiliza-se o termo Crisis Response Operations (CRO) em vez de Non-Article 5 Crisis Response Operations (NA5CRO).

operacional incerto. Face ao emprego das Forças de Operações Especiais (FOE) neste tipo de operação, decidimos não as incluir, uma vez que estas estão integradas na Componente de Operações Especiais. Pretendemos, igualmente, particularizar os meios, as capacidades, valências e implicações que a Componente Terrestre da FRI terá que integrar, para conduzir de melhor forma as operações de evacuação de não-combatentes dado um ambiente operacional específico. Tentámos de igual modo revelar aspectos referentes às restantes componentes que sejam importantes para a condução das NEO. Para isso, foi necessário analisar os Exercícios LUSIADA uma vez que constituem o processo de identificação de capacidades e de limitações da FRI para a condução de uma NEO e fonte de conhecimento.

Neste tema serão tidas em conta várias doutrinas, a dos EUA, a do RU e a da OTAN, constituindo-se a doutrina da OTAN, na nossa referência<sup>4</sup>. Apesar dos conceitos referentes às NEO estarem em contínua evolução, tivemos em conta a actualidade, não deixando de aludir ao passado.

Face à complexidade do tema investigado, dado que estas operações são realizadas a nível conjunto e, face às poucas referências bibliográficas relativas à força em questão, o problema será abordado de uma forma geral, com o objectivo de identificar o que pode ser melhorado em relação à Componente Terrestre da FRI.

A metodologia seguida para a elaboração do presente estudo teve por base uma pesquisa bibliográfica inicial, com especial incidência sobre fontes escritas, especialmente a doutrina da OTAN, a doutrina dos EUA, a doutrina do RU e, no caso nacional, o Regulamento de Campanha de Operações e os manuais escolares do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). Também recorreremos a publicações em formato digital, especialmente na Internet e a publicações periódicas, ou seja, fontes secundárias. Com o objectivo de verificar a pertinência, exequibilidade e fecundidade da temática, realizámos entrevistas semidirectivas<sup>5</sup> a entidades que possuem conhecimento aprofundado sobre este assunto.

Através dos manuais de referência efectuaram-se várias comparações de conceitos que estão relacionados com o tema e numa fase mais avançada, as entrevistas semidirectivas foram orientadas para o estudo da Componente Terrestre da FRI, abrangendo Oficiais da Força Aérea e Exército, das Armas de Infantaria e Artilharia, uma vez que já existiam questões formuladas às quais era fundamental dar resposta. Todos os Oficiais que foram entrevistados possuem credibilidade e experiência sobre a temática em questão, uma vez que a sua área de responsabilidade está directamente relacionada com o

---

<sup>4</sup> Será necessário traduzir para português alguns termos referentes às NEO utilizadas por outros países. Também iremos utilizar frequentemente expressões e termos OTAN, que poderão não ser traduzidos devido à sua incompreensão lexical.

<sup>5</sup> A entrevista semidirectiva dispõe de uma "... série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado." (Quivy & Campenhoutd, 2008, p. 192).

tema<sup>6</sup>. Posteriormente, procedeu-se ao estudo de relatórios do Exercício LUSIADA e de Planos de Contingência (PLANCON) relativos ao tema assim como às entrevistas realizadas, constituindo-se como fonte primária. Com o intuito de fecundar conhecimento sobre esta temática, foi realizado um estudo de carácter não experimental<sup>7</sup>, de exploração e de descrição de fenómenos<sup>8</sup> (Fortin, 1999), utilizando o método qualitativo<sup>9</sup> e uma técnica de análise estrutural propriamente dita<sup>10</sup> (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Como questão central identificámos: *“Está a Componente Terrestre da FRI apta a conduzir Operações de Evacuação de Não-Combatentes numa eventual degradação do ambiente operacional?”*.

Como questões derivadas foram identificadas as seguintes:

- *“Qual o enquadramento das Operações de Evacuação de Não combatentes nas CRO dado o sistema internacional actual?”*,
- *“Quais os ambientes operacionais e sua eventual degradação onde a Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata poderá conduzir Operações de Evacuação de Não-combatentes?”*,
- *“Com base no Exercício Lusíada, foram identificadas capacidades e valências adicionais necessárias à Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata?”*,
- *“Qual a capacidade adicional necessária à Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata em ambiente operacional incerto?”*,
- *“Quais as valências que a Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata não possui para conduzir uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes em ambiente operacional incerto?”*

Com base na questão central e questões derivadas tomámos como hipóteses orientadoras:

- Atendendo à evolução do actual sistema internacional é necessária uma revisão sobre o conceito NEO e CRO, assim como a revisão do seu enquadramento.
- A Componente Terrestre da FRI tem possibilidade de executar NEO em ambiente incerto.

---

<sup>6</sup> Os Oficiais em causa desempenharam funções relativas ao comando da Força de Reacção Imediata, ao comando da Componente Terrestre e como Chefe da Repartição de Planos da Divisão de Operações do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), que conseqüentemente obrigou a que o Guião da Entrevista estivesse estruturado de acordo com a função dos respectivos Oficiais, mudando assim as perguntas realizadas.

<sup>7</sup> O estudo não experimental é uma investigação em que não existe uma intervenção por parte do investigador, ou seja, o objecto de estudo não é posto em prática pelo investigador (Fortin, 1999).

<sup>8</sup> Deriva da realização de um estudo de caso sobre a força em causa, em consequência da falta de bibliografia sobre a força (Fortin, 1999).

<sup>9</sup> Segundo Quivy & Campenhoudt (2008, p.227), o método qualitativo tem como “... informação de base a presença ou a ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos (...) estão articulados uns com os outros.”

<sup>10</sup> A análise estrutural propriamente dita tem como objectivo “... revelar os princípios que organizam os elementos do discurso, independentemente do próprio conteúdo destes elementos.” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p.229).

- O Exercício LUSÍADA permitiu verificar que existe necessidade de capacidades e valências adicionais à Componente Terrestre da FRI, resultado dos exercícios realizados ao longo dos anos.
- A Componente Terrestre utiliza todos os meios orgânicos que o núcleo inicial da FRI tem ao seu dispor.
- A Componente Terrestre da FRI não possui todas as capacidades necessárias à condução de NEO em ambiente incerto.
- A Componente Terrestre da FRI não possui todas as valências necessárias à condução de NEO em ambiente incerto.

Com base na análise da bibliografia, da investigação de campo e, com a reflexão e o estudo de factos corroborados, passámos à verificação das hipóteses, o que nos permitiu chegar a uma conclusão, onde podemos verificar as capacidades da Componente Terrestre da FRI na condução de uma NEO em ambiente operacional incerto.

O trabalho encontra-se organizado em cinco partes: a Introdução, três Capítulos e Conclusão/Proposta. Após a Introdução, o primeiro capítulo, constitui-se como uma revisão de literatura que inclui, de forma concisa, o enquadramento de conceitos particulares que a temática em causa integra, com o objectivo de familiarizar o leitor com a problemática em questão, sendo colmatado com base na análise das entrevistas. No segundo capítulo verificámos de que forma é que o Exercício LUSÍADA é pertinente para a validação da FRI para a condução de NEO, através da análise de bibliografia e das entrevistas realizadas, assim como a necessidade de executar treinos conjuntos, com o objectivo de identificar possibilidades e limitações na Componente Terrestre da FRI na realização desse exercício. No terceiro capítulo identificámos as valências que faltam à Componente Terrestre da FRI assim como as capacidades e meios adicionais que esta necessita, com base na análise das entrevistas realizadas e do estudo do Exercício LUSÍADA. De seguida, são apresentadas as conclusões e respectivas respostas às questões derivadas, visando a validação das hipóteses inicialmente formuladas, dando resposta à questão central. Com base nas conclusões serão enunciadas propostas que entendemos serem adequadas à temática.

# CAPÍTULO 1 – ESTADO DA ARTE

Para sustentar o trabalho de campo a ser desenvolvido no Capítulo II e III do trabalho, é essencial contextualizar teoricamente os principais conceitos associados à temática proposta. Assim, este capítulo faz uma abordagem às NEO, apresentando e relacionando os conceitos de CRO e NEO, desenvolvendo algumas noções inerentes à temática, as quais são colmatadas com base nas entrevistas realizadas

## 1.1 ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

“NEOs can be characterized by the environment  
in which they are conducted”  
(NATO, 2005, p. 4-5)

### 1.1.1 OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES

Com o fim da Guerra Fria, o pensamento sobre a defesa e segurança do Estado tem tido uma grande evolução, com este marco importante foi a vez de a ONU tomar o protagonismo de arbitrar conflitos no quadro político internacional e a OTAN rapidamente ter-se adaptado aos novos tipos de conflitos, concretamente a ameaças consideradas secundárias até à altura.

O sistema político internacional vem assistindo a uma mudança marcada pelo aparecimento de conflitos e tensões intra-estatais e para-estatais, resultantes de diferenças religiosas, económicas, étnicas e nacionalistas. Estes conflitos podem não ser resultantes de diferenças entre estados, mas sim de diferenças que existam dentro dos próprios estados, em que a conflitualidade seja demarcada por um ambiente em que haja atrito entre as partes em conflito, sem ser especificamente militar, podendo abranger um leque variado de acções nefastas entre as partes, sem terem objectivos bem definidos (EME, 2005b).

Outro marco importante foi o 11 de Setembro de 2001, que permitiu constatar como é possível fragilizar um Estado considerado como uma potência mundial. Concomitantemente, passou a existir um maior sentimento de insegurança, uma vez que a “ameaça militar” era a fonte de insegurança primordial, aumentando o número e tipo de fontes de insegurança<sup>11</sup>, fazendo com que o inimigo e a ameaça sejam termos facilmente confundidos (EME, 2005b).

---

<sup>11</sup> Movimentos migratórios, extremismos culturais, étnicos e religiosos, instabilidade política e social de alguns Estados, terrorismo, desastres naturais.

Com este novo tipo de ameaças verifica-se que houve um aumento nas operações e tarefas de resolução e prevenção de conflitos, importando rever o conceito sobre as CRO, enquadrando as NEO dentro destas. Para que possamos compreender onde se enquadram as NEO, é necessário saber que as CRO dividem-se em duas partes: as Operações de Apoio à Paz (PSO) e Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises. Na doutrina da OTAN as CRO estão designadas como *Non-Article 5 Crisis Response Operations* (NA5CRO) (NATO, 2005). Com o objectivo de clarificar o significado do conceito CRO, recorreremos ao EME (2005b, p. III-14-2), que as define como "... operações multifuncionais que abrangem actividades políticas, militares e civis, executadas de acordo com a lei internacional, incluindo o direito internacional humanitário, que contribuem para a prevenção e resolução de conflitos e gestão de crises...". Com esta transcrição percebemos que as CRO regem-se pelo direito internacional, incluindo o direito internacional humanitário, sendo implícita a contenção do uso da força, em que o seu raio de acção vai desde as operações com o apoio de agências civis até às acções de combate.

De forma a enquadrar as NEO dentro das CRO, o NATO (2005, p. XIII) refere que "As forças da Aliança adicionalmente podem executar operações de extracção, tarefas de apoio a desastres e apoio humanitário, procura e resgate, ou Operações de Evacuação de Não-Combatentes..."<sup>12</sup>. Verifica-se, desta forma, que as NEO se encontram na tipologia de operações das CRO<sup>13</sup>.

Contudo, o conceito relativo ao enquadramento das NEO poderá ser revisto uma vez que prescinde da anterior definição compartimentada das operações militares, assim, numa campanha "... as forças conjuntas poderão conduzir uma variedade de actividades, incluindo o combate, assistência humanitária, imposição da ordem, mediação de confrontos e segurança do sector..."<sup>14</sup> (NATO, 2007d, p. 1-14). Com esta citação verificamos que numa Campanha poderão existir várias actividades que permitam abranger todo o espectro de conflitos que poderão existir, onde num local se poderá prestar assistência humanitária e noutro local poderá estar a decorrer acções de combate.

### 1.1.2 OPERAÇÕES DE EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES

Ao abordar as Operações de Evacuação de Não-Combatentes é necessário definir o que são, delineando de forma concisa o conceito de Operações de Evacuação de Não-Combatentes. Embora Portugal tenha a doutrina da OTAN como doutrina de referência, considera-se pertinente estudar as definições de outros países, cuja doutrina não deve ser ignorada, já que a condução de uma NEO pode ser conduzida a nível nacional, bilateral,

---

<sup>12</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>13</sup> Ver Anexo O – Tipologia das Operações de Resposta a Crises.

<sup>14</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

multinacional ou no âmbito de uma Organização Internacional (OI) (EME, 2005b), permitindo tirar conclusões acerca de como algumas operações foram executadas. Com o que foi apresentado, foi justificada a necessidade de estudar a definição deste tipo de operação pelas outras nações.

Para o RU, as NEO são “...operações conduzidas para recolocar, os não-combatentes designados que se encontrem sob ameaça num país estrangeiro, para um local seguro”<sup>15</sup> (Joint Doctrine and Concepts Centre [JDCC], 2000, p. 1-1). Segundo a doutrina do RU a deslocação pode ser temporária ou permanente, podendo mesmo ser deslocados no mesmo país onde ocorre a NEO, desde que seja para um local seguro. Também considera que a ameaça possa surgir de um desastre natural ou de um conflito.

Já na doutrina dos EUA, as NEO

*“... são conduzidas para apoiar o Departamento de Estado (DOS) na evacuação de não combatentes, pessoal civil do Departamento de Defesa (DOD), cidadãos seleccionados da nação hospedeira, e nacionais de países terceiros cujas vidas estejam em perigo, a partir de locais numa nação hospedeira estrangeira para um lugar seguro apropriado.”*<sup>16</sup> (Joint Chief of Staff [JCS], 2007, p. I-1).

Relativamente à doutrina da OTAN, cuja doutrina é a nossa de referência, define NEO como “...operações conduzidas para recolocar, os não-combatentes designados que se encontrem sob ameaça num país estrangeiro para um local seguro”<sup>17</sup> (NATO, 2007b, p. xiii). Esta definição é semelhante à que Portugal utiliza, uma vez que as operações NEO “... podem ser descritas como operações conduzidas para recolocar (num lugar seguro) não-combatentes ameaçados num país estrangeiro” (EME, 2005b, p. III-14-20), constatando-se que a definição adoptada assemelha-se à definição da doutrina do RU e da OTAN.

A definição de NEO não foi sempre a mesma, uma vez que ao longo do tempo e com a condução de NEO foi-se alterando a própria definição. A definição actual de Portugal é diferente da definição de NEO anteriormente adoptada, em que estava definida como operações “... conduzidas para procurar, localizar, identificar, recolher e evacuar e, em algumas situações extrair, pessoal, restos mortais, equipamento sensível ou outros itens considerados críticos para a segurança do Estado Português...” (IAEM, 2003, p. I-1), embora esta definição fosse mais abrangente, continha notoriamente implicações políticas. Dado que actualmente as NEO têm fins humanitários e sem mais alcance político que uma operação humanitária poderá vir a ter (Francisco, 2009)<sup>18</sup>, ao contrário da definição de NEO anteriormente adoptada. Uma forma de verificar que uma NEO realizada por forças militares não tem objectivos notoriamente políticos, é demonstrado pela forma como o Plano

---

<sup>15</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>16</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>17</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>18</sup> Ver Apêndice H – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Coronel Francisco.

PÉGASO<sup>19</sup> se integra no Plano REGRESSO<sup>20</sup>, permitindo assim verificar que as forças só conduzem uma NEO após uma Directiva Iniciadora por parte do Governo<sup>21</sup>.

Constatamos que existe um objectivo de deslocar o pessoal a ser evacuado para fora da Nação Hospedeira (HN) ou então para um lugar seguro dentro da mesma. Assim verifica-se que a nação que irá executar a NEO não tem como intenção interferir nos assuntos internos da HN, uma vez que não pretende manter as suas forças na HN, evitando complicações políticas.

Em síntese, das definições anteriormente apresentadas, verificamos que estas operações são executadas com o objectivo de garantir a segurança dos cidadãos nacionais, ou seja, tem implicitamente razões humanitárias. Apesar de o conceito NEO ter evoluído ao longo dos tempos, averiguamos que o actual conceito NEO não está passível de ser revisto.

### **1.1.3 NÃO-COMBATENTE**

Com o intuito de clarificar algumas variantes que estão incluídas numa Operação de Evacuação de Não-Combatentes, consideramos relevante definir o que é um Não-combatente, uma vez que existe uma forte ligação político-militar. Importa salientar, que quaisquer consequências que surjam das acções militares serão reflectidas a nível político, assim, é conveniente clarificar o que é o não-combatente uma vez que podem surgir casos dúbios sobre quem deverá ser ou não. Uma forma de uniformizar e reduzir o aparecimento de estes casos é ter como linhas orientadoras o acervo internacional, baseando-se assim na Convenção de Genebra e nos Protocolos Adicionais.

Na doutrina do RU não existe a designação de não-combatente, mas em vez desse, aparece o termo *United Kingdom Entitled Persons*<sup>22</sup> (UKEP) que são "... cidadãos britânicos, incluindo pessoal militar britânico classificado como não-combatente e outros cidadãos não britânicos, para quem o Governo de Sua Majestade ou Seu Representante no país tenha assumido a responsabilidade"<sup>23</sup> (JDCC, 2000, p. 1-1), estas são as pessoas a quem é reconhecido o direito à protecção e evacuação, é referido que os UKEP são quaisquer cidadãos britânicos ou outros nacionais estrangeiros que estejam abrangidos pelo Plano de Contingência Civil.

No caso da doutrina americana, não-combatente, é todo o

*"... cidadão americano que pode ser mandado evacuar por uma autoridade competente, incluindo: funcionários civis de todas as agências do governo americano e suas dependências, exceptuando*

---

<sup>19</sup> Um Plano de Contingência Militar é "... orientado para a execução de operações de evacuação de cidadãos nacionais." (IAEM, 2003, p. IV-19).

<sup>20</sup> Um Plano de Contingência Civil é "... fundamentalmente destinado a permitir a evacuação os cidadãos com recurso a meios civis, inclui as informações essenciais para permitir o emprego de forças militares em caso de necessidade." (IAEM, 2003: IV-18).

<sup>21</sup> Ver Apêndice A – Integração do Plano de Contingência Civil com o Plano de Contingência Militar.

<sup>22</sup> Pessoas a quem de direito à protecção pelo Reino Unido.

<sup>23</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

os residentes no país onde é conduzida a NEO para os quais tem que ser levada em conta a sua vontade de ser evacuado; pessoal militar das Forças Armadas dos EUA especificamente designados para a evacuação como não-combatentes e dependentes dos membros das Forças Armadas dos EUA.”<sup>24</sup> (JCS, 2007, p. GL-7).

Ainda são considerados não-combatentes

“... os cidadãos americanos e outros cidadãos que podem ser autorizados ou socorridos (mas não necessariamente mandados evacuar) por uma autoridade competente, incluindo: funcionários civis de todas as agências do governo americano e suas dependências, residentes no país onde é conduzida a NEO para os quais tem que ser levada em conta a sua vontade de ser evacuado; cidadãos e seus dependentes que não são funcionários das agências governamentais e respectivas dependências; Pessoal militar e seus dependentes quando não tenha sido dada ordem de evacuação e estrangeiros designados, incluindo dependentes de funcionários das agências governamentais e de militares de acordo com o definido pelo Departamento de Estado.”<sup>25</sup> (JCS, 2007, p. GL-7).

Tanto Portugal como a OTAN não apresentam uma definição de Não-combatente.

Porém, clarifica que os não-combatentes são designados por *Entitled Persons*<sup>26</sup> e que o Embaixador é o responsável pela sua identificação e evacuação (NATO, 2007b).

Com o intuito de verificar a existência de uma definição clara e concisa sobre o que é o não-combatente, constata-se que “... a definição de não-combatente deve deste modo, realizar-se pela exclusão das categorias de intervenientes no conflito, para além das que combatem” (IAEM, 2003, p. I-8), verifica-se nesta citação que existe uma delimitação no sentido de tornar a definição a menos ambígua possível. Com o decorrer da operação, podem aparecer casos dúbios, desta forma

“... em caso de fundada dúvida, a diferenciação será obtida por recurso aos critérios da distinção, da actividade, dos direitos, das obrigações, da punibilidade e da protecção, sem ignorar a regra do artigo 50º do Protocolo Adicional I que estatui a necessidade dos casos «menos claros» serem considerados civis.” (IAEM, 2003, p. I-9).

Para a definição apresentada tem que se ter em conta que são tratados apenas os cidadãos nacionais e cidadãos de outros estados cujas Embaixadas respectivas solicitaram auxílio (IAEM, 2003).

Em suma, relativamente aos EUA, a sua doutrina em nosso entender, não caracteriza o não-combatente, uma vez que não especifica se pertence ou não ao conflito, podendo desta forma interferir nos assuntos internos da HN. Por último, o RU define as pessoas que têm direito a serem protegidas, substituindo a expressão de não-combatente por UKEP. De referir igualmente que os UKEP incluem pessoal militar, desde que classificado como não-combatente, mas não prevê se estes pertencem ao não ao conflito, o que se verifica igualmente na doutrina dos EUA, em que ao não definir se o não-combatente pertence ou não ao conflito, poderá interferir nos assuntos internos da HN. Pelo que foi descrito, verifica-se que a existência de casos dúbios poderá trazer complicações políticas, interferindo nos assuntos internos da HN. Com o que foi referido, verifica-se que o IAEM (2003) é o que melhor caracteriza o não-combatente, já que de acordo com o Artigo 43.º do Protocolo Adicional I, se não é parte do conflito, então é não-combatente.

<sup>24</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>25</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

<sup>26</sup> Neste trabalho iremos tratar os *Entitled Persons* por Pessoas Elegíveis para Evacuação (PEEVAC).

## 1.2 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

*“There are some militarists who say: ‘We are not interested in politics but only in the profession of arms.’ It is vital that these simple-minded militarists be made to realize the relationship that exists between politics and military affairs. Military action is a method used to attain a political goal. While military affairs and political affairs are not identical, it is impossible to isolate one from the other.”*  
(Mao Tse-tung *apud* JCS, 2007, p. II-1)

O enquadramento legislativo aqui descrito tem como objectivo delimitar legalmente a FRI, uma vez que para ser criada teve que o ser através de orientações dadas pelo Governo. Tendo em conta os objectivos permanentes do Estado, nomeadamente a segurança (Borges, 2004), o Governo levantou as necessidades inerentes à prossecução deste objectivo. Dada a existência da diáspora portuguesa no mundo, levantou-se a necessidade de garantir a segurança dos cidadãos que constituem as comunidades portuguesas que se encontram espalhadas pelo globo. Como vem descrito na Constituição da República Portuguesa (2005, p. 12), no seu Artigo 14.º, refere que “Os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da protecção do Estado...” e no seu Artigo 44.º, prevê que “A todos é garantido o direito de emigrar ou de sair do território nacional e o direito de regressar.” (Constituição da República Portuguesa, 2005, p.26). Já na Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas (LDNFA), segundo a Lei n.º 29/82 (1982, p. 4066) é referido no seu Artigo 9º que “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias...”. Verificamos desta forma que o Estado tem o dever de proteger os cidadãos fora do território nacional.

No Presidência do Conselho de Ministros (2005) alude-se às FA na manutenção de paz e segurança internacional, assim como na ajuda humanitária, respeitando o direito internacional, inclusive na execução de operações conjuntas com forças da OTAN, também é expresso o facto de existir a necessidade de modernizar as forças armadas de forma a assumir a evacuação de nacionais em zonas de perigo.

No Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2003 faz-se referência à coesão nacional entre todos os portugueses, dentro e fora do território nacional, valorizando assim as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, também é referido que para defesa da coesão nacional, a vida dos cidadãos portugueses é defendida, inclusive em territórios fora de Portugal<sup>27</sup>. Nesse documento consta ainda a criação de uma Força de Reacção Rápida e, no desempenho das missões das FA é referida a capacidade de

<sup>27</sup> Consecução da política externa de Portugal

protecção e evacuação de cidadãos nacionais, em áreas de tensão ou de crise, assim como uma rápida intervenção em caso de ser necessário o uso de forças militares (Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003, 2003). Com o que foi referido anteriormente, constatamos que a Força de Reacção Rápida é criada a fim de proteger e evacuar cidadãos fora de Portugal.

Já o Ministério da Defesa Nacional [MDN] (2004) explicita que no âmbito do apoio à política externa, a protecção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise é assegurada.

Na EME (2007) é referida a contribuição para a concretização dos objectivos do Estado por parte das FA, materializando-se como um instrumento para a política externa assim como para a protecção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou de crise, através da permanência de forças e de meios com uma elevada capacidade de reacção.

Na CEMGFA (2001) é referido que com uma eventual necessidade de constituir uma Força de Reacção Imediata e em simultâneo existirem forças empenhadas no exterior, é necessário optar por um núcleo de forças mais modesto para a FRI. Nesta directiva é descrito que a FRI está vocacionada, mas não limitada, para intervenções de curta duração com o objectivo de proteger cidadãos nacionais que se encontrem fora de Portugal em que o ambiente operacional seja permissivo.

Já CEMGFA (2005), que altera a Directiva N°05/CEMGFA/2001, trata o aprontamento, treino e manutenção da prontidão da FRI. Nesta Directiva a FRI é indigitada por períodos de um ano e refere que pode ser utilizada para a realização de exercícios conjuntos para a verificação de interoperabilidade entre as forças dos três Ramos das FA. Também, delimita o seu núcleo inicial<sup>28</sup>, bem como o seu nível de prontidão em categoria 2<sup>29</sup>, incluindo o tempo de sustentação que deve possuir, sendo este de sete dias.

Segundo o Conselho Superior de Defesa Nacional (2004), é referido que as forças militares deverão focar-se nas CRO. Nesta proposta também é exposta, às três Brigadas constituintes da Força Operacional Permanente do Exército (FOPE), a colaboração na salvaguarda dos interesses nacionais, na evacuação de cidadãos portugueses de áreas de crise ou de conflito. Na capacidade de Reacção Rápida, alude-se à projecção e empenhamento de forças orientadas para situações que requeiram forças ligeiras de reacção rápida nas CRO.

Segundo CEME (2007c), é referido que, anualmente, é executado o exercício LUSIADA a fim de obter e melhorar a prontidão operacional da FRI, entrando posteriormente em período de *stand-by*, referindo também quais as forças que o Exército deve ceder para a FRI. Já Comando Operacional (2007c) refere que, no âmbito do exercício LUSÍADA, a

---

<sup>28</sup> Ver Anexo P – Constituição da Força de Reacção Imediata.

<sup>29</sup> Estado de prontidão de 5 dias *Notice to Move* (NTM).

Brigada de Reacção Rápida (BrigRR) prepara-se com os meios atribuídos à FRI para conduzir NEO em ambientes permissivos.

Em suma, o enquadramento legislativo descrito permite-nos entender como foi criada a FRI, não o tendo sido por iniciativa própria das FA, mas sim por orientação do Governo, uma vez que um dos objectivos primários do Estado é o dever de conferir segurança aos cidadãos, incluindo aqueles que se encontrem fora do território de Portugal. Através da análise de Legislação e de Directivas averiguamos especificidades sobre esta força, e entendemos como foi criada e qual a sua finalidade.

### 1.3 AMBIENTE OPERACIONAL

O ambiente operacional<sup>30</sup> numa NEO é distinguido pelo nível de consentimento que a HN tem para com as forças militares presentes na realização da operação. Segundo IESM (2006); JCS (2007); JDCC (2000) e NATO (2007b) existem três categorias em relação ao ambiente operacional para a execução de uma NEO, sendo estes: permissivo, incerto e hostil.

O ambiente operacional permissivo surge após a ocorrência de um desastre natural ou de distúrbios civis<sup>31</sup>. Estas causas não viabilizam a existência de resistências à execução da Operação, não se esperando oposição. Espera-se, antes, que haja o consentimento da HN e, eventualmente, o seu apoio. Neste tipo de ambiente operacional pode não se justificar o uso de forças militares ou então o uso mínimo de forças militares, devido à baixa ocorrência de entraves que se possam colocar para a execução da operação, mas o seu uso pode ser necessário para executar acções de reconhecimento e de apoio logístico, médico e de transporte. O Estado-Maior (EM) deve estar permanentemente em contacto com possíveis alterações do ambiente a fim de permitir fazer face a novas situações que coloquem o ambiente operacional menos permissivo, podendo passar para incerto ou até mesmo hostil (NATO, 2007b). Todavia, segundo Abreu (2009)<sup>32</sup>, o ambiente operacional permissivo contém ameaças, uma vez que o Governo desse país não controla todos os grupos no seu território, encontrando-se a ameaça presente, embora com pouco risco.

O ambiente operacional incerto caracteriza-se pelo facto do Governo, que pode ou não encontrar-se receptivo à execução da operação, não ter o controlo sobre toda a área e população onde a NEO se irá realizar. Neste tipo de ambiente existe um clima de

---

<sup>30</sup> O ambiente operacional é “O conjunto de condições, circunstâncias e influências que afectam o emprego das capacidades e são parte integrante nas decisões do comandante.” (Department of the US Army, 2008, p1.-1).

<sup>31</sup> Derivados de motins, tumultos ou desordem da sociedade.

<sup>32</sup> Ver Apêndice L – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Tenente-Coronel Abreu.

insegurança que se traduz pontualmente como uma potencial ameaça para os PEEVAC. Este clima surge da possibilidade de ocorrência de uma insurreição e da possível existência de elementos organizados e armados. Desta forma é esperado que não haja apoio da HN, mas espera-se que esta tenha controlo sobre as suas forças e que não interfira na realização da NEO. Neste ambiente tem que se ter em conta que o ambiente operacional pode sofrer alterações e passar para um ambiente hostil, diminuindo assim o nível de consentimento da força na HN e aumentar a probabilidade de combater (NATO, 2007b).

No ambiente operacional hostil verifica-se que os PEEVAC podem estar num ambiente em que haja desordem civil, acções terroristas ou até mesmo em situações de combate. Neste tipo de ambiente deve ser enviada uma força com grande potencial de combate para fazer face a contingências que decorram na operação, visto que, além de prestar apoio logístico, médico e de transporte também pode ser necessária para executar acções que visem a protecção aos PEEVAC e a pontos sensíveis, garantindo assim a segurança destes (NATO, 2007b).

Normalmente, neste tipo de ambiente, o Estado perdeu o controlo sobre o seu território ou deixou de conseguir desempenhar as suas funções, encontrando-se a sua autoridade dissipada, podendo mesmo chegar à situação de *failed state*<sup>33</sup>. Nestes termos, não se deverá esperar o seu apoio nem o seu consentimento, uma vez que existe a possibilidade de se obstruir à operação. Consequentemente, a possibilidade de ser necessário combater será bastante elevada colocando em risco a segurança da força e dos PEEVAC.

O estudo do ambiente operacional, nomeadamente num país do Continente de África, torna-se importante, visto que, com o aparecimento das ameaças assimétricas e do terrorismo em África, o quadro comportamental da população<sup>34</sup> pode mudar. Assim, no quadro de nações e etnias que respondem violentamente no caso de conflitos, o ambiente operacional poderá mudar significativamente. Todavia, o estudo do ambiente operacional poderá ser secundário, isto se o quadro comportamental da população não prever face a uma eventual degradação do ambiente, uma resposta violenta por parte da população (Pires, 2009)<sup>35</sup>.

Com o que foi descrito anteriormente, é apresentado o Quadro 1.1, que faz uma comparação relativamente ao período em que decorre a intervenção militar, considerando-se o ambiente operacional, a situação originária na HN e a preparação primária da força<sup>36</sup> para a condução da operação, demonstrando-nos desta forma as possibilidades passíveis de ocorrer numa NEO.

---

<sup>33</sup> A situação de *failed State* surge quando o Estado não está em condições de apelar a outros sujeitos de Direito Internacional (IAEM, 2003).

<sup>34</sup> Estreitamente ligado à cultura étnica da população.

<sup>35</sup> Ver Apêndice G – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Coronel Alpedrinha Pires.

<sup>36</sup> Entenda-se como para o que a FRI deverá estar preparada para uma NEO.

Quadro 1.1: Ambiente Operacional e preparação primária da força.

	Ambiente	Situação originária	Preparação primária da Força
<b>Consentimento</b>	Permissivo	- Desastre natural - Desordem interna	- Acções logísticas - Acções de Reconhecimento
	Incerto	- Desordem civil - Insurreição armada	- Acções logísticas - Acções de Reconhecimento - Acções de Combate
	Hostil	-Perda de autoridade do Estado	- Acções de Combate
<b>Não consentimento</b>	Hostil	- Desordem civil - Ataques terroristas - Situação de Combate	- Acções de Combate - Extracção

Fonte: Adaptado de Calmeiro (2003, p. 33).

Para cada NEO pode haver um ambiente operacional específico, dado que podem ocorrer situações ímpares e a situação política, económica e social do Estado pode-se deteriorar rapidamente, aumentando assim o nível de tensão e de conflito que inerentemente irá aumentar o nível de ameaça sobre a população. Em resultado da experiência obtida através da realização das NEO ao longo dos anos, verifica-se que o ambiente operacional incerto é o ambiente mais provável (Pires, 2009). Contudo, a força deverá ser usada mesmo num ambiente permissivo (Francisco, 2009), estando preparada para ser empregue e actuar em qualquer ambiente operacional (Abreu, 2009). Já Pereira (2009)<sup>37</sup> corrobora que com a actual revisão do Plano PÉGASO, a FRI passará a estar vocacionada para actuar em todos os tipos de ambientes.

Com esta alusão ao ambiente operacional, constatamos que é pertinente estudar a FRI na condução de uma NEO em ambiente operacional incerto, uma vez que este ambiente é o mais provável na condução de uma NEO, possibilitando-nos o aprofundamento do estudo sobre esta força. Embora o estudo da FRI na condução de uma NEO, sendo esta operação realizada apenas por esta, não invalida o que foi proferido relativamente às CRO, visto que apesar de uma possível revisão pela NATO, em que torna possível uma força executar vários tipos de operações, desde as Operações Humanitárias às acções de combate na mesma campanha. A doutrina nacional não prevê a revisão do conceito CRO, portanto, é totalmente adequado o estudo da FRI na condução de uma NEO em ambiente operacional incerto.

<sup>37</sup> Ver Apêndice I – Síntese da Entrevista ao Coronel Pereira.

## **CAPÍTULO 2 – FORÇA DE REACÇÃO IMEDIATA NA PREPARAÇÃO DE UMA OPERAÇÃO DE EVACUAÇÃO DE NÃO-COMBATENTES**

Apresentados alguns conceitos teóricos correlacionados com o tema tratado no presente trabalho, este capítulo é reservado ao estudo de um exercício conduzido pela FRI, o qual serve para o seu aprontamento. Numa primeira parte, é feita uma abordagem geral ao exercício relativamente à sua finalidade e objectivos. Depois, é apresentada uma análise do exercício, tendo em vista o estudo a ser desenvolvido no Capítulo III do trabalho.

### **2.1 EXERCÍCIO LUSÍADA**

O estudo do emprego da FRI implica o recurso aos Exercícios LUSÍADA, uma vez que a FRI, no âmbito das NEO, só foi empregue operacionalmente neste exercício. Seria profícuo realizar um estudo de uma operação que a FRI tenha executado no passado, não o sendo possível em virtude de esta força nunca ter sido empregue em operações reais. Ainda assim, é pertinente o estudo da FRI num ambiente que, apesar de treino, como é o do Exercício LUSÍADA, permite aprofundar o nosso estudo.

O Exercício LUSÍADA é “...um exercício, no âmbito da preparação das Forças Armadas para o cumprimento das missões específicas de apoio à política externa, nomeadamente a protecção e evacuação de cidadãos nacionais em áreas de tensão ou crise.” (Exercício Lusíada, 2009, ¶ 1). Este exercício possibilita o treino conjunto das forças que constituem a FRI com o objectivo de as preparar para uma eventual NEO. Este exercício é realizado anualmente e decorre num “...cenário fictício de evacuação de cidadãos nacionais e, eventualmente, de países amigos ou aliados, com a activação de unidades pertencentes à Força de Reacção Imediata (FRI) ...” (Exercício Lusíada, 2009, ¶ 2). Para além do envolvimento do Ministério da Defesa Nacional (MDN), também esteve envolvido o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e o Ministério da Administração Interna (MAI), assim como o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE)<sup>38</sup> (Exercício Lusíada, 2009).

Visando a objectividade do trabalho, iremos debruçar-nos sobre o Exercício LUSÍADA 2008, sem, no entanto, menosprezar os exercícios realizados até à hora. A razão pela qual pretendemos estudar este exercício, prende-se única e exclusivamente pelo facto de o cenário ser caracterizado formalmente como um cenário em ambiente operacional incerto e

---

<sup>38</sup> O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) também participaram neste exercício.

ser testado unicamente o núcleo inicial de forças da FRI (Pereira, 2009). Para além deste facto, neste exercício foram criados dois sectores na Área de Operações Conjunta (JOA), em que num desses actuou a Componente Terrestre da FRI<sup>39</sup> (Pires, 2009).

A realização deste exercício permite-nos constatar que existe a preocupação em testar as possibilidades e limitações das forças que integram a FRI, incluindo a Componente Terrestre (Abreu, 2009).

## **2.2 DESCRIÇÃO DO EXERCÍCIO LUSÍADA 2008**

Este exercício foi o primeiro e único treino conjunto a nível operacional e tático que as forças que integraram a FRI nesse ano tiveram para treinar os seus procedimentos durante o tempo de aprontamento da força, sendo o exercício realizado entre o dia 3 e o dia 8 de Novembro de 2008.

O facto de se tratar de um *Live Exercise*<sup>40</sup> (LIVEX), possibilitou ao Comandante da FRI, assim como aos Comandantes das Componentes da FRI, trabalhar com as forças no terreno, o que *a priori* permitiu identificar as capacidades e limitações da FRI para a condução de uma NEO em condições o mais semelhante possíveis a uma situação real, tentando maximizar as capacidades das forças que estavam envolvidas, também permitiu a identificação de limitações e possibilidades do sistema de Comando e Controlo. O Exercício serviu de igual forma para testar a capacidade do Centro de Operações Conjunto (COC) no Comando e Controlo da FRI, trabalhando desta forma os recursos disponíveis no EMGFA, sendo activada a *Combined Task Force 477* (CTF 477) (CEMGFA, 2008).

Refira-se que o exercício supracitado serviu para testar a capacidade de organização e o sistema de Comando e Controlo do Quartel-general Conjunto e Combinado de Operações Especiais<sup>41</sup> (QGCCOE), relativamente à Componente de Operações Especiais que foi projectada. Relativamente à Componente Terrestre, permitiu verificar a possível necessidade de meios e valências adicionais, nomeadamente nas comunicações, assim como permitiu testar a interoperabilidade entre os ramos (Abreu, 2009).

Neste exercício participou o EM do CTF 477, o Núcleo Permanente do QGCCOE e a FRI. O Exercício LUSÍADA pretende ser o exercício de certificação da força (Pereira, 2009), pois, segundo Correia (2009)<sup>42</sup> a FRI considera-se pronta para a condução de uma NEO após a sua realização, uma vez que se efectua um treino operacional da FRI para uma NEO. Este exercício conjunto permitiu verificar a preparação do Comando e Controlo,

---

<sup>39</sup> Incluiu a montagem do Centro de Controlo de Evacuados e de uma via de evacuação aérea.

<sup>40</sup> O LIVEX é um exercício em que se usam forças reais (NATO, 2009).

<sup>41</sup> Ver Anexo Q – Organização Operacional da FRI no Exercício LUSÍADA 2008.

<sup>42</sup> Ver Apêndice J – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Tenente-Coronel Correia.

Comunicações e Informações da FRI, com o intuito de verificar a interoperabilidade dos três ramos das FA e treinar os Comandantes, bem como os Estados-Maiores (CEMGFA, 2008).

## **2.3 ESTUDO DO EXERCÍCIO LUSÍADA 2008**

O Exercício LUSÍADA foi um treino conjunto, o primeiro e único em que a FRI teve possibilidade para testar as suas capacidades, o qual a pretende certificar para a condução de uma NEO, testando as suas possibilidades e reconhecendo as suas limitações. Não obstante o mencionado, a força considerou-se pronta para executar uma NEO, apesar das suas limitações (Pereira, 2009).

### **2.3.1 OBJECTIVOS DO EXERCÍCIO LUSÍADA 2008**

Através de CEMGFA (2008) e EMGFA (2008), identificámos alguns objectivos, entre os quais destacamos os que são pertinentes para o tema em causa, designadamente:

- O objectivo relativo à avaliação das capacidades de activação da FRI e a formulação de uma Ordem de Operações foi atingido parcialmente, uma vez que, em consequência da nomeação tardia do pessoal para o EM da FRI, a execução das funções inerentes ao EM foi dificultada, resultado da falta de tempo para o treino interno;
- O objectivo relativo à avaliação da capacidade de projecção e sustentação da FRI numa NEO foi atingido parcialmente, dado que a FRI, utilizando os seus meios orgânicos, não tem capacidade de projecção para a JOA, uma vez que os meios comerciais civis foram simulados e não foram postos em prática<sup>43</sup>;
- O objectivo relativo ao aperfeiçoamento da interoperabilidade das Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) e das forças foi atingido parcialmente, uma vez que se mantêm problemas nesta área, nomeadamente ao nível das comunicações, armamento e procedimentos conjuntos entre os ramos (Bernardino, 2009)<sup>44</sup>;
- O objectivo relativo ao exercício da aplicação das Regras de Empenhamento<sup>45</sup> (ROE) foi atingido totalmente, tendo o exercício permitido a sua aplicação.

---

<sup>43</sup> Salienta-se o facto de a Componente Naval ter-se projectado para a JOA utilizando os seus próprios meios.

<sup>44</sup> Ver Apêndice N – Síntese da Entrevista ao Major Bernardino.

<sup>45</sup> Ver Apêndice B – Regras de Empenhamento.

Desta forma, com base nos objectivos anteriormente descritos, verificamos que a força foi avaliada relativamente a: interoperabilidade, comando, sustentação e aplicação das ROE. Todavia, a FRI não foi avaliada apenas a estas valências, o que iremos confirmar através do estudo da condução do Exercício LUSÍADA 2008.

### **2.3.2 CONDUÇÃO DO EXERCÍCIO LUSÍADA 2008**

Relativamente ao planeamento do exercício, o elevado empenhamento dos Ramos das FA e do EMGFA em 2008, resultado dos compromissos internacionais e de exercícios conjuntos e combinados dos Ramos, dificultou o planeamento para a realização do LUSÍADA 2008. Estas condicionantes foram relevantes para o planeamento do exercício, visto que, para rentabilizar o treino conjunto era necessário haver uma prévia preparação por parte das forças empenhadas para a sua execução.

Segundo CEMGFA (2005), as forças que vão integrar a FRI são nomeadas pelos respectivos Ramos até ao final do mês de Abril de cada ano, ficando em *stand-by* após o Exercício LUSÍADA, o qual só é realizado em Novembro. Isto significa que a FRI só executa o seu primeiro treino conjunto seis meses após a sua nomeação e findo o exercício considera-se a força pronta para a realização de uma NEO, reflectindo desta forma a necessidade de conduzir treinos conjuntos antes do Exercício LUSÍADA (Pedro, 2009). Mas antes é necessária a realização de treinos inter-ramos, nomeadamente ao nível da Componente Terrestre da FRI. Por outras palavras, considera-se pertinente aprontar as forças ao nível táctico dentro dos ramos. Para além desta necessidade, as forças que integram a FRI ficam um ano em período de *stand-by* após a realização do Exercício LUSÍADA e as forças que vão integrar a FRI no ano seguinte só são usadas para uma NEO após a realização do LUSÍADA do ano respectivo, sendo o mesmo aplicado ao CTF 477. Apesar das dificuldades em manter a força pronta para a condução de NEO, verifica-se que nem todas as forças que integram a FRI vão executar a operação, uma vez que as forças que constituem a Componente Terrestre também se encontram empenhadas em outras missões (Pedro, 2009)<sup>46</sup>.

Em suma, é necessário activar os meios da FRI e respectivos comandos com o seu EM integrante e para o CTF 477, com a devida antecedência de modo a rentabilizar a preparação das forças colmatando as suas capacidades e limitações no Exercício LUSÍADA.

Este exercício dividiu-se em quatro fases, o que permitiu rentabilizar a execução das tarefas relativas à condução de uma NEO (CEMGFA, 2008).

---

<sup>46</sup> Ver Apêndice K – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Tenente-Coronel Pedro.

A primeira fase, denominada por Treinos Internos, não foi possível ser realizada da forma prevista devido à nomeação tardia do CTF 477 e do pessoal da FRI, verificando-se que algumas subfases não foram realizadas, nomeadamente a subfase *Key Leader Training*. No entanto, é necessário referir que a realização da subfase do Seminário Académico, à responsabilidade do IESM, foi proveitosa, onde inclusive foram explanadas as lições aprendidas de exercícios e operações realizadas até ao momento (EMGFA, 2008).

Na segunda fase, nomeadamente o Planeamento Operacional, foi muito útil para a preparação dos EM para a execução do Processo de Planeamento Operacional (OPP), o que permitiu dar uma melhor resposta para o planeamento da operação, procurando-se realizar da melhor forma possível o OPP.

A implementação deste tipo de planeamento é importante, uma vez que permite que o Conceito de Operação<sup>47</sup> (CONOPS) e o Plano de Operações resultante desse processo demore menos tempo para ser elaborado e que seja mais consistente e coordenado. Nesta fase foi considerado que era necessária a troca de informação pelos Oficiais de Ligação entre os vários comandos, o que não chegou a acontecer devido à falta de pessoal para preencher o EM e consequente perda de capacidade para troca de informação, denotando assim uma necessária revisão dos quadros de pessoal do EM (EMGFA, 2008).

Na fase do Planeamento Operacional sentiram-se dificuldades na identificação das reais capacidades das forças que integravam a FRI, uma vez que estas forças se encontram descritas de forma genérica no Plano PÉGASO e, consequentemente, a atribuição de tarefas às forças que integravam a FRI foi dificultada. Com o sucedido, foi identificada a necessidade de conhecer as reais capacidades e organização das forças atribuídas à FRI. Todavia, a forma genérica de como está descrito o catálogo de forças permite aumentar ou diminuir os efectivos consoante a missão e situação (Oliveira, 2009)<sup>48</sup>.

O Comando sentiu dificuldades nesta fase, uma vez que antes do exercício, o Comando da FRI e o CTF 477 não tinham sido activados desde a sua nomeação para as suas funções que, consequentemente, não tiveram oportunidade para executar treinos internos (EMGFA, 2008). Com isto verificou-se que os Comandos devem ser activados para poderem executar treinos internos para melhorar o seu desempenho.

Já a terceira fase<sup>49</sup>, a fase Execução, foi conduzida de forma positiva, em que ficou demonstrado que este exercício é profícuo para o treino conjunto das forças e dos meios envolvidos. O sistema de Comando e Controlo utilizado permitiu aos vários níveis dos Comandos envolvidos no exercício executarem as suas funções de forma eficiente. A

---

<sup>47</sup> O CONOPS é a "... declaração clara e concisa sobre a linha de acção escolhida por um Comandante de modo a cumprir a sua missão." (CID, 2007c, p. Glossário-2).

<sup>48</sup> Ver Apêndice M – Síntese da Transcrição da Entrevista ao Major Oliveira.

<sup>49</sup> Ver Apêndice C – Exercício LUSÍADA 2008.

nuança que se constatou foi a necessidade de se verificar quais as responsabilidades que cada Comando deve ter atribuído (EMGFA, 2008).

Na condução do exercício verificaram-se algumas incorrecções em relação ao processamento dos PEEVAC, como a necessidade de prover alimentação enquanto estes se encontravam sob a responsabilidade da força. Esta necessidade tem que ser revista pela logística, uma vez que tem ser levantadas as reais capacidades relativamente a este factor para a condução de uma eventual operação (Correia, 2009). Para além dos constrangimentos e dificuldades anteriormente referidas, foram sentidas limitações em algumas estruturas operacionais, nomeadamente no apoio logístico.

Relativamente à Equipa de Ligação, é necessário equipar esta força com equipamentos GPS e de comunicações para que possa actuar de forma descentralizada, permitindo o desempenho das tarefas que lhe estão atribuídas. O Destacamento CIMIC foi pouco aproveitado neste exercício, uma vez que para além das tarefas que lhe estavam designadas, também teve que ajudar a montar o Centro de Controlo de Evacuados (CCE), ficando impossibilitado de auxiliar a Equipa de Ligação (Pires, 2009).

Durante a fase de projecção para a JOA, o Posto de Comando da FRI esteve praticamente inactivo, o que criou dificuldades às forças já projectadas na eventualidade de necessitarem de receber informações.

A última fase do Exercício, nomeadamente a fase Análise e Relatórios, a realização desta foi proveitosa, em virtude de terem sido identificados problemas relativos à condução do exercício que necessitam de ser resolvidos. Nesta fase fez-se a Reunião Final de Exercício, tendo como objectivo verificar os aspectos positivos e os aspectos a melhorar em relação à FRI na condução da operação (EMGFA, 2008).

Com base no estudo deste exercício constatamos que o exercício deveria ser realizado antes do mês de Novembro, permitindo a aptidão da FRI para conduzir uma NEO, uma vez que é nomeada no mês de Abril. A realização mais atempada do exercício possibilitaria o auxílio das forças da FRI em período de *stand-by* à força executante.

Em suma, a realização deste exercício permite a verificação das possibilidades e limitações da força, possibilitando aos respectivos Comandantes o conhecimento das capacidades e valências da mesma, bem como o levantamento de necessidades adicionais. Através deste exercício é possível verificar quais são as necessidades adicionais à Componente Terrestre da FRI, permitindo igualmente levantar as lacunas das forças que constituem a Componente.

## **CAPÍTULO 3 – COMPONENTE TERRESTRE DA FORÇA DE REACÇÃO IMEDIATA**

Feito o enquadramento teórico do tema, bem como o estudo do Exercício LUSÍADA 08 e dando continuidade à prossecução dos objectivos definidos, segue-se a análise da Componente Terrestre da FRI, tendo em vista a aplicação e verificação dos conceitos desenvolvidos nos Capítulos I e II à realidade Componente Terrestre da FRI.

Nesse sentido, são apresentadas as forças que integram o núcleo inicial da Componente Terrestre da FRI e, com base na investigação de campo, será feita a apresentação de resultados.

A FRI está vocacionada para intervenções com a finalidade de evacuar cidadãos em áreas de tensão ou de crise (CEMGFA, 2005). O núcleo inicial da FRI é composto por quatro componentes: Componente Naval, Componente Terrestre, Componente Aérea e Componente de Operações Especiais<sup>50</sup>. Dando seguimento ao estudo do tema, vamos debruçar-nos sobre a Componente Terrestre.

*“The work of organization is never done, and the structure has to be continually adapted to new and anticipated conditions.”*  
(Ralph J. Cordiner *apud* JCS, 2007, p. VIII-7)

### **3.1 NÚCLEO INICIAL DA COMPONENTE TERRESTRE DA FORÇA DE REACÇÃO IMEDIATA**

#### **3.1.1 COMANDO DE UNIDADE ESCALÃO BATALHÃO**

*“Fighting with a large army under your command is nowise different from fighting with a small one: it is merely a question of instituting signs and signals.”*  
(Sun Tzu *apud* JCS, 2007, p. III-5)

O Comando da Componente Terrestre<sup>51</sup> inclui a responsabilidade do Comandante em utilizar da forma mais eficiente os meios humanos e materiais à sua disposição para o

---

<sup>50</sup> Ver Anexo P – Constituição da Força de Reacção Imediata.

<sup>51</sup> O Comando é “... a autoridade exercida por um Comandante, sobre os seus subordinados, em virtude do seu posto e função.” (EPI, 2001b, p. III-1).

cumprimento da missão que lhe tenha sido atribuída. Com o surgimento dos novos riscos e ameaças<sup>52</sup>, a capacidade de Comando tem que ser maximizada, para que o Comandante cumpra a sua missão, devendo as operações serem conduzidas através da Cadeia de Comando<sup>53</sup> e do EM, com recurso a uma Unidade de Escalão Batalhão (UEB).

Ao falarmos sobre o Comando de uma UEB, é pertinente referirmo-nos às relações de Comando respeitantes à FRI, o que nos permite uma melhor compreensão sobre o Comando da Componente Terrestre da FRI. Segundo CEME (2007c), durante as fases de aprontamento e *stand-by*, o Comando Operacional do Exército detém o Comando Operacional (OPCOM) das forças que integram a Componente Terrestre. Quando a FRI é activada, o OPCOM é transferido para o Chefe de Estado Maior do Exército (CEME), passando posteriormente para o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

O Comandante da Componente Terrestre, ou seja, o Comandante do Comando de UEB, detém o Comando Operacional sobre as forças afectas à Componente Terrestre, ou seja, tem a autoridade<sup>54</sup> para utilizar as forças que estão à sua disposição para cumprir as missões que lhe forem incumbidas, permitindo articular as forças de maneira a permitir a execução das tarefas e dando missões aos seus comandos subordinados, tem também responsabilidade sobre o treino conjunto das forças sobre o seu comando e determinar os procedimentos administrativo-logísticos relacionados com a actividade operacional.

O Comando e EM, por limitações de pessoal, são constituídos pelo Comandante, 2º Comandante e respectivo EM, nomeadamente o EM Coordenador, podendo ainda ser integrados os elementos de EM CIMIC e o Oficial de Transmissões<sup>55</sup>. O EM tem como finalidade aconselhar e auxiliar o Comandante no exercício das suas funções, ainda que não possua qualquer autoridade, que é estabelecida pelo Comandante. As competências do EM remetem-se para o estudo e planeamento de ordens (EPI, 2001b).

O EM Coordenador é constituído por elementos que auxiliam o Comandante na coordenação dos planos, actividades e tarefas relativas à Componente Terrestre. A organização do EM Coordenador passa por uma divisão funcional da sua estrutura em secções, definidas de acordo com as áreas de interesse, podendo ser constituídas pelo Chefe de EM, pelo Oficial de Pessoal (OfPess), pelo Oficial de Informações (OfInfo), pelo Oficial de Operações (OfOp), pelo Oficial de Logística (OfLog) e pelo Oficial de Assuntos Cívicos (OfAssCiv). Contudo, a constituição do EM Coordenador da UEB é diferente, devido às suas limitações em termos de pessoal, mas tem como referência a constituição anteriormente apresentada (EPI, 2001b).

---

<sup>52</sup> Factor que condiciona o ambiente operacional.

<sup>53</sup> A cadeia de comando é constituída pelos "... sucessivos comandantes através dos quais o Comandante de Batalhão exerce a sua acção de comando." (EPI, 2001b, p. III-2).

<sup>54</sup> A autoridade do Comando é "... conferida pela lei e regulamentos, sendo acompanhada pela consequente responsabilidade, que não pode ser delegada." (EPI, 2001b, p. III-1).

<sup>55</sup> Comandante do Destacamento de Transmissões.

O Chefe de EM é o 2º Comandante e principal auxiliar do Comandante que tem como funções dirigir e coordenar o EM, competindo-lhe a responsabilidade pela informação interna da unidade e pela prontidão dos meios. Segundo EPI (2001b), durante a ausência do Comandante, o Chefe de EM dirige o Batalhão, acumulando as funções de OfOp, assumindo a responsabilidade sobre os assuntos respeitantes à organização, instrução, e operações da Unidade de Escalão Companhia (UEC) de Manobra e dos Destacamentos que integram a Componente Terrestre, mantendo a ligação com o Oficial de Operações do EM do Comandante da FRI (COMFRI).

O OfLog tem a responsabilidade sobre o reabastecimento, manutenção, transporte, evacuação e hospitalização, instalações, serviço de alimentação e outros assuntos logísticos, supervisionando as actividades das forças que integram a Componente Terrestre (EPI, 2001b).

Relativamente às outras áreas, embora não existam Oficiais designados para essas funções, os Sargentos que estão integrados no EM do Batalhão permitem colmatar essa lacuna, nomeadamente na Secção de Pessoal e Secção de Informações, que estão sobre a supervisão do Chefe de EM.

O OfAssCiv, tem como funções tratar das relações entre a força e dos intervenientes civis que se encontrem na JOA, podendo este elemento ser o Oficial do Destacamento CIMIC, que deverá possuir a função de elemento de EM CIMIC.

O Comandante do Destacamento de Transmissões coordena e supervisa o emprego das CSI do Comando da Componente Terrestre, assim como a instrução e actividades dos elementos que integram o Destacamento de Transmissões. Este Oficial deverá estar sobre a supervisão de um Oficial do EM Coordenador, uma vez que o CIS do Comando da Componente Terrestre é o meio mais célere ao dispor do Comandante para influenciar a sua autoridade nos seus Comandos.

Apesar da constituição do EM por secções, verificamos que é necessária uma maior ligação e interacção entre o EM e as respectivas forças que constituem a Componente Terrestre (Bernardino, 2009). A capacidade de Comando e Controlo não se altera conforme o ambiente operacional<sup>56</sup> se as comunicações forem boas, além disso, as comunicações e o comando e controlo devem funcionar correctamente em qualquer ambiente operacional (Abreu, 2009). Segundo Pereira (2009), com o intuito de garantir as comunicações entre o Comando da Componente Terrestre e respectivas forças, deveriam ser estabelecidos módulos de comunicações com interoperabilidade inter-ramos assegurada, assim como a capacidade de comunicações satélite (SATCOM) portátil. Com estas capacidades, o Comando da Componente Terrestre teria à sua disposição a possibilidade de transmitir e receber dados com a Componente Aérea, possibilitando desta forma ao comando da

---

<sup>56</sup> O que poderá alterar é a capacidade em aplicar e cumprir as ROE.

Componente Terrestre receber imagens em tempo real através dos meios aéreos (Francisco, 2009).

Relativamente ao planeamento executado pelo Comando de Batalhão, devem ser feitos planos de contingência caso a Embaixada não tenha a capacidade de cumprir com as suas funções, devendo ser feito igualmente um plano de extracção da força, caso o ambiente operacional não lhe permita a continuação da condução da operação (Pedro, 2009).

Com a actividade operacional desenvolvida pelo Comando de Batalhão e pela Companhia Pára-quedista, a qual engloba operações de combate, o Comando e Controlo da força é facilitado (Correia, 2009). Ou seja, o treino e condução de operações que estejam envolvidas num ambiente operacional degradado permitem que a capacidade de Comando e Controlo se torne mais eficiente. A única nuance relativamente ao comando e controlo é devido aos diferentes tipos de cenário que a força poderá encontrar, nomeadamente a nível de emprego de forças e de equipamentos.

### **3.1.2 COMPANHIA DE MANOBRA**

A Unidade de Manobra que integra a Componente Terrestre possibilita ao Comandante da Componente Terrestre o cumprimento da sua missão, a qual pertence à BrigRR. Esta Unidade de Manobra é uma Companhia Pára-quedista, permitindo ao Comandante da Componente Terrestre utilizar forças aerotransportadas. O que permite o lançamento das forças em pára-quedas<sup>57</sup> ou então por aterragem de assalto, utilizando aeronaves de asa fixa, sendo assim uma força vocacionada para uma NEO (Abreu, 2009). Aliado à vocação da força está a elevada capacidade técnica que obteve da sua actividade operacional no âmbito dos compromissos internacionais. (Oliveira, 2009)

A Companhia é organizada e equipada para ser projectada através do desembarque aéreo ou aterragem de assalto, continuando capaz de cumprir as missões que lhe é atribuída.

Adaptando a Companhia de manobra à caracterização das Operações Aerotransportadas segundo EME (2005b), temos o seguinte:

- A mobilidade terrestre é limitada, no entanto pode ser melhorada através do emprego de viaturas ou helicópteros;
- A força tem poucas viaturas e blindagem, nomeadamente no início da operação;
- A duração de uma Operação Aerotransportada é limitada, ou seja a operação tem que decorrer num curto espaço de tempo;

---

<sup>57</sup> Denominado por desembarque aéreo.

- O apoio de fogos orgânico é limitado, assim o apoio aéreo torna-se importante para o apoio à manobra;

No entanto, segundo Army Doctrine and Tactics Board [ADTC] (1990), podemos acrescentar outras características, em que distingue o emprego da Companhia Pára-quedista das restantes forças, sendo as seguintes:

- Mobilidade Aérea – A força pode-se movimentar pelo espaço aéreo, evitando obstáculos que se encontrem no terreno, ficando com um raio de acção igual à capacidade de projecção dos meios aéreos;
- Reacção Rápida – Uma força aerotransportada pode ser rapidamente empregue, estando apta a trocar rapidamente de equipamento e armamento consoante a missão;
- Flexibilidade – As forças aerotransportadas têm mais flexibilidade no emprego táctico da força, permitindo o acesso a áreas consideradas restritas para forças convencionais.
- Ligeira – O uso de material e equipamento ligeiro permite à força ter uma maior mobilidade e flexibilidade, dando ênfase às capacidades físicas do militar e não ao equipamento e armamento.

Com o que foi referido anteriormente, segundo EME (2005b) e ADTC (1990) e pelas entrevistas realizadas, o uso de uma força aerotransportada possibilita ao Comandante o seguinte:

- Grande capacidade de resposta imediata, através de uma rápida projecção para vários pontos da área de operações;
- Permitir a colocação de forças em locais de difícil acesso, aumentando desta forma o raio de acção da força (Oliveira, 2009);
- Beneficiar do princípio da surpresa através de um desembarque aéreo numa zona restrita, podendo mesmo actuar de noite (Oliveira, 2009);
- Poder de choque, através do armamento e equipamento orgânico da força, no entanto com pouca capacidade de sustentação.

Apesar das suas possibilidades de uso, o Comandante vê a capacidade de actuação da Companhia restringida, EME (2005b) especifica os seguintes aspectos:

- A capacidade das aeronaves atingirem o seu destino depende em parte das condições meteorológicas e da necessidade de superioridade aérea local, além destas limitações o emprego da força pode ser condicionado pela capacidade de projecção aérea (EME, 2005b);

- As forças aerotransportadas, após a sua aterragem têm vulnerabilidades respectivas à mobilidade, ao poder de fogo orgânico e ao apoio de combate. Isto significa que só após a força estar organizada no terreno, é que se encontra em condições para o cumprimento da missão (EME, 2005b);
- A força tem pouca capacidade de sustentação, visto que ao empregar a Companhia Pára-quedista, esta não se encontra dotada com o apoio de serviços que permita o seu reabastecimento. Assim só é possível através de um reabastecimento aéreo, o qual pode ser interrompido (EME, 2005b);
- Com a análise do Quadro Orgânico de Pessoal (QOP) da Companhia Pára-Quedista<sup>58</sup>, verificamos que esta possui meios de fogo orgânicos, nomeadamente no Anti-Carro (ACar) e Lança Granadas Automático (LGA). Todavia, a integração de uma secção de morteiros é indispensável, o que permite o aumento do poder de fogo da Companhia (Oliveira, 2009).

Comando Operacional (2007b) refere que deverá existir um número suficiente de militares femininos que possibilite a execução de revistas a PEEVAC do sexo feminino. Esta mesma directiva impõe condicionamentos no uso da UEC na sua activação, uma vez que a limita a um máximo de 110 militares. Porém, uma Companhia Pára-quedista deverá ser usada a 100% a fim de rentabilizar o uso desta e dos sistemas armas que tem à sua disposição (Abreu, 2009). Segundo Bernardino (2009), outra vantagem de esta Companhia ser utilizada a 100% é pelo facto de não existirem duplas atribuições aos seus efectivos.

Apesar da capacidade de poder de fogo da Companhia, as armas ACar que a Companhia possui, tem uma elevada necessidade de sustentação, nas munições nomeadamente, acontecendo o mesmo para os morteiros à disposição da Companhia (Correia, 2009).

A FRI tem à sua disposição duas unidades de manobra, a Companhia Pára-quedista e a Companhia de Fuzileiros, que podem assegurar um ou dois pontos de entrada, mas se estas forças forem usadas conjuntamente será vantajoso para o Comandante da Componente Terrestre cumprir a sua missão (Abreu, 2009).

Se o ponto de entrada das forças na JOA for por um aeroporto, deveria ser uma UEB para garantir a segurança do mesmo, ou seja uma Companhia não consegue manter a segurança do seu ponto de entrada (Pereira, 2009). Contudo, Oliveira (2009), refere que além de ter que manter a segurança do aeroporto, a Companhia tem que ceder forças para constituírem a reserva do Comandante e assegurar a protecção dos PEEVAC no local de recolha, local de concentração, no CCE e respectivos deslocamentos, ou seja, não tem efectivos suficientes para realizar estas tarefas todas ao mesmo tempo, prolongando assim o tempo de duração da missão. Assim verificamos que uma Companhia não tem

---

<sup>58</sup> Ver Anexo R – 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista.

possibilidade de efectuar uma NEO num curto espaço de tempo, ou seja, em menos de três dias. Para Correia (2009) o ideal seria constituir uma UEB para integrar a Componente Terrestre, podendo constituir-se em *task forces*, tendo em conta a situação e a missão, tomando uma forma flexível.

Assim verificamos que deveria ser usada uma UEB para uma NEO, visto que são precisos efectivos para efectuarem a segurança ao ponto de entrada e aos PEEVAC.

### **3.1.3 DESTACAMENTO DE TRANSMISSÕES**

As Transmissões devem assegurar a capacidade de Comando e Controlo ao Comandante das forças que estejam sob o seu comando, assim como garantir a troca e recolha de informações seja qual for o ambiente operacional (EPT, 1997).

As Transmissões podem-se dividir em duas partes, as Comunicações<sup>59</sup> e a Electrónica<sup>60</sup>. A primeira parte tem como objectivo assegurar as comunicações das forças que integram o Exército e, no caso das NEO, assegurar as comunicações da Componente Terrestre. A segunda parte consiste na guerra electrónica e vigilância do campo de batalha e, relativamente às NEO, resume-se a evitar que as comunicações sejam afectadas por forças que não pertençam à FRI.

O objectivo primário das Transmissões é servir o Comando, permitindo ao Comandante o uso da sua autoridade no Comando e Controlo da Força num maior raio de acção. O objectivo secundário é facilitar e acelerar a troca de informação e dados entre as forças. Assim, as CSI apoiam as necessidades inerentes ao exercício do Comando, nomeadamente ao nível das Informações, Operações, Logística e Administração. (Combined Communications-Electronics Board [CCEB], 2004a)

Para que o Destacamento de Transmissões cumpra as suas tarefas, é necessário respeitar os princípios e os requisitos operacionais inerentes para a condução de uma NEO<sup>61</sup>. Perante os objectivos anteriormente referenciados, constatamos a necessidade deste Destacamento integrar a Componente Terrestre.

Os sistemas de comunicações podem ser divididos em Sistemas de Comunicação Táticos, os quais se restringem às comunicações de um Comando ou no apoio a uma determinada actividade específica e, os Sistemas de Comunicação Estratégicos, que são empregues para a utilização comum ou para vários objectivos específicos (EPT, 1997).

---

<sup>59</sup> A Comunicação é "...a transferência de informação ou conhecimento de acordo com os procedimentos" (CCEB, 1998, p. 2-34).

<sup>60</sup> A Electrónica é "...um termo genérico para descrever a parte da ciência eléctrica e tecnologia que trata sobre o comportamento de electrões no vácuo ou num espaço gasoso e em semi-condutores e no circuito associado a estes." (CCEB, 1998, p. 2-56).

<sup>61</sup> Ver Apêndice D – Transmissões.

No Destacamento de Transmissões referimo-nos a um Sistema Tático de Comunicações e às telecomunicações<sup>62</sup>, uma vez que deve permitir ao Comandante da Componente Terrestre dirigir e controlar as acções dos seus subordinados<sup>63</sup>, através das comunicações e, se certifique da execução das mesmas, devendo permitir igualmente que estes mantenham o Comandante ao ocorrente das necessidades e da situação (EPT, 1994). Com efeito, as comunicações devem ser rápidas, seguras e interoperativas para satisfazer as necessidades do Comandante. Isto é, o Comandante da Componente Terrestre necessita de um CSI capaz de fornecer rapidamente a informação, esteja o Comandante no Posto de Comando ou fora deste.

A responsabilidade de estabelecer e manter as comunicações de uma unidade é da unidade do escalão superior para as unidades subordinadas ou então é da unidade que apoia para a unidade que é apoiada (EPI, 2001b). No Exercício LUSÍADA 2008, uma das tarefas do Destacamento de Transmissões foi a de estabelecer e assegurar a rede de comunicações entre a Componente Terrestre e o COMFRI durante todas as fases da operação. Por outras palavras, o Comando da Componente Terrestre foi reforçado pelo Destacamento de Transmissões, que serviu exactamente para assegurar as comunicações, tanto de voz com de dados (Oliveira, 2009). Contundo, Bernardino (2009) considera que as comunicações, nomeadamente a transmissão de dados, necessita de um sistema de encriptação, assim como o uso de sistemas de telefone satélite seguros.

O Comando da Componente Terrestre e a Companhia são as únicas forças que têm à sua disposição o rádio PRC-525, sendo assim, são os únicos que têm à sua disposição a possibilidade de transmitir dados e voz de forma eficiente e segura. Isto significa que se for necessário transmitir dados aos baixos escalões da Componente Terrestre, por parte da Companhia ou do Comando da Componente Terrestre, as comunicações não são seguras e não são possíveis, devido à fraca capacidade de alcance dos rádios. Este facto deriva dos rádios PRC-425 e PRC-501 não terem capacidade de alcance nem de transmitir de forma segura. Verificamos desta forma que não aproveitamos da melhor forma as capacidades que os rádios PRC-25 possibilitam à força, sendo o ideal todas as forças possuírem os rádios PRC-25, versão *Man-Pack* (Bernardino, 2009).

Face à articulação do Destacamento de Transmissões, constituído por um Oficial, dois Sargentos e quatro Praças, é possível rentabilizar o seu uso através da constituição de dois Centros de Comunicação no Destacamento, em que um Centro de Comunicações assegura o controlo interno da Componente Terrestre e o outro assegura a manutenção da ligação com o COMFRI (Oliveira, 2009). Segundo Abreu (2009), a utilização de montagens

---

<sup>62</sup> As Telecomunicações são "... qualquer transmissão, emissão ou recepção de sinais em forma escrita, incluindo imagens e sons ou informação de qualquer natureza, por uma infra-estrutura fixa, rádios, meios visuais ou outros sistemas electromagnéticos" (CCEB, 2004a, p. I-2).

<sup>63</sup> Nomeadamente os Comandante da Companhia de Manobra, do Destacamento CIMIC, do Destacamento de Transmissões e do Módulo de Apoio Sanitário.

veiculares é necessária para o uso profícuo das transmissões, permitindo ao Comando da Componente Terrestre maior controlo sobre a força, dado que as comunicações da Componente Terrestre são essenciais.

O Destacamento de Transmissões tem planeado os planos de carga relativos ao material de transmissões<sup>64</sup>, viatura para transporte e abastecimentos<sup>65</sup>, todavia verificámos algumas lacunas relativamente aos equipamentos e aprontamento dos elementos que integram este Destacamento.

Alguns equipamentos são demasiado pesados para serem usados numa NEO, porque se for necessário serem lançados de pára-quedas, o Destacamento de Transmissões ficará limitado relativamente à sua mobilidade (Oliveira, 2009). O sistema de reserva HF-MOST 4<sup>66</sup>, não permite que seja transportado pelo operador no caso de este ser lançado por pára-quedas, devido ao seu peso.

Relativamente ao aprontamento do pessoal, verifica-se que a falta e inoperacionalidade de alguns meios não possibilitam a rentabilização máxima da instrução, nomeadamente o sistema MOST 4 e *Military Message Handling System* (MMHS). Relativamente ao material criptográfico, este tem que ser pedido pelo canal logístico. Relativamente à rede SECNET, o Destacamento de Transmissões não possui os meios orgânicos que permitam o seu uso (Pires, 2009). Verifica-se inclusive que existem equipamentos rádios e satélites que necessitam de manutenção a fim de rentabilizar o uso destes e existe a necessidade de compatibilizar a Companhia Pára-quedista, para possibilitar a transmissão de dados e voz de forma segura (Bernardino, 2009).

### **3.1.4 MÓDULO SANITÁRIO**

O Apoio Sanitário está intimamente ligado à logística, uma vez que esta é “... a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças.” (CID, 2007a, p. 8-1), desta forma verificamos que o Apoio Sanitário e a Logística estão intimamente ligados, visto que o Apoio Sanitário contribui para a sustentação da Componente Terrestre da FRI na condução de uma NEO.

O Apoio Sanitário é uma função Logística<sup>67</sup> e tem como finalidade “a preservação dos efectivos e recuperação dos indisponíveis (doentes ou feridos)” (CID, 2007a, p. 8-1), esta função permite a manutenção do moral dos militares, sendo necessário ter em conta que, no caso de uma NEO, o Apoio Sanitário além de preservar os efectivos e possíveis

---

<sup>64</sup> Nestes planos estão incluídos material criptográfico, meios satélite e PRC 525 (Rádio HF/VHF 150/50 W).

<sup>65</sup> Abastecimentos Classe I e Classe III nomeadamente.

<sup>66</sup> Comunicação telegráfica que permite o envio de dados.

<sup>67</sup> As Funções Logísticas são um conjunto de actividades que têm em vista a mesma finalidade que é a sustentação da força (CID, 2007a).

indisponíveis<sup>68</sup> da força, também tem que estar apta a preservar os PEEVAC, pois estes encontram-se à responsabilidade da força. Sendo assim o Módulo Sanitário<sup>69</sup> deverá ser capaz de desenvolver medicina preventiva, reanimação, estabilização das funções vitais, tratamento definitivo e a evacuação sanitária<sup>70</sup>.

A organização do Módulo de Apoio Sanitário, facilita a evacuação do indisponível e o seu tratamento, permitindo que este se articule de forma a possibilitar os cuidados médicos necessários. De forma a maximizar o uso deste Módulo, terá que se adaptar os princípios do Apoio Sanitário para uma NEO<sup>71</sup>.

O Apoio Sanitário da FRI é composto pelo *Role 1*<sup>72</sup>, e tem como objectivo garantir a primeira ajuda ao indisponível, utilizando a estabilização ou reanimação e de seguida a execução da triagem<sup>73</sup>. Assim, é necessário ter a capacidade de evacuar o indisponível desde o local de onde sofre a lesão até ao local onde este possa ser evacuado (Pires, 2009).

Relativamente ao Exercício LUSÍADA 2008, verificou-se que o médico que comanda o Módulo de Apoio Sanitário, foi integrado próximo da data do Exercício. Ou seja, a sua nomeação para integrar no Módulo de Apoio Sanitário foi tardia e, com o decorrer do exercício teve que se ausentar (Abreu, 2009). Já Oliveira (2009) considera que é necessário verificar se o Comandante do Módulo de Apoio Sanitário fica em período de *stand-by* durante um ano.

Em relação ao plano de vacinação dos efectivos que estão integrados na força, Bernardino (2009) refere que o mesmo deverá ser repensado, visto que para uma operação em que a força seja empregue de acordo com os possíveis cenários de actuação, as vacinas devem ser recebidas da maneira mais adequada.

Em termos de organização do Módulo de Apoio Sanitário, este não se encontra bem definido, devendo assim ser adoptado um plano sanitário para a FRI (Bernardino, 2009). Deveria ser constituído na Base de Apoio Intermédia (BAI) um Apoio Sanitário *Role 2*, o qual possui as capacidades de um Apoio Sanitário *Role 1*, mas que incrementa outras possibilidades<sup>74</sup>, incluindo a integração de equipas de psicólogos para acompanhar os PEEVAC (Pires, 2009).

---

<sup>68</sup> O termo indisponível aplica-se a "... qualquer efectivo cujo estado físico exija cuidados sanitários, abrangendo os feridos e doentes em resultado da acção de combate, assim como os feridos e doentes cujo estado não resulta da acção directa do combate." (CID, 2007a, p. 8-1).

<sup>69</sup> Para melhor compreensão esta força passará a ser designada por Módulo de Apoio Sanitário.

<sup>70</sup> A evacuação sanitária é o processo de deslocar o indisponível para um local onde este possa ser tratado, mantendo o tratamento do indisponível ao longo do deslocamento (CID, 2007a).

<sup>71</sup> Ver Apêndice E – Apoio Sanitário.

<sup>72</sup> Utilizado por Portugal em missões OTAN.

<sup>73</sup> A triagem é a avaliação e classificação dos indisponíveis para tratamento e evacuação, devendo ser feita o mais à frente possível, pelo médico mais qualificado (CID, 2007a).

<sup>74</sup> Nomeadamente através de "... triagem e reanimação, cirurgias imediatas, tratamento para a evacuação imediata, tratamento e hospitalização dos indisponíveis para regresso ao serviço,

De forma a colmatar as lacunas relativas à organização Módulo de Apoio Sanitário, podemos constituir uma Equipa Médica Avançada<sup>75</sup>, constituída por 3 elementos, que apesar do seu pequeno efectivo é compensada através do uso dos equipamentos à sua disposição, mas só tem capacidade para um máximo de 150 homens. Uma das formas de colmatar esta contra-partida é a integração de várias Equipas Médicas Avançadas para a protecção sanitária da força e dos PEEVAC (United Nations [UN], 1999).

### **3.1.5 DESTACAMENTO CIMIC**

Com o aparecimento de um conflito no país onde irá decorrer a NEO, poderão aparecer Organizações Não Governamentais (ONG) e OI com o objectivo de prover ajuda humanitária, económica e social. Surgindo assim a possibilidade de criar uma relação com estas organizações para atingir o sucesso da condução da operação, desta forma, emerge a necessidade de as forças militares coordenarem com as diversas entidades que possam aparecer no decorrer de uma NEO, dando assim o realce à CIMIC.

Após este enquadramento, vamos falar sobre o Destacamento CIMIC que integra a Componente Terrestre da FRI, não deixando de ter em conta as finalidades, as funções e os princípios da CIMIC para a realização de uma NEO<sup>76</sup> (EME, 2005b).

Este Destacamento conduz operações CIMIC a um nível tático, que consiste na interacção entre os meios militares e civis, onde as actividades relacionadas com a CIMIC terão o seu efeito imediato<sup>77</sup> (NATO, 2003). Bernardino (2009) considera necessário que o Destacamento CIMIC seja capaz de estabelecer contacto com as entidades civis na JOA, inclusive com as que permitam o aluguer de viaturas para fornecer mobilidade à Componente Terrestre da FRI.

A constituição do Destacamento CIMIC<sup>78</sup> permite a integração de um Oficial e de um Sargento no Comando da Componente Terrestre<sup>79</sup> e a formação de três Equipas CIMIC, constituído por elementos CIMIC<sup>80</sup> e especialistas funcionais<sup>81</sup>. Esta organização da força permite o maior controlo sobre as actividades CIMIC a desenvolver e uma maior rapidez na condução das tarefas CIMIC por parte das equipas<sup>82</sup>.

---

reabastecimento de material sanitário, apoio adicional em pessoal às unidades sanitárias que garantem o *Role 1*, gestão do stress devido às operações.” (CID, 2007a, p. 8-6).

<sup>75</sup> Ver Anexo U – Equipa Médica Avançada.

<sup>76</sup> Ver Apêndice F – Cooperação Civil-Militar.

<sup>77</sup> Está relacionado com as finalidades do CIMIC, nomeadamente a finalidade imediata.

<sup>78</sup> Ver Anexo S – Organização do Destacamento CIMIC.

<sup>79</sup> São os elementos de EM CIMIC na força, que têm como tarefas: planear e aconselhar o Comandante da LCC (EME, 2005b).

<sup>80</sup> Executam as operações CIMIC no terreno.

<sup>81</sup> São especialistas numa determinada área, podendo ser projectados individualmente ou em equipa. Estes especialistas tanto podem reforçar os Elementos de EM CIMIC que se encontram no comando da força assim como podem reforçar os Elementos CIMIC a actuar no terreno (EME, 2005b).

<sup>82</sup> Ver Anexo S – Organização do Destacamento CIMIC.

Recorrendo ao Exercício LUSÍADA 2008, verificamos um exemplo prático das tarefas incumbidas ao Destacamento CIMIC, que teve a oportunidade de realizar as suas tarefas de acordo com as fases CIMIC<sup>83</sup>, encontrando-se estas correlacionadas com as fases da Operação.<sup>84</sup>

Na Fase Pré Operacional, correspondente à Fase I (Projeção) da Operação, foram realizadas tarefas com o intuito de aconselhar o Comandante sobre como conduzir as tarefas CIMIC, preparar o Destacamento CIMIC e projectar elementos avançados para estabelecer contacto com a Embaixada (CTG 477.01, 2008). Por outras palavras, quando os elementos CIMIC chegam ao terreno, constituem-se como o ponto de ligação com as entidades civis, inclusive com a Equipa de Ligação, realizando de igual modo as tarefas que a Embaixada tem à sua responsabilidade e que esteja impossibilitada de as fazer.

A Fase Operacional correspondeu às Fases II e III (Implementação e Recolha respectivamente). Na Fase II, foram feitas coordenações com NGO e OI com o intuito de realizar os apoios necessários para a operação e população local, bem como para facilitar a entrada da FRI na JOA. Na Fase III, o Destacamento CIMIC apoiou a movimentação dos PEEVAC para o CCE e a Embaixada na evacuação destes para a BAI (CTG 477.01, 2008).

Na Fase de Transição, que corresponde à Fase IV (Retração), o Destacamento CIMIC apoiou a retirada dos meios utilizados na condução da NEO, para a BAI (CTG 477.01, 2008).

Com base nas fases CIMIC, o Destacamento CIMIC foi empregue com a finalidade de minimizar os impactos negativos da missão na população civil e, da mesma na missão. Analisando as tarefas e fases, verificamos que o objectivo do Destacamento CIMIC era a credibilização das Forças Nacionais, aumentando assim o seu nível de consentimento e cooperação com as ONG e OI para o apoio humanitário no terreno, o que aumenta a probabilidade de sucesso da missão.

Apesar das possibilidades que o Destacamento CIMIC possa oferecer à Componente Terrestre, nomeadamente nos meios humanos, este Destacamento deve ser usado especificamente para missões de índole CIMIC, sabendo exactamente quais as suas tarefas, a fim de não realizar as funções das outras forças que integram a FRI (Bernardino, 2009).

Pela análise do seu QOP<sup>85</sup>, verificamos que no Destacamento CIMIC poderão ser constituídas três Equipas CIMIC, implicando desta forma a entrega de meios de transporte a fim de permitirem às Equipas uma maior celeridade na execução das suas tarefas. Contudo se o Comando da Componente Terrestre ceder viaturas ao Destacamento CIMIC, ficará condicionado nas Transmissões e na mobilidade, devido aos poucos meios de transporte

---

<sup>83</sup> Fase Pré-Operacional, Fase Operacional, Fase de Transição (NATO, 2003).

<sup>84</sup> Ver Anexo T – Fases CIMIC no Exercício LUSÍADA 2008.

<sup>85</sup> Ver Anexo S – Organização do Destacamento CIMIC.

que possui. Com isto verificamos que é necessário equipamento e meios adicionais para as Equipas CIMIC, com a finalidade de conseguirem cumprir as tarefas que lhe estão atribuídas, podendo mesmo reforçar a Equipa de Ligação.

### 3.2 CAPACIDADES ADICIONAIS

Com base nas entrevistas e no estudo do Exercício LUSÍADA 2008, foram identificadas capacidades adicionais necessárias à Componente Terrestre da FRI para além das anteriormente referidas em relação às forças que integram o seu núcleo inicial de forças.

A Célula Geográfica Meteorológica e Oceanográfica (GEOMETOC), cedida pelo Instituto Geográfico do Exército (IGeoE) foi uma capacidade adicional que se revestiu de um elevado grau de importância no LUSÍADA 08 (Oliveira, 2009). Esta célula possibilitou o apoio à força na integração de informação geoespacial<sup>86</sup> relevante para a condução das operações. Permitiu igualmente ao Comandante da Componente Terrestre ter uma visão mais nítida dos aspectos físicos e geográficos do terreno, uma vez que os aspectos militares do terreno influenciam a acção da força.

Esta célula está prevista segundo MDN (2008), contudo não está presente no núcleo inicial da Componente Terrestre, estando apenas à disponibilidade. Com base na análise das entrevistas verifica-se que a Célula GEOMETOC deve estar presente no núcleo inicial de forças da Componente Terrestre, uma vez que é essencial para informar com detalhe o Comando da Componente Terrestre sobre informação geoespacial.

O *Human Intelligence*<sup>87</sup> (HUMINT) pode-se considerar necessário para uma NEO que tenha uma duração prolongada, uma vez que o HUMINT é "... a mais importante fonte de informações na maioria das CRO." (CID, 2007c, p. I-8-2). Os elementos que constituem a Equipa HUMINT deverão ser projectados antes do grosso da força a fim de fornecer ao Comandante o máximo de informação sobre a situação, ajudando no planeamento da operação, esta equipa poderá ser integrada com a Equipa de Ligação ou então a actuar paralelamente a esta. Já Bernardino (2009) refere que a informação, que poderá consistir sobre o terreno, a ameaça, possíveis pontos de entrada e locais de conflito, deve ser dada em tempo ao Comandante, devendo ser actualizada e credível.

---

<sup>86</sup> As informações geoespaciais consistem "... na exploração e análise das imagens de satélite, que visualizam, avaliam e descrevem os aspectos físicos e geográficos da área analisada" (CID, 2007c, p. I-2-8).

<sup>87</sup> O HUMINT é "... a informação obtida de notícias fornecidas por origens humanas..." (CID, 2007c, p. Glossário-5)

Efectivamente, verificamos que as Equipas HUMINT são uma mais-valia para a Componente Terrestre, visto que fornecem informação necessária para a condução da operação. Todavia, esta Equipa HUMINT deve ser projectada antes da Componente Terrestre para obter atempadamente a informação necessária para o planeamento do Comandante da Componente Terrestre, visto que para estas equipas serem eficientes, é necessário dar um determinado espaço de tempo para obter informação, uma vez que não são imediatos.

Apesar de existirem Forças de Operações Especiais a actuar no terreno, a Componente Terrestre deverá possuir a sua própria equipa *sniper*. Nos Quadros Orgânicos (QO) do 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista encontra-se integrada uma secção *sniper*<sup>88</sup>, podendo ser integrada na Componente Terrestre da FRI, nomeadamente na unidade de manobra. O uso de equipas *sniper* ajuda o Comandante no cumprimento da sua missão, uma vez que tem uma boa capacidade de observação e de efectuar tiros precisos, o que diminui o risco de danos colaterais, prevenindo assim um possível aumento da degradação do ambiente operacional.

Em suma, verificamos que a Equipa *sniper* permite ao Comandante da Componente Terrestre da FRI ter maior capacidade de observação no terreno e permite efectuar disparos precisos, contribuindo para uma menor degradação do ambiente operacional.

### **3.3 VALÊNCIAS ADICIONAIS**

Através do trabalho de campo realizado, constatámos que existiram lacunas em algumas valências relativamente à Componente Terrestre. Embora as valências apresentadas estejam presentes na Componente Terrestre, estas possuem algumas lacunas que pretendemos colmatar.

A protecção da força<sup>89</sup> tem um carácter multifacetado e abrangente, que deve estar presente de forma permanente numa NEO. Devido à falta da capacidade de projecção de equipamentos blindados que potenciem a protecção da força, aliada ao facto de a mesma poder ser lançada em pára-quedas ou por aterragem de assalto, o grau de protecção da força é diminuído. Uma maneira de aumentar o grau de protecção seria a aquisição de coletes balísticos ligeiros menos pesados relativamente aos que estão à disposição do

---

<sup>88</sup> Ver Anexo R – 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista.

<sup>89</sup> A protecção da força é "... um sistema integrado de medidas, atitudes e meios, que visam a manutenção do potencial de combate de uma força, face aos efeitos da acção de um adversário, da própria força ou das características do meio ambiente, para permitir o seu emprego no local e momento oportunos." (EME, 2005b, p. IV-7-2).

Exército e da aquisição de *Jammer*<sup>90</sup> para evitar a detonação de explosivos (Bernardino, 2009).

No entanto, Abreu (2009) considera que a protecção da força baseia-se no facto da força estar preparada para saber reagir à ameaça, incluindo nas Operações Artigo 5º. Ou seja, se uma força está preparada para reagir à ameaça, inclusive através do fogo, o seu grau de protecção é adequado para a operação. No entanto, numa NEO, a força além de ter que garantir a sua protecção, também tem que garantir a protecção dos PEEVAC, incluindo a protecção dos locais físicos onde estes se encontrem. Verificando-se desta forma que a força necessita de um aumento de protecção, nomeadamente para garantir a segurança dos PEEVAC, sendo assim necessário efectuar uma revisão sobre este assunto.

Uma valência que necessita ser colmatada é relativa à mobilidade da força. Embora existam planos logísticos para a projecção de viaturas, inclusive uma ambulância, verificamos que estes planos não são passíveis de serem executados. Este facto deve-se à falta da capacidade de projecção para a JOA por parte da Componente Aérea da FRI, condicionando fortemente a mobilidade da força. Segundo Pedro (2009), a Componente Terrestre só poderá articular a força após ter o conhecimento dos meios de projecção que a Componente Aérea possui, implicando a probabilidade de o Comandante da Componente Terrestre excluir o número de viaturas que pretendia para a condução da operação. Neste caso vemos que o planeamento não pode ser feito da forma mais profícua, visto que a Componente Terrestre terá que se adaptar aos meios aéreos da Componente Aérea, podendo não levar todos os meios necessários para a condução da NEO.

Segundo Abreu (2009), no LUSÍADA 2008, foram empregues duas viaturas que garantiram as comunicações do Comando da Componente Terrestre e do Comando da Companhia Pára-quedista, não havendo mais meios de transporte para as restantes forças que integram a Componente Terrestre. A fim de colmatar esta necessidade, é possível o aluguer de viaturas no local onde a operação decorre, sendo esta uma tarefa a ser realizada pela Embaixada. Para Francisco (2009), uma forma de colmatar esta necessidade de mobilidade, passa pelo uso de meios aéreos, nomeadamente helicópteros EH-101, e numa fase posterior os helicópteros NH-90 que actualmente se encontram em fase de aquisição. Contudo estes meios têm grandes encargos logísticos, uma vez que para estes meios poderem actuar continuamente é necessária a manutenção destes meios aéreos.

Segundo Pereira (2009) uma forma de garantir a mobilidade terrestre da força é a aquisição de viaturas de Plataforma de Assalto Multiusos (PAMU), que tem uma lotação de sete pessoas e possibilidade de atrelar um reboque. Além disso um C-130 tem a capacidade de levar dez viaturas PAMU, então se forem dois C-130, que levem ao total 20 PAMU, a mobilidade terrestre da Companhia Pára-quedista fica garantida. Contudo, esta viatura não aumenta significativamente o grau de protecção da força.

---

<sup>90</sup> Dispositivo que provoca o empastelamento das comunicações e meios rádio.

Uma das limitações identificadas pela Componente Terrestre foi relativa à logística, dado que o plano logístico da Componente Terrestre está directamente ligado à capacidade de projecção que a Componente Aérea possui e às necessidades operacionais derivadas da condução de uma NEO.

Na Componente Terrestre existe um conjunto de planos logísticos que estão relacionados com o grau de ameaça e ambiente operacional, nos quais estão espelhados os abastecimentos de Classe I, Classe III, Classe V e o emprego de viaturas para o cumprimento da missão, tendo inclusive planos de cargas para colocar em paletes o material a ser projectado (Oliveira, 2009). Estes planos estão fortemente condicionados pela capacidade de projecção, sendo alterados consoante o número e tipo de aeronaves disponíveis para uma NEO. Contudo, Bernardino (2009) prevê que o material e equipamento já deveria estar contentorizado ou então colocado em paletes, visto que a força tem um estado de prontidão de categoria 2 e ter que estar pronta a ser projectada rapidamente.

As forças têm que ter capacidade de sustentação no terreno, assim consoante a situação poderá ser necessário efectuar o lançamento de cargas no terreno onde a Componente Terrestre se encontra. Para isso é necessário integrar pessoal na BAI com valências de abastecimento aéreo para permitir o lançamento de cargas (Oliveira, 2009). Visto que a duração das operações são determinantes para o encargo logístico da força.

Correia (2009) refere que também deverão ser planeados os planos de contingência para o caso da Embaixada perder a capacidade de executar as suas tarefas, nomeadamente para a montagem e sustentação do CCE, assim como para adquirir viaturas.

Em síntese, a logística da força está directamente relacionada com a capacidade de projecção da força, porém, uma maneira de colmatar esta falha é a integração de pessoal de abastecimento aéreo<sup>91</sup> para efectuar o lançamento de cargas no terreno.

A interoperabilidade da Componente Terrestre encontra-se praticamente colmatada, uma vez que as comunicações, um dos grandes desafios da interoperabilidade, encontram-se aptas a servir o comando da força, a única lacuna é a impossibilidade de transmitir dados aos baixos escalões da Componente Terrestre. Mas a nível do Comando e Controlo da Componente Terrestre as comunicações são interoperáveis, contudo, Bernardino (2009) considera que a existência de uma continuidade no treino conjunto da Componente Terrestre permite a maior assimilação de procedimentos conjuntos que permitam um maior rendimento numa NEO, visto que se obtém interoperabilidade através dos procedimentos conjuntos.

Sintetizando, verificamos as necessidades adicionais, nomeadamente os meios, valências e, lacunas nas forças da Componente Terrestre da FRI. Permitindo desta forma a prossecução do estudo da temática em causa através da realização das conclusões.

---

<sup>91</sup> Estes elementos fazem parte dos QOP do Batalhão de Infantaria Pára-quedista.

## CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES E PROPOSTAS

Apresentada a investigação realizada ao longo deste trabalho, através da análise de bibliografia e das entrevistas, resta-nos fazer algumas considerações finais sobre o trabalho, sob a forma de conclusões e propostas. Faremos uma síntese conclusiva constituída pelo enquadramento teórico e pela investigação de campo, com a finalidade de responder à questão central do trabalho e às perguntas derivadas, sendo estas confrontadas pelas hipóteses formuladas. No final apresentaremos algumas propostas para melhorar, de uma forma geral a Componente Terrestre da FRI para a condução de uma NEO, tendo como base uma análise teórico-empírica.

### 4.1 SÍNTESE CONCLUSIVA

O fim da Guerra Fria e o 11 de Setembro de 2001 assinalam a mudança das relações de segurança entre Estados e a evolução das ameaças que colocam em causa as condições políticas, económicas e sociais de um Estado. Com base nestas evoluções foram desenvolvidas as CRO, onde as NEO estão enquadradas. Todavia verificamos que as NEO têm sofrido alterações em relação à prossecução dos interesses nacionais provenientes da sua realização.

Perante a possibilidade de existência de um conflito num determinado país e, que por esse mesmo facto é tomada a decisão de conduzir uma NEO face ao aparecimento de ameaças aos cidadãos nacionais. Esta ameaça está relacionada com o ambiente operacional, em que o mais provável é que a operação decorra num ambiente incerto, contudo, é necessário estarmos aptos a conduzir uma NEO em qualquer ambiente.

Com o intuito de assegurar a protecção de todos os cidadãos nacionais, o qual é um objectivo permanente do Estado e, dada a diáspora portuguesa, criou-se a FRI com a finalidade executar este tipo de operação. Sendo o seu núcleo inicial constituído pelas forças dos três Ramos das FA, as quais integram as respectivas Componentes, todavia, a FRI está vocacionada para actuar num ambiente operacional permissivo, sendo esta activada através da Directiva Operacional do CEMGFA a qual corresponde às necessidades emanadas na Directiva Iniciadora elaborada pelo Governo.

Com a finalidade de verificar as aptidões da Componente Terrestre da FRI numa NEO, recorreremos ao Exercício LUSÍADA 2008, cujo objectivo foi treinar a FRI na realização de uma NEO em ambiente operacional incerto. Na FRI estava incluída a Componente Terrestre, a qual estava composta unicamente pelas forças que estão descritas no catálogo inicial da força.

A hipótese identificada relativa à primeira questão derivada *“Dado a evolução do actual sistema internacional é necessária uma revisão sobre o conceito NEO e CRO, assim*

*como a revisão do seu enquadramento.*”: é parcialmente validada, visto que apesar da doutrina nacional não necessitar de rever o conceito CRO, a doutrina OTAN inclui as NEO em campanhas militares que poderão envolver um largo espectro de operações. Neste caso, respondemos em parte à questão derivada “*Qual o enquadramento das Operações de Evacuação de Não combatentes nas CRO dado o sistema internacional actual?*”, importando referir que o conceito NEO e CRO não necessitam ser revistos, contudo as NEO podem ser utilizadas tanto nas CRO como em Campanhas militares.

A hipótese identificada relativa à segunda questão derivada “*A Componente Terrestre da FRI tem possibilidade de executar NEO em ambiente incerto.*”: é validada, uma vez que o ambiente incerto é o ambiente mais provável para a Componente Terrestre da FRI ser empregue numa NEO. Através desta validação é possível responder à questão derivada “*Quais os ambientes operacionais e sua eventual degradação onde a Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata poderá conduzir Operações de Evacuação de Não-combatentes?*”, sendo o ambiente operacional incerto o ambiente mais provável onde a Componente Terrestre da FRI poderá actuar. Todavia, é pertinente referir que a FRI deve ser empregue em qualquer tipo de ambiente operacional, uma vez que os níveis de conflito nos países não são todos iguais, podendo mudar o nível de ameaça.

A hipótese identificada relativa à terceira questão “*O Exercício LUSÍADA permitiu verificar que existe necessidade de capacidades e valências adicionais à Componente Terrestre da FRI, resultado dos exercícios realizados ao longo dos anos.*”: é validada, dado que os Comandantes da força verificaram as possibilidades e limitações das forças no seu Comando na condução de uma NEO. Desta forma é possível responder à questão derivada “*Com base no Exercício LUSÍADA, foram identificadas capacidades e valências adicionais necessárias à Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata?*”. Verificam-se que foram identificadas capacidades e limitações na Componente Terrestre da FRI, traduzindo-se na necessidade adicional de capacidades e valências. Através das entrevistas e análise do Exercício LUSÍADA 2008 verificou-se de forma muito positiva a identificação das referidas necessidades, considera-se assim que a análise deste exercício foi profícuo para o estudo do tema em causa.

A primeira hipótese identificada relativamente à quarta questão derivada “*A Componente Terrestre utiliza todos os meios orgânicos que o núcleo inicial da FRI tem ao seu dispor.*”: é refutada, uma vez que a força não consegue ter ao seu dispor todos os elementos e meios que constituem a força devido aos constrangimentos provocados pela falta de capacidade de projecção para o terreno.

A segunda hipótese identificada relativamente à quarta questão derivada “*A Componente Terrestre da FRI não possui todas as capacidades necessárias à condução de NEO em ambiente incerto.*”: é validada, uma vez que foi identificada a necessidade de

integrar forças no núcleo inicial da Componente Terrestre, também foram identificadas necessidades nas forças que constituem o núcleo inicial da Componente Terrestre.

Com a validação das duas hipóteses é possível responder à questão derivada “*Qual a capacidade adicional necessária da Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata em ambiente operacional incerto?*”. Através da investigação de campo e da análise do Exercício LUSÍADA 2008, verifica-se que existem necessidades em termos de forças, nomeadamente o emprego de Equipas *Sniper*, equipas HUMINT e uma célula GEOMETOC. Em relação ao núcleo inicial da Componente Terrestre também se verificou lacunas quanto às suas possibilidades, uma vez que estas estavam subaproveitadas, nomeadamente o Módulo de Apoio Sanitário e o Destacamento CIMIC, os quais poderiam ser utilizados de forma mais proveitosa. Relativamente ao Destacamento de Transmissões este necessita de possuir mais capacidades na segurança e das comunicações de voz e dados, de forma a servir da melhor forma o Comando da Componente Terrestre. Relativamente à Companhia Pára-quedista, apesar de estar tecnicamente apta e vocacionada para este tipo de operação, verificou-se que está subdimensionada para um ambiente operacional incerto.

A hipótese identificada à quinta questão derivada “*A Componente Terrestre da FRI não possui todas as valências necessárias à condução de NEO em ambiente incerto.*”: é parcialmente validada, dado que apesar de não existir necessidade de valências adicionais verificamos que houve aspectos que os Comandantes não consideraram estar ao nível pretendido. Consequentemente, é possível responder à questão derivada “*Quais as valências que a Componente Terrestre da Força de Reacção Imediata não possui para conduzir uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes em ambiente operacional incerto?*”. Verifica-se que apesar de não se verificar que haja necessidade de valências adicionais, os Comandantes identificaram um subaproveitamento na logística, na mobilidade, na protecção da força e na interoperabilidade, sendo esta última somente ao nível das comunicações e procedimentos conjuntos entre as Componentes. Relativamente aos outros aspectos, estes assumem um papel preponderante numa NEO, visto que existe uma elevada necessidade de sustentação das forças assim como a ajuda humanitária ao país em conflito e, que a força necessita de maior protecção face ao grau de ameaça.

Intrinsecamente ligado à questão central, “*Está a Componente Terrestre da FRI apta a conduzir Operações de Evacuação de Não-Combatentes numa eventual degradação do ambiente operacional?*” constatámos que as forças que constituem a Componente Terrestre da FRI, apesar de serem forças vocacionadas e estarem tecnicamente aptas para a condução de uma NEO, resultado da sua experiência operacional, encontram-se **subdimensionadas e são insuficientes**, condicionando, dessa forma, a capacidade de actuação da Componente Terrestre da FRI, originado em grande parte pela capacidade de projecção que a FRI possui. Esta capacidade de actuação é essencial para a condução de uma NEO em ambiente operacional incerto, uma vez que a ameaça presente no território

coloca em causa a segurança dos PEEVAC e da própria Componente Terrestre, sendo desta forma, necessário assegurar a protecção dos diversos locais onde se encontrem.

Em relação às capacidades adicionais à Componente Terrestre foram identificadas capacidades adicionais e lacunas nas capacidades das forças que integram o núcleo inicial da Componente Terrestre. Relativamente às valências adicionais necessárias, existiram valências que os Comandantes consideraram estarem subaproveitadas, uma vez que são importantes para uma NEO em ambiente operacional incerto, sendo no entanto de salientar que é necessário que estas valências estejam presentes na Componente Terrestre. Face ao apresentado considera-se que deveria ser utilizada uma UEB, uma vez que permite colmatar as lacunas descritas.

Para finalizar, podemos afirmar que o uso da FRI é uma mais-valia para a consecução da política externa nacional, uma vez que o ambiente operacional incerto é o ambiente mais provável. Assim, a FRI tem que estar apta a conduzir uma NEO neste tipo de ambiente de modo a assegurar a sua protecção e a dos cidadãos nacionais, no entanto, face à realidade nacional verifica-se que o uso desta força é fortemente condicionada pela capacidade de projecção da força, sendo todavia urgente, conforme ficou demonstrado, alterar o seu núcleo inicial de forças.

## 4.2 PROPOSTAS

No sentido de colmatar as lacunas identificadas da Componente Terrestre da FRI, propomos que sejam levadas em linha de conta, por quem de direito, as seguintes sugestões:

- Integração de uma UEB para unidade de manobra, podendo-se constituir *task forces* de acordo com a situação, nesta UEB já estaria integrado a Equipa *Sniper*;
- Integração de equipas HUMINT e a Célula GEOMETOC no núcleo inicial da força;
- Aquisição de equipamento satélite portátil e equipamentos que possibilitem a transmissão segura e encriptada das comunicações, incluindo o PRC-525 versão *Man Pack* para equipar todo o núcleo inicial;
- Aquisição de viaturas PAMU para permitir a mobilidade da força e de meios para a protecção da força, nomeadamente *Jammer* e coletes balísticos ligeiros;
- Adaptar e organizar o Módulo de Apoio Sanitário, e colocar em período de stand-by;
- Realização do Exercício LUSÍADA com maior antecedência após a nomeação da FRI, sendo feito previamente a realização de treinos conjuntos pela Componente Terrestre.

As lacunas neste trabalho devem propulsionar novas investigações, assim como observações sobre essas falhas. Através deste Trabalho de Investigação Aplicada esperamos que tenhamos contribuído para o emprego da Componente Terrestre da FRI numa NEO.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Metodologia Científica

- Academia Militar. (2008). *Orientações para redacção de trabalhos*, Lisboa: Academia Militar.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação. Guia para auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Fortin, M. (1999). *O processo de investigação, da concepção à realização*. (N. Salgueiro, Trad.). Loures: Lusociência. (Trabalho original publicado em 1996). (Escrita original em francês).
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (J. Marques, M. Mendes, M. Carvalho, Trad.). Lisboa: Gradiva. (Trabalho Original publicado em 1995). (Escrita original em francês)
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

### Manuais

- Army Doctrine and Tactics Board. (1990). *Airborne Operations*. s.l.: Defence Staff.
- Borges, J. (2004). *Relações Internacionais*. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar.
- Borges, J. (2008). *Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: Serviços Gráficos da Academia Militar.
- Combined Communications-Electronics Board. (1998). *Glossary of Communications-Electronic Terms, ACP 167(H)*. s.l.: Combined Communication Electronics Board.
- Combined Communications-Electronics Board. (2004a). *Communication Instructions – General, ACP 121 (G)*. s.l.: Combined Communication Electronics Board.
- Combined Communications-Electronics Board. (2004b). *Information Assurance for Allied Communications and Information Systems. ACP 122(E)*. s.l.: Combined Communication Electronics Board.
- CID. (2007a). *Logística, PDE 4-00*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CID. (2007b). *Planeamento Tático e Tomada de Decisão, PDE 5-00*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- CID. (2007c). *Regulamento de Campanha – Informações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Department of the Army. (1994). *Noncombatant Evacuation Operations, FM 90-29*. Washington, DC: Department of the Army.
- Department of the US Army. (2008) *Operations, FM 3-0*. s.l.: Department of the US Army.
- EME. (2005b). *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EPI. (2001a). *Manual da Companhia de Atiradores*. s.l.: Direcção de Estudos e Instrução.

- EPI. (2001b). *Manual do Batalhão de Infantaria*. s.l.: Direcção de Estudos e Instrução.
- EPT. (1994). *Manual da Orgânica da Arma de Transmissões*. s.l.: Escola Prática de Transmissões.
- EPT. (1997). *Operações de Apoio à Paz*. s.l.: Escola Prática de Transmissões.
- Escola de Tropas Aerotransportadas. (s.d.). *Manual de Instrução do Curso de Operações Aerotransportadas*. s.l.: Direcção de Estudos e Instrução.
- IAEM. (2003). *Operações de Evacuação de Não-combatentes, ME-20-77-04*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- IESM. (2006). *Operações de Evacuação de Não-combatentes*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Joint Chief of Staff. (2007). *Non-Combatant Evacuation Operations, JP 3-68*. s.l.: Joint Chief of Staff.
- Joint Doctrine and Concepts Centre. (2000). *Non-combatant Evacuation Operations, JWP 3-51*. Swindon: Joint Doctrine and Concepts Centre.
- NATO. (2001). *Peace Support Operations, AJP-3.4.1*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (2003). *Civil – Military Co-operation (CIMIC) Doctrine, AJP-9*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (2005). *Non-Article 5 Crisis Response Operations, AJP 3.4*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (2007a). *Allied Joint Doctrine for Force Protection, AJP-3.14*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (2007b). *Allied Joint Doctrine for Non-combatant Evacuation Operations, AJP-3.4.2*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (2007c). *Allied Joint Doctrine for Psychological Operations, AJP-3.10.1(A)*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (2007d). *Allied Joint Doctrine, AJP-1(C)*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (2008). *NATO Glossary of Abbreviations used in Nato Documents and Publications, AAP-15*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- NATO. (2009). *NATO Glossary of Terms and Definitions, AAP-6*. Brunssum: North Atlantic Treaty Organization.
- Pires, A. (2008). *Joint Operational Commands in an Expeditionary Perspective*. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- Rocha, B. (s.d.). *Apontamentos de Tática de Transmissões*. s.l.: s.e.
- U.S. Navy. (1997). *Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Noncombatant Evacuation Operations, Joint Pub 3-07.5*. s.l.: U.S. Navy.

UN. (1999). *Medical Support Manual for United Nations Peacekeeping Operations*. New York: Department of Peace-keeping Operations.

### **Legislação**

*Constituição da República Portuguesa* (2005). Coimbra: Edições Almedina SA, pp. 12-26.

Lei n.º 29/82. (1982). Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, *Diário da República*, 1ª Série, de 11 de Dezembro, N.º 285 , pp.4063-4079.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003. (2003). Conceito Estratégico de Defesa Nacional, *Diário da República*, 1ª Série - B, de 20 de Janeiro, N.º 16, pp.279-287.

### **Dicionários**

Bowyer, R. (2004). *Campaign Dictionary of Military Terms*. Oxford: Macmillan Education.

Wehmeier, S., Mcintosh, C., & Turnbull, J. (Eds) (2005). *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*, Oxford: Oxford University Press.

### **Teses e Outros Trabalhos**

Calmeiro, L. (2004). *Operações de Evacuação de Não-combatentes: lições aprendidas e ensinamentos para o futuro, Trabalho Individual de Longa Duração*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Figueiredo, P. (2002). *Diplomacia e forças armadas. Que relações?, Trabalho Individual de Longa Duração*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

### **Documentos Electrónicos**

Dados Estatísticos sobre as Comunidades Portuguesas. Consult. 28 Junho 2009, disponível em <http://www.portugal-linha.pt/comustat.html>

Exercício Lusíada. Consult. 14 Junho 2009, disponível em <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/exerc/luisada>

### **Outros Documentos**

CEME. (2007a). *Directiva 244/CEME/07 Aprontamento dos militares do Exército que integram a Companhia Geral CIMIC (CGerCIMIC)*. s.l.: Estado-Maior do Exército.

CEME. (2007b). *Directiva 90/CEME/07 Directiva para o Exército (2007-2009)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

CEME. (2007c). *Directiva 94/CEME/07 Aprontamento das Unidades do Exército que integram o Núcleo Inicial da FRI*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

- CEMGFA. (2001). *Directiva Nº05/CEMGFA/2001 Directiva para Forças de Reacção*. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- CEMGFA. (2005). *Directiva Nº05/CEMGFA/2001 Força de Reacção Imediata*. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- CEMGFA. (2006). *Especificações do Exercício LUSÍADA 06*. s.l.: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- CEMGFA. (2008). *Especificações do Exercício LUSÍADA 08*. s.l.: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- Comando Operacional. (2007a). *Directiva N.º 06/Com Op/07 Directiva para a Componente Operacional do Exército*. Oeiras: Comando Operacional.
- Comando Operacional. (2007b). *Directiva N.º 13/Com Op/07 Aprontamento Das Unidades do Exército que integram o Núcleo Inicial da Força de Reacção Imediata (FRI)*. Oeiras: Comando Operacional.
- Comando Operacional. (2007c). *Directiva N.º 21/Com Op/07 Directiva para a Força Operacional Permanente do Exército*. Oeiras: Comando Operacional.
- Conselho Superior de Defesa Nacional. (2004). *Sistema de Forças Nacional – Componente Operacional*. Lisboa: s.e.
- CTG 477.01 (2008). *Ordem de Operações “ALIGATOR”*. s.l.: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- EME. (2005a). *QOP Nº 24.0.58 das Forças de Apoio Geral, Companhia Geral CIMIC*. s.l.: Estado-Maior do Exército.
- EME. (2006). *QOP Nº 24.0.21 da BrigRR, 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista*. s.l.: Estado-Maior do Exército.
- EME. (2007). *Extractos do Plano de Médio e Longo Prazo (2007-2024)*. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- EMGFA. (2008). *Exercício Lusíada 2008, Relatório Final de Exercício*. Lisboa.
- Land Component Command. (2008). *Ordem de Operações Templário 08*. Tomar: s.e.
- Ministério da Defesa Nacional. (2003). *Conceito Estratégico Militar CEM 2003*. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas.
- Ministério da Defesa Nacional. (2004). *Projecto de Missões Específicas das Forças Armadas MIFA 04*. Lisboa: Conselho de Chefes de Estado-Maior.
- Ministério da Defesa Nacional. (2008). *PLANCON Nº01/EMGFA/2001 – Plano PÉGASO (Alteração 2)*. Lisboa: Estado-Maior General das Forças Armadas
- Presidência do Conselho de Ministros. (2005). *Programa do XVII Governo Constitucional*. s.l.: s.e.

## GLOSSÁRIO

**Área de Operações Conjunta** – É a porção de espaço terrestre, marítimo e aéreo definido por um comandante estratégico, em coordenação com as nações e aprovada pelo NAC/MC, e em concordância com a arquitectura de planeamento operacional da NATO, e na qual um determinado comandante conjunto planeia e conduz operações militares com vista ao cumprimento de uma missão específica. A JOA e os seus parâmetros definidores tais como tempo, âmbito e área geográfica variam de acordo com a missão ou contingência e pode sobrepor-se às áreas de responsabilidade (EME, 2005b, p. II-2-16).

**Área Segura Temporária** – Local designado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, para onde os nacionais poderão ser deslocados rápida e facilmente, ficando em segurança. Idealmente será localizada em Portugal, mas nalgumas circunstâncias (ex.: indisponibilidade de meios de transporte) poderá estar localizada noutro país (IAEM, 2003, p. B-1).

**Base de Apoio Intermédia** – Base localizada fora do país onde se encontram os cidadãos a evacuar, com a finalidade de apoiar a operação, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista administrativo-logístico; pode estabelecer-se noutro país ou num navio sob controlo nacional. A necessidade desta base é consequência da distância de projecção e do grau de probabilidade de aumento das hostilidades. Idealmente, uma Base de Apoio Intermédia também se constitui como Área de Segurança Temporária (IAEM, 2003, p. B-1)

**Centro de Controlo de Evacuados** – Organização, sob a autoridade do MNE, que é responsável pela coordenação do movimento dos EP de uma área sob ameaça para uma área segura. Constitui, igualmente, um meio facilitador capaz de assegurar que apenas os EP previstos para a evacuação são deslocados. Deve dispor dos meios necessários para garantir o respectivo apoio médico e logístico (IESM, 2006, p. ii-1).

**Chefe de Missão** – Entidade responsável pela coordenação da operação. Normalmente é o Embaixador ou representante diplomático no país em crise, ou militar especificamente nomeado (IAEM, 2003, p. B-2).

**CIMIC** – A coordenação e a cooperação, em apoio da missão, entre o comandante de uma força militar e os actores civis, nos quais se incluem a população civil local e as suas autoridades representativas, bem como as organizações não governamentais internacionais e nacionais e ainda as agências (EME, 2005b, p. III-8-1).

**Comando Operacional** – Autoridade conferida a um comandante para atribuir missões ou tarefas aos comandantes subordinados, articular forças da maneira mais conveniente para a execução de tarefas operacionais e reter ou delegar controlo operacional e ou tático, como considere necessário. Não inclui em si autoridade no plano administrativo ou responsabilidade de ordem logística (EME, 2005b, p. II-2-4).

**Comando Tático** – Autoridade delegada num comandante para atribuir às forças e unidades sob o seu comando as tarefas necessárias ao cumprimento da missão que lhe tenha sido atribuída (EME, 2005b, p. II-2-5).

**Controlo Operacional** – É a porção de espaço terrestre, marítimo e aéreo definido por um comandante estratégico, em coordenação com as nações e aprovada pelo NAC/MC, e em concordância com a arquitectura de planeamento operacional da NATO, e na qual um determinado comandante conjunto planeia e conduz operações militares com vista ao cumprimento de uma missão específica. A JOA e os seus parâmetros definidores tais como tempo, âmbito e área geográfica variam de acordo com a missão ou contingência e pode sobrepor-se às áreas de responsabilidade (EME, 2005b, p. II-2-4).

**Evacuação** – Processo de retirada dos cidadãos de uma área ou país em crise até uma área segura. Inicia-se nos Locais de Evacuação e termina normalmente na AST (IAEM, 2003, B-5).

**Ministério dos Negócios Estrangeiros** - Constitui a organização de mais elevada posição diplomática de uma nação da Aliança. O MNE é o responsável político pela NEO (IESM, 2006, p. ii-3).

**Nação Hospedeira** – Uma nação que recebe forças e/ou abastecimentos de uma Nação amiga/aliada, para aí estacionarem, operarem ou efectuar um trânsito através do seu território (IAEM, 2003, B-6).

**Operação Aerotransportada** – Uma operação aerotransportada é uma operação conjunta que envolve o movimento aéreo de forças terrestres até à área do objectivo. Os meios empregues podem ser qualquer combinação de unidades aerotransportadas ou de

unidades de transporte aéreo. O tipo de aeronave de transporte utilizada depende da missão e da situação. As forças de combate podem ser auto-suficientes para operações de curta duração ou necessitar de apoio de combate adicional e de unidades de apoio de serviços para outro tipo de operações (EME, 2005b, p. III-8-1).

**Organizações Não-Governamentais** – Organizações não representativas de Estados, sem fins lucrativos, especializadas na ajuda humanitária e trabalho voluntário em países em vias de desenvolvimento (IAEM, 2003, p. B-6).

**Plano de Contingência** – Planos que se destinam a fazer face a situações de risco para a segurança nacional (IAEM, 2003, B-6).

**Plano de Operações** – Directiva pronta para execução, com forças atribuídas e graus de prontidão definidos, para o cumprimento da missão (IAEM, 2003, B-6).

**Processo de Planeamento Operacional** – é um processo coordenado de estado-maior, que visa encontrar a solução mais adequada de cumprir as tarefas atribuídas, ou a planejar para aquelas que venham hipoteticamente, a ser atribuídas no futuro. O processo de planeamento operacional é concebido para otimizar, de forma lógica e analítica, as fases do processo de decisão em ambiente de incerteza e ambiguidade, uma vez que o planeamento é, normalmente, afectado pela quantidade e qualidade da informação, tempo disponível e recursos (EME, 2005b, p. II-3-13).

**Prontidão** – Estatuto que representa a situação em pessoal, material e treino e o potencial de combate das forças unidades e meios e traduz-se pela categoria de prontidão (intervalo de tempo necessário para o aprontamento), complementada pelo indicador de prontidão (informação que descreve as limitações em pessoal, material e treino) e pela avaliação da eficiência para o combate. Não inclui o tempo de deslocamento para a área de operações (IAEM 2003, p. B-7).

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – INTEGRAÇÃO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA CIVIL COM O PLANO DE CONTINGÊNCIA MILITAR

Ponderada a vastidão e especificidade dos conceitos gerais de uma NEO, importa fazer uma abordagem geral sobre os Planos de Contingência. Através de IAEM (2003); IESM (2006) e MDN (2008) é possível fazer a integração do Plano de Contingência Militar no Plano de Contingência Civil. Salva-guarde-se o facto de este apêndice ser válido apenas na actualidade, dada a actual revisão do Plano de Contingência Militar.

### A.1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de clarificarmos a razão pela qual se utiliza a força militar numa Operação de evacuação de Não-Combatentes, apresentamos a forma como o Plano de Contingência Militar se integra com o Plano de Contingência Civil. Dado que uma NEO só é iniciada após uma Directiva Iniciadora emanada pelo Governo, conforme se demonstra na Figura A.1.



Figura A.1: Integração entre o planeamento civil e o planeamento militar.

Fonte: IAEM (2003, p. IV- 21).

## A.2 EXECUÇÃO DO PLANEAMENTO CIVIL E PLANEAMENTO MILITAR.

O Plano de Contingência Civil, designado por Plano REGRESSO, é “...destinado a permitir a evacuação dos cidadãos com recurso a meios civis...” (IAEM, 2003, p. IV-18). Este plano inclui as informações necessárias para o emprego das forças militares e, só é iniciado após a autorização do MNE ou pelo Chefe de Missão no caso de este não conseguir comunicar com o Governo português. O Plano de Contingência Militar, o Plano PÉGASO, permite a aceleração do processo de elaboração dos Planos e Ordens de Operações para a condução de uma NEO. Neste plano é definido o emprego das forças e os meios da FRI, o qual resulta de um Planeamento Antecipado<sup>92</sup> ou de um Planeamento de Resposta a Crises<sup>93</sup>. O Plano REGRESSO, é dividido em quatro fases e o Plano Pégaso compartimenta a conduta das NEO em cinco fases.

A primeira fase do Plano REGRESSO é denominada por “Prontidão Imediata” e, é iniciada após a autorização do MNE ou pelo Chefe da missão diplomática devido a uma eventual degradação da segurança dos cidadãos nacionais, sendo avisados os mesmos para se prepararem para abandonarem o país caso seja necessário. Nesta fase a missão diplomática presente no país revê os seus planos e necessidades de apoio, incluindo o uso de forças militares, enquanto o MNE estabelece contacto com o Governo do país em crise assim como com os países vizinhos com o fim de elaborar acordos relativos a uma possível evacuação.

No Plano PÉGASO a primeira fase, denominada por “Acompanhamento da Crise e início do Processo de Planeamento Operacional”, é caracterizada pelo início do acompanhamento da situação, a fim de verificar se não existe evolução relativamente à degradação do ambiente operacional no país em causa e pela difusão da Directiva Operacional<sup>94</sup> do CEMGFA após ter recebido uma Directiva Iniciadora<sup>95</sup> por parte do 1º Ministro. Com o evoluir da situação iniciam-se os contactos com as forças militares de países amigos e aliados de Portugal assim como as OI das quais faça parte (OTAN, EU, CPLP) a fim de implementar medidas de coordenação entre as forças envolvidas. O Comando e o EM da FRI e a Equipa de Ligação são convocados e, os meios que integram a FRI são activados. Se necessário, a Equipa de Ligação é enviada nesta fase a fim de

---

<sup>92</sup> Os planos gerados pelo Planeamento Antecipado “... devem ter uma previsão temporal próxima da prevista para o Planeamento de Forças.” (IAEM, 2003, p. IV-5).

<sup>93</sup> O Planeamento de Resposta a Crises “... destina-se a produzir um PLANOP, como resposta a uma crise existente ou em desenvolvimento.” (IAEM, 2003, p. IV-8).

<sup>94</sup> É a base para o desenvolvimento dos planos de emprego de forças (IAEM, 2003).

<sup>95</sup> Serve de resposta a uma situação específica. Para além dos objectivos políticos, detalha de que forma a missão militar pode contribuir para prossecução desses e ainda os pressupostos e as restrições políticas que se devem respeitar (IAEM, 2003).

preparar a chegada do grosso da força militar, a qual ajuda a rever os planos de apoio da Embaixada.

A segunda fase do Plano REGRESSO é a “Partida por meios comerciais” e surge como resposta ao aumento da degradação do ambiente operacional, em que os cidadãos nacionais não essenciais ao funcionamento da representação diplomática são avisados para abandonarem o país por meios comerciais. Anteriormente foi referido que na primeira fase do Plano PÉGASO a equipa de ligação poderia ser enviada, todavia, a Embaixada poderá pedir o seu envio apenas nesta fase.

No Plano Pégaso a segunda fase, “Posicionamento da FRI”, só se inicia após a Directiva de Execução por parte do 1º Ministro e é executada entre a segunda e terceira fase do Plano REGRESSO, na qual consiste em a FRI deslocar-se para a JOA e montar uma BAI. Nesta fase é necessário coordenar com a missão diplomática a condução da operação de evacuação e eventuais necessidades relativas à segurança, nomeadamente à do Chefe da Missão Diplomática, o que para ser um processo o mais célere possível, é fulcral que a Equipa de Ligação tenha efectuado todos os preparativos necessários para a chegada da FRI, enquanto esta acompanha o processo do movimento e segurança dos PEEVAC para os Pontos de Recolha e Áreas de Concentração, o qual se encontra sob a responsabilidade das autoridades diplomáticas, sendo auxiliadas pela Equipa de Ligação.

Relativamente ao Plano REGRESSO, a terceira fase, “Evacuação”, é aprovada pelo MNE e deriva do aumento do nível de conflito no país, em que o Chefe da Missão Diplomática ordena a partida de todos os funcionários da Embaixada, ficando apenas alguns elementos para o funcionamento da missão diplomática. Nesta fase o chefe de missão diplomática pode pedir a assistência militar consoante o grau de ameaça, enquanto que ao mesmo tempo os cidadãos deslocam-se para os Locais de Evacuação com a devida assistência da Embaixada. Sendo nesta fase, a qual o Comandante da FRI recebe ordem do CEMGFA para iniciar a operação.

Relativamente à terceira fase do Plano Pégaso, “Recolha/Evacuação”, consiste em a FRI garantir a segurança dos Pontos de Recolha e das Áreas de Concentração, incluindo a segurança dos cidadãos nos locais anteriormente referidos e, no deslocamento destes para o CCE. Nesta fase a Componente Terrestre da FRI, que se encontra no terreno, deve estar preparada para fazer face a contingências resultantes do ambiente operacional e sua possível degradação, uma vez que a força se encontra no terreno ficando dessa forma exposta a ameaças, incluindo os PEEVAC. Esta fase decorre entre a terceira e quarta fase do Plano REGRESSO.

A quarta fase do Plano REGRESSO, “Encerramento da representação diplomática” é caracterizada pelo encerramento da Embaixada e da evacuação de todos os cidadãos nacionais que se encontrem a prestar serviço na mesma. É pertinente referir que a

assistência militar pode ser pedida pela embaixada apenas nesta fase devido ao grau de ameaça.

O final da evacuação é colmatado com o transporte dos não-combatentes para o território nacional ou para um lugar seguro fora deste, podendo o transporte ser feito por meios comerciais aéreos ou navais. De acordo com o Plano Pégaso, a quarta fase, o “Retorno da Força”, a FRI auxilia as autoridades nacionais, nomeadamente no transporte dos não-combatentes para os locais anteriormente mencionados, através dos meios aéreos e navais que tenham ao seu dispor. Com a chegada dos não-combatentes ao território nacional ou a um lugar seguro, executa-se a quinta fase do Plano PÉGASO, a “Recolha da Força”, que consiste na retirada das forças que da FRI para o território nacional.

Em suma, a realização do Plano de Contingência Militar depende do Plano de Contingência Civil, sendo executado de forma a corresponder às necessidades que poderão advir de uma possível degradação do ambiente, desta forma os planos têm que ter flexibilidade, uma vez que as operações não são conduzidas todas da mesma forma.

## APÊNDICE B – REGRAS DE EMPENHAMENTO

As ROE destinam-se a controlar o emprego das forças militares em situações de paz, crise ou guerra, sendo aplicadas de acordo com o Direito Internacional, respeitando a Convenção de Genebra. Através das ROE é possível existir um controlo a nível político nas operações conduzidas pelas forças militares, com o intuito de não se verificarem desvios que possam conduzir a uma objecção internacional. São aprovadas segundo orientações de natureza política e definem o grau e o modo como a força vai ser aplicada numa operação militar, de forma a assegurar o seu controlo efectivo (IAEM, 2003).

Contudo, estas regras não se substituem às leis da guerra, mas devem ter em conta necessidades consideradas essenciais, tais como: o direito à auto-defesa<sup>96</sup>, à defesa de terceiros, à necessidade militar, à proporcionalidade da força e à redução de danos colaterais. Com as ROE procura-se homogeneizar a conduta das forças numa NEO, uma vez que existe uma forte relação político-militar (IAEM, 2003).

As ROE devem possibilitar o cumprimento da missão, assim como limitar o uso da força ao mínimo necessário para o sucesso da missão, além disso deverá garantir a auto-defesa das forças, a segurança dos PEEVAC e se necessário a propriedade nacional.

---

<sup>96</sup> Uso da força necessária e proporcional, incluindo letal, para defesa contra ataques ou ataques iminentes.

## **APÊNDICE C – EXERCÍCIO LUSÍADA 2008**

De forma a salvaguardar uma melhor compreensão sobre o estudo do Exercício LUSÍADA 2008, foi elaborado este apêndice. Este exercício foi compartimentado em quatro fases, sendo estas descritas de forma a possibilitar uma reflexão estruturada sobre o estudo deste exercício.

### **C.1 INTRODUÇÃO**

O Exercício LUSÍADA 2008 visou o treino e a avaliação da FRI numa NEO, o qual foi realizado ao nível operacional e tático, sendo a FRI a audiência primária e a CTF 477 a audiência secundária. O cenário do exercício foi baseado no emprego da FRI na condução de uma NEO, cujo cenário possuía condições semelhantes aos países onde as forças portuguesas poderão ter que actuar (CEMGFA, 2008).

No cenário foi criado um país fictício, denominado de “IDASSE”, onde estava estabelecida uma comunidade portuguesa, mas que com a degradação do ambiente operacional do país, 500 cidadãos desejaram ser evacuados. Neste cenário existe um outro país fictício, denominado de “Arquipélago de MALANGATANA”, o qual presta apoio à evacuação dos não-combatentes. Com este cenário foi permitida a utilização do Plano de Contingência Militar, o Plano PÉGASO, para o planeamento e condução da NEO (CEMGFA, 2008).

### **C.2 FASES DO EXERCÍCIO LUSÍADA 2008**

O exercício visou exercitar as cadeias de comando e as forças da FRI através de várias fases, que começaram em Setembro e acabaram em Novembro de 2008, foi conduzido em quatro fases.

#### **C.2.1 Fase 1 – Treino Individual e Colectivo**

A primeira fase do Exercício LUSÍADA 08, o Treino Individual e Colectivo, teve como finalidade permitir a todos os intervenientes atingirem os pré-requisitos necessários para a

correcta execução das suas funções no Exercício LUSÍADA e em futuras operações. Segundo CEMGFA (2008), esta fase foi dividida em quatro subfases, sendo estas:

- **Subfase 1A- Treino Interno**

Nesta subfase as forças da FRI e o CTF 477 elaboraram e testaram os seus procedimentos conjuntos, com o intuito de conseguirem estabelecer os procedimentos para a execução das tarefas que lhe estão designadas para a realização do exercício.

- **Subfase 2B – Seminário Académico**

Esta subfase consistiu na preparação dos Comandantes da FRI e do CTF 477 e os elementos dos EM, sendo o IESM o responsável pela elaboração das aulas. Nesta subfase foram utilizadas as lições aprendidas de exercícios anteriores e o estudo de operações realizadas, tendo como objectivo transmitir conhecimento sobre dificuldades e limitações que tenham sido sentidas nos exercícios e operações

- **Subfase 1C – Key Leader Training**

Esta subfase não foi realizada no exercício (EMGFA, 2008).

- **Subfase 1D – Battle Staff Training**

O objectivo desta fase consistiu na habilitação dos Comandantes das audiências nos procedimentos relativos à tomada de decisão, através da prática dos procedimentos operacionais normalizados.

## **C.2.2 Fase 2 – Planeamento Operacional**

Nesta fase foi realizado OPP, do qual resultou com um Plano de Operações. A condução do OPP permitiu pôr em prática o Plano REGRESSO, Plano REGRESSO e Plano PÉGASO, no qual resultou numa Directiva Inicial de Planeamento, através da elaboração do PLANOP e das OPORD das respectivas componentes.

Nesta fase foram utilizados os relatórios e informações que foram disponibilizados pela Equipa de Ligação, que anteriormente já teria sido projectada para o país em crise e estabelecido ligação com a Embaixada EMGFA (2008).

### C.2.3 Fase 3 – Execução

A terceira fase deste exercício consistiu no LIVEX, realizado pelas forças que integravam as componentes da FRI<sup>97</sup> e que adaptaram os seus meios face às suas limitações e ao cenário criado para o exercício.

Segundo EMGFA (2008), de forma a aumentar a especificidade desta fase, o LIVEX foi compartimentado em quatro fases:

- **FASE I – Projecção da Força**

Nesta fase a FRI deslocou-se para a JOA, sendo para tal necessário recorrer ao aluguer de meios comerciais aéreos ao uso dos meios da Componente Aérea para a projecção da força. A Equipa de Ligação já tinha sido projectada antes desta fase com o objectivo de apoiar o Adido de Defesa e/ou a Autoridade Nacional Diplomática na recolha de informação, manter as comunicações com o Comandante da FRI e informar a Divisão de Informações Militares e o COC acerca da evolução da situação.

Nesta fase a FRI foi projectada para o Sul de Portugal Continental, e utilizou instalações que se encontravam na JOA, cedidas pelos três ramos das FA, assim como o Aeroporto Internacional de Faro.

- **FASE II – Implementação**

Nesta fase a FRI montou os CCE em IDASSE a fim de preparar a recepção dos PEEVAC. Estes dois centros estavam sob a responsabilidade da Companhia de Pára-quedistas e da Companhia de Fuzileiros respectivamente, uma vez que cada uma tinha o seu sector e o seu CCE, assim como o seu próprio canal de evacuação, aéreo e marítimo respectivamente.

- **FASE III – Recolha**

Durante esta fase fez-se a recolha dos PEEVAC, os quais foram transportados para o Arquipélago de MALANGATANA pelos dois canais de evacuação, nomeadamente o Porto de Portimão e o Aeroporto Internacional de Faro.

- **FASE IV – Retracção da Força**

Nesta fase os PEEVAC foram entregues às estruturas do CNPCE que se encontravam no Arquipélago de MALANGATANA e a força deslocou-se para o território nacional através dos mesmos meios pelos quais fora projectada inicialmente.

---

<sup>97</sup> Ver Anexo Q – Organização Operacional da FRI no Exercício LUSÍADA 2008.

#### **C.2.4 Fase 4 – Avaliação**

Nesta fase foi conduzida uma Reunião Final de Exercício com o intuito de avaliar o desempenho das forças em relação ao exercício e identificar possíveis soluções, face a problemas que foram levantados ao longo do exercício, tendo estado presentes, o Comandante da FRI e o Comandante do CTF 477 assim como o pessoal que integrava o EM (EMGFA, 2008).

## APÊNDICE D – TRANSMISSÕES

Devido à imensidão de conceitos relativos às transmissões, importa fazer uma abordagem geral tendo como objectivo correlacionar os princípios e requisitos operacionais das transmissões para uma NEO. Sendo assim são apresentados de forma geral conceitos que se devem ter em conta para uma NEO.

### D.1 PRINCÍPIOS

Com o intuito de conseguir cumprir os objectivos inerentes às transmissões, segundo EPT (1997), devem ser respeitados os princípios básicos das transmissões, que ao longo dos anos se têm mantido imutáveis e parcialmente alcançados, sendo estes: a confiança, rapidez e segurança.

Relativamente ao princípio da confiança, seja qual for a situação decorrente do ambiente operacional, nunca deve ser degradada, o qual é baseado nas medidas a tomar para evitar alterações seja gralhas relativas a mensagens ou ordens a chegar ao destino (EPT, 1997).

Já no princípio da rapidez, deve-se ter em atenção o rápido manuseamento da informação, não descurando o princípio da confiança. Ou seja é são as medidas a tomar para os destinatários receberem as mensagens, ordens ou informações no mais curto espaço de tempo (EPT, 1997).

O princípio da segurança é baseada em regras que têm como objectivo que pessoas não autorizadas não tenham o acesso à informação ou então serem iludidas. Tendo como intenção realçar a segurança, podemos dividir este princípio em três partes, que embora sejam díspares, ao serem conjugadas complementam-se entre si, sendo a segurança física<sup>98</sup>, a segurança criptográfica<sup>99</sup> e a segurança de exploração<sup>100</sup> (EPT, 1997).

---

<sup>98</sup> A segurança física destina-se a "...proteger o equipamento de comunicações e os documentos classificados, face a captura, danos ou extravio." (EPI, 2001b, G-5).

<sup>99</sup> A segurança criptográfica consiste na "... existência de sistemas criptográficos tecnicamente eficazes e a estreita observância de instruções no sentido de evitar que o inimigo conheça o significado das mensagens, ou então retardar-lhes essa possibilidade." (EPI, 2001b, G-5).

<sup>100</sup> A segurança de exploração consiste na limitação da "... possibilidade de o inimigo interceptar as comunicações e impede que se aproveite dos nossos sistemas de comunicações para desenvolver actividades de decepção." (EPI, 2001b, G-5).

## D.2 REQUISITOS OPERACIONAIS

Devido à necessidade de as transmissões estarem aptas a servir o comando, foram levantados alguns requisitos operacionais que permitem um funcionamento eficiente no decorrer da operação. No caso das NEO, nomeadamente no continente africano, o ambiente operacional assume uma importância destacada, que poderá originar mudanças da situação<sup>101</sup>, reiterando assim a necessidade de ligação do Comando da Componente Terrestre com o COMFRI e com as suas forças. Sendo assim de forma a satisfazer as necessidades do Comando, EPT (1994) considera que o Destacamento de Transmissões tem de ter em consideração o seguinte:

- Ter um elevado nível de fiabilidade e sobrevivência;
- Ser capaz de permitir e apoiar a manobra do Comandante;
- Fazer face a eventuais alterações do ambiente operacional;
- Ser capaz de se movimentar no terreno, possuindo mobilidade;
- Garantir a segurança do tratamento e segurança da transmissão,
- Integrados na informação que se deverá transmitir assim como com os seus equipamentos;
- Possuir facilidades no manuseamento, instalação e manutenção do equipamento;
- Garantir a capacidade de ligar o Comando da Componente Terrestre com os sistemas estratégicos militares.

Desta forma, EPT (1994) refere que o Destacamento de Transmissões deve estar apto a garantir os seguintes requisitos operacionais:

- Flexibilidade;
- Mobilidade;
- Segurança;
- Sobrevivência;
- Rapidez;
- Fácil manutenção;
- Capacidade de Evolução.

Consequentemente, verificamos os princípios e requisitos operacionais que o Destacamento de Transmissões deve ter em conta para a realização de uma NEO, com o objectivo de servir o Comando da Componente Terrestre da FRI.

---

<sup>101</sup> Dependendo do grau de consentimento e credibilidade das forças, e.g.

## APÊNDICE E – APOIO SANITÁRIO

Este apêndice visa estabelecer algumas considerações a tomar em conta em relação ao Apoio Sanitário uma vez que este tem um papel preponderante numa NEO e na protecção sanitária da força e dos PEEVAC. Deprendendo desta forma a necessidade de tomar em conta algumas considerações relativas ao Apoio Sanitário.

### E.1 CONSIDERAÇÕES DE PLANEAMENTO PARA O APOIO SANITÁRIO

Para o planeamento da constituição do Módulo Sanitário e das suas respectivas capacidades devem ser respeitados os princípios do Apoio Sanitário, que são os seguintes segundo CID (2007a):

- Continuidade – O tratamento de um indisponível não pode ser interrompido a fim de diminuir o número de possíveis baixas numa NEO, segundo a doutrina nacional existe o pressuposto de o escalão de Apoio Sanitário ser apoiado pelo escalão superior, no caso de uma NEO o Módulo de Apoio Sanitário que actualmente é considerado *ROLE 1* deveria evacuar o indisponível para um Apoio Sanitário *ROLE 2*, podendo este estar colocado na BAI ou então numa Fragata que integre a Componente Naval (Pires, 2009).
- Controlo – Numa NEO, a FRI ao levar o mínimo possível de meios necessários vai infligir ao Módulo de Apoio Sanitário uma limitação nos seus meios humanos e materiais, assim é necessário haver uma elevada capacidade de controlo pelo mais alto escalão, neste caso poderá no EM da FRI existir um *Medical Adviser* (EMGFA, 2008).
- Proximidade – O módulo de Apoio Sanitário deve estar o mais à próximo possível para que o tratamento se inicie o mais rápido possível, este módulo normalmente estará localizado no CCE ou junto ao Comando da Componente Terrestre.
- Flexibilidade – O Apoio Sanitário deve estar apto a dar resposta às necessidades derivadas de uma possível degradação do ambiente operacional.
- Mobilidade – As equipas que integram este módulo devem ter a mesma capacidade de se movimentar no terreno que a Companhia de Manobra, no entanto está planeado numa das modalidades de acção a nível logístico a projecção de uma ambulância para possibilitar o movimento e evacuação, devendo ser ponderado o uso de helicópteros para possíveis evacuações.
- Conformidade – Os elementos que integram o Apoio Sanitário devem estar aptos a assegurar as necessidades inerentes à sua função, uma das vantagens no Plano

PÉGASO é o núcleo inicial da força ser genérico, dando a possibilidade de aumentar ou diminuir os efectivos e respectivas capacidades (Oliveira, 2009).

Estas considerações anteriormente referidas permitem rentabilizar as capacidades do Módulo de Apoio Sanitário para a condução de uma NEO.

## APÊNDICE F – COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR

Em consequência da vastidão de conceitos relativos à CIMIC, importa fazer uma abordagem geral deste assunto, tentando convergir as finalidades, funções e princípios da CIMIC necessários para a condução de uma NEO. Sendo assim são apresentados de forma geral, conceitos que se devem ter em conta para uma NEO, tentando demonstrar linhas orientadoras que a CIMIC deverá ter em conta.

### F.1 FINALIDADES DA CIMIC

A CIMIC é composta por três finalidades: a finalidade imediata, finalidade de médio prazo e a finalidade de longo prazo, as quais se complementam entre si. Considerando que uma NEO é uma operação que decorre num curto espaço de tempo, poderemos debruçar-nos incisivamente sobre as duas primeiras finalidades.

A finalidade imediata visa “... estabelecer, proporcionar e manter a cooperação entre o Comando de uma força militar, as autoridades civis, organizações, agências e a população, presentes na área de operações...” (EME, 2005b, p. IV-8-1), podendo desta forma dizer que esta finalidade possibilita a criação de condições que permitam ao Comandante vantagens para o cumprimento da missão.

A finalidade de médio prazo permite a criação e manutenção de condições que permitam atingir o estado final da operação (EME, 2005b). De forma a complementar estas finalidades poderemos dizer a CIMIC tem como finalidade estabelecer e manter a cooperação da população e instituições civis com o Comandante da Força, a fim de criar condições que lhe permitam cumprir a missão. (NATO, 2003)

### F.2 FUNÇÕES DA CIMIC

Relativamente às funções da CIMIC, vamos referir algumas funções que estão intrinsecamente ligadas a uma NEO, sendo estas: a ligação civil-militar, o apoio à força e o apoio à política externa de Portugal.

Relativamente à ligação civil-militar, a ligação entre a força militar e a autoridade civil tem como objectivos: a criação de um clima de confiança e a garantia da liberdade de acção por parte da força. Ou seja, a intenção desta relação é a de assegurar a coordenação

necessária para facilitar o planeamento e a condução das operações militares (EME, 2005b).

O apoio à força relata-se ao facto de ocorrerem situações relativas à força que a actua no terreno necessitar do apoio da população para a obtenção de recursos e informações das autoridades civis, com a intenção de assegurar a sua liberdade de acção no terreno em segurança (EME, 2005b).

O apoio à política externa de Portugal reporta-se a um leque de actividades conduzido pela força a fim de apoiar e auxiliar a política externa de Portugal, nomeadamente pela credibilização das forças nacionais (EME, 2005b).

### **F.3 PRINCÍPIOS DA CIMIC**

Os princípios da CIMIC são regras gerais que norteiam a condução das operações, podendo dividir-se em duas áreas: os Princípios de Natureza Militar e os Princípios de relacionamento Civil-Militar.

Os Princípios de Natureza Militar são um “... conjunto de princípios orientadores do processo militar interno os quais tornam possível o desenvolvimento e a operacionalização de um plano CIMIC e regulam a sua execução.” (EME, 2005b, p. IV-8-3), estes princípios baseiam-se em processos estritamente militares que orientam o desenvolvimento da condução do plano CIMIC.

Os Princípios de relacionamento Civil-Militar são “... princípios que servem de orientação para o estabelecimento e manutenção de um efectivo relacionamento civil-militar com as autoridades civis, agências, organizações e populações.” (EME, 2005b, p. IV-8-3).

Em suma, a finalidade, funções e princípios da CIMIC são linhas orientadoras pelas quais o Comandante da Componente Terrestre se deverá apoiar para poder tirar o máximo de rendimento do Destacamento CIMIC na condução de uma NEO.

# APÊNDICE G – SÍNTESE DA TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO CORONEL ALPEDRINHA PIRES

## Guião de Entrevista

Local: EMGFA – Lisboa

Data: 29 de Junho de 2009

Em virtude do meu Coronel desempenhar funções de Chefe da Repartição de Planos na Divisão de Operações, responsável pelo Planeamento de Contingência para as NEO e anteriormente como Oficial Primariamente Responsável pelo Planeamento do Exercício LUSÍADA e, que desta forma o manteve ligado às Operações de Evacuação de Não-Combatentes, considero que esta entrevista é de extrema importância.

### **1. Onde é que se enquadram as Operações de Evacuações de Não-Combatentes?**

As NEO não são exclusivamente consideradas como Operações de Apoio à Paz ou Operações Humanitárias, podendo ser executadas por forças da NATO no decurso de uma determinada operação ou então de forma autónoma pelas nações. Elas são apontadas como uma reserva das nações, isto é, se estiver a decorrer uma operação militar numa zona de crise ou numa zona em que já tenha sido atribuída uma missão que envolve determinadas responsabilidades do Comandante de uma Força Internacional, por uma força da NATO ou União Europeia, é possível ser realizada uma NEO. Uma força da NATO pode executar uma acção de apoio à Evacuação no decurso de uma PSO ou então uma operação autónoma de contingência NEO.

Eu penso que o enquadramento actual vai-se manter desta forma, o que tem vindo a acontecer é que as nações têm vindo a procurar de forma mais acentuada a coordenação do planeamento de contingência.

### **2. A actual evolução do quadro internacional caracteriza-se pela instabilidade política e social. Considera que o estudo do ambiente operacional é um factor importante para a execução da operação?**

Eu acho que sim. Podem de facto existir alterações no ambiente operacional que alterem um determinado quadro de respostas que se espera do ambiente, isto relativo a cada país onde possa surgir uma necessidade de evacuar cidadãos. Há uma determinada configuração no quadro comportamental do emprego da força, nos actores e na possível resposta a uma ameaça relativamente a uma situação geopolítica em específico onde um determinado conjunto de actores tende a reagir de uma forma semelhante. Com isto quero

dizer que, a título de exemplo, numa situação em que determinada população costuma matar, de forma a resolver os conflitos, tenderá a reagir de forma igual em situações de conflito e este padrão de resposta, seja qual for o seu sentido, está ligado a uma cultura étnica que em África é muito marcante.

Ora, o surgimento de novas formas de ameaças, designadamente, a ameaça assimétrica pode introduzir diferenças na resposta militar em relação à violência que pode ser gerada. Com o surgimento das ameaças assimétricas e do terrorismo internacional com fundamentação religiosa, em África vai valer a pena estudar o ambiente operacional, o que poderá determinar algumas mudanças do mesmo. Embora o ambiente operacional seja importante, o seu estudo não pesa muito, mas no quadro das nações e etnias que respondem violentamente, poderá implicar alterações significativas no ambiente operacional. No caso das NEO, não vejo que o estudo do ambiente operacional seja muito importante, excepto em relação à componente humanitária, já que esta embora seja pouco valorizada é uma componente que deve ser tida em conta, uma vez que em situações de crise em África a ajuda humanitária pode servir como “moeda de troca” para assegurar o cumprimento da missão.

### **3. O que é o Exercício LUSÍADA e a sua importância para o aprontamento da FRI?**

O Exercício LUSÍADA é onde as Forças Armadas são exercitadas na condução de uma NEO e onde se verifica e se certifica a FRI de certa forma. A questão de certificar prende-se pelo facto das Forças Armadas portuguesas não possuírem o conceito de certificação bem definido, ou seja qual o processo e se o Exercício em si se destina a certificar a própria força e os seus Estados-Maiores dos quartéis-generais. O exercício serve essencialmente para treinar e exercitar, o comando e controlo, os comandos e os estados-maiores dos quartéis-generais e também as forças que compõem a FRI.

#### **3.1. Considera que a FRI está pronta para a condução de uma NEO após a realização do exercício?**

É subjectivo, porque para poder considerar que estava pronta era preciso que o conceito estivesse definido, o que não acontece. É claro que o exercício é feito para capacitar a força para o fazer. Formalmente, depois de fazer o exercício, estará em condições para conduzir uma operação, sendo melhor conhecidas as suas limitações e processos a melhorar, mas para estar preparada é necessário formalizar o conceito de aprontamento e certificação.

Existe um conjunto de medidas às quais é necessário exercitar, verificar e avaliar as limitações, para posteriormente serem corrigidas, apesar das diversas fases da qual é composta, o mais importante é o de conhecer as limitações, quer em termos de capacidades e de procedimentos. Para o Comandante, isto é essencial porque as forças que estão

previstas podem não ter atribuído meios ou ter mesmo deficiências nos seus equipamentos que lhe causam um determinado efeito na degradação das capacidades da força. O importante é conseguir determinar com rigor quais as limitações em termos das capacidades e quais os procedimentos, inclusive se têm que ser mais bem treinadas e em que aspectos.

Em suma, o Comandante Operacional e o Comandante da FRI após o Exercício LUSÍADA terão melhor conhecimento sobre as limitações e capacidades para o cumprimento da missão.

#### **4. Nos Exercícios LUSÍADA 06 e LUSÍADA 08 foram criados cenários diferentes para a realização da Operação de Evacuação de Não-Combatentes.**

##### **4.1. Que alterações foram verificadas em relação ao cenário criado?**

No cenário a grande diferença foi esta: o LUSÍADA 06 permitiu que em terra fossem projectadas as forças dos fuzileiros e as forças terrestres em conjunto e só foi montado um CCE.

No LUSÍADA 08, para além da adequação geopolítica do cenário a uma determinada região específica de África, levou ao estabelecimento de dois sectores na área de responsabilidade terrestre, em que num dos sectores foi projectada uma força de fuzileiros e no outro sector foi projectada uma força de pára-quedistas, sendo montado um CCE e uma via de evacuação em cada sector, portanto neste exercício existiam mais desafios de coordenação ao nível do Comandante da FRI.

##### **4.2. Que alterações foram verificadas em relação à Componente Terrestre da FRI?**

Não é fácil dizer se teve ou não alterações, isto depende muito das opções que foram tomadas, mas foi considerado que o trabalho de HUMINT necessitava de mais planeamento para a condução da operação. No campo do CIMIC foi considerado que a equipa do CIMIC poderia apoiar melhor ou mesmo reforçar a equipa de ligação, mas resulta de uma opção que foi tomada pelo Comandante da Força em a equipa CIMIC reforçar a montagem do CCE. Teoricamente o uso da FRI destina-se apenas a garantir a segurança dos evacuados, mas como pode ser solicitado, na modalidade de acção mais perigosa o apoio da evacuação pode incluir a montagem do CCE. Para tal tem que haver pessoal especializado e treinado para fazer isso, para montar as diferentes secções do CCE, e no caso do LUSÍADA 08 foram utilizadas a equipa sanitária e equipa CIMIC, e desta forma foi mais notada a necessidade da equipa CIMIC fazer o seu próprio trabalho.

De facto a ajuda humanitária é muito importante, como nós vimos em operações anteriores. Neste exercício, isto não aconteceu, o LCC viu-se muito limitado neste campo, não só porque não conseguiu projectar nem planeou projectar ajuda humanitária em grandes quantidades para apoiar a condução da sua operação.

Foi identificada uma outra necessidade eventual de apoio médico, hospital ou INEM. O Apoio Sanitário deveria ser *ROLE 2* na JOA, claro que este apoio poderá estar na área logística da Base de Apoio Avançada.

**5. No Exercício LUSÍADA 08 o ambiente operacional era incerto.**

**5.1. A Componente Terrestre da FRI teve necessidade de meios adicionais?**

Há uma capacidade que se tem vindo a verificar que é necessário, são as equipas de apoio psicológico que são, concretamente, equipas de psicólogos que apoiam as pessoas que se encontrem “em baixo”, podendo até serem projectadas mais à frente e estarem presentes no CCE, assim como a equipa CIMIC.

Depois há uma componente que nos outros exercícios tem sido requisitada e nestes últimos não têm sido, que são equipas de operações psicológicas, que penso que seja importante, uma vez que auxilia no cumprimento da missão assim como cria condições para facilitar a evacuação.

**5.2. Quais foram as valências que faltaram à Componente Terrestre da FRI para a condução do exercício?**

Relativamente à protecção da força, nos exercícios que executamos não chegámos a degradar o cenário ao ponto de ser necessário, mas outros países têm chegado à conclusão que pode ser necessário, inclusive a protecção na defesa de pontos sensíveis

É necessário determinar quais as viaturas e armamento que se deverá levar, ou seja a configuração que a força deverá ter é muito importante, para manter a protecção da segurança de itinerários, no deslocamento a protecção de pontos sensíveis. Outra lacuna que existe é a nível do Comando e Controlo, em termos de capacitar a integração do comando da Componente Terrestre com o escalão superior, o que tem vindo a evidenciar dificuldades, inclusive por não ter meios orgânicos de integração na rede SECNET.

**6. Considera que o actual catálogo de forças que compõem a FRI é o mais adequado?**

**6.1. Apontaria algumas lacunas que possam existir na organização da Componente Terrestre da FRI, que gostaria de ver colmatadas?**

Além do factor de protecção da força, tem que se dar maior protecção sanitária à força o que tem sido verificado, mas que não tem sido clarificado, uma vez que no quadro da protecção da força, em termos sanitários não está bem delineado. A Marinha tem estes módulos mais bem definidos, relativamente à Componente Terrestre.

**7. Ao nível do Comando e Controlo, se existir uma eventual degradação do ambiente operacional, encontra-se capaz de continuar com as suas funções?**

**7.1. Como se articulará o comando?**

Esta articulação pode-se dizer que é relativamente simples. Ou se delega e atribui-se a autoridade aos comandos das componentes e estes vão para o teatro de operações e fazem a evacuação respectivamente por via marítima, aérea ou terrestre ou então o Comandante da FRI vai para a JOA, podendo ir para terra (na Base de Apoio Avançada ou acompanhando o LCC para a Área de Operações) ou então para um navio, acompanhando o MCC. Se a situação o justificar o Comandante da FRI vai com a FRI, ou seja está no terreno onde se realiza a operação.

**8. Dado as especificidades da FRI, os recursos humanos têm de estar preparados para as operações que exigem capacidade de reacção rápida, que implicações para os recursos humanos que compõem a Componente Terrestre?**

As implicações inerentes é estarem preparados, vacinados, treinados, prontos e disponíveis, em estado de prontidão categoria 2, que é até 5 dias. Com isto quero dizer que devem existir planos de utilização da força, em especial considero que os recursos humanos deverão estar vacinados e bem treinados.

**9. Considera que o estudo da Componente Terrestre da FRI num ambiente operacional incerto é importante? Porquê?**

Sim, acho que é muito importante. Porque tem que ser determinado com precisão a capacidade da força em garantir o mínimo de risco possível para conduzir a operação. Relativamente ao ambiente operacional incerto, este é o ambiente operacional mais provável, uma vez que as FA normalmente são chamadas quando já não há segurança para as comunidades portuguesas e estas necessitam ser evacuadas.

**10. Qual a sua visão de futuro relativamente à Componente Terrestre da FRI na condução de uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes em ambiente operacional incerto?**

A assistência militar é feita quando a segurança das pessoas encontra-se em causa, ou seja as FA provavelmente efectuem num ambiente incerto, uma vez que as nossas comunidades têm um elevado grau de confiança com as culturas onde se encontram instaladas, e só aceitam sair do país quando vêem que já não existem efectivamente condições de segurança. Com isto a Componente Terrestre da FRI tem que estar preparada para actuar neste ambiente.

**Nota:** A transcrição integral desta entrevista encontra-se na posse do autor.

# APÊNDICE H – SÍNTESE DA TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO CORONEL FRANCISCO

## Guião de Entrevista

Local: IESM – Lisboa

Data: 01 de Julho de 2009

Em virtude do meu Coronel desempenhar as funções de Comandante da FRI em 2006 e conseqüentemente ter sido o Comandante da FRI no Exercício LUSÍADA 2006, considero que esta entrevista é de extrema importância.

**1. Onde é que se enquadra as Operações de Evacuações de Não-Combatentes, dado o actual sistema internacional? É necessário alguma revisão do conceito?**

As NEO são executadas com fins estritamente humanitários, i.e. sem mais alcance político que uma operação humanitária possa ter. Quanto à necessidade de revisão do conceito, é preciso dizer em primeiro lugar que no Lusíada 2006 utilizámos o conceito NATO, relativamente ao qual não tenho identificada qualquer necessidade de alteração. Porém, para que o conceito NATO possa ser utilizado em operações nacionais de forma ajustada, poderá ser considerado suplementá-lo.

**2. Quais os ambientes operacionais em que a Componente Terrestre da FRI pode ser empregue?**

Formalmente a FRI deverá estar pronta para operar em ambiente permissivo. Porém, parece-me que a Componente Terrestre deverá estar preparada para operar em ambientes mais exigentes.

**3. O que é o Exercício LUSÍADA e a sua importância para o aprontamento da FRI?**

No Lusíada é exercitado o comando e as forças afectas à FRI. O LUSÍADA torna-se particularmente importante, devido à mudança anual do comando da FRI e do seu estado-maior, o que constitui uma situação exigente e difícil de gerir. O exercício poderia ser mais bem aproveitado, se não houvesse uma necessidade tão básica de constituir o estado-maior. O EM é desenvolvido desde a raiz para cada exercício, sendo necessário um elevado esforço para aspectos básicos de treino interno e treino inicial. Se não houvesse essa necessidade o exercício poderia ser mais avançado e mais específico.

**3.1. Considera que a FRI está pronta para a condução de uma NEO após a realização do exercício?**

Após o exercício, a FRI atinge o standard necessário para conduzir uma NEO. Embora uma NEO não seja muito exigente do ponto de vista militar, é uma operação delicada: é executada em situações complexas, no meio de civis, a longa distância, e pode complicar-se de um momento para o outro, com consequências políticas imediatas. Portanto, não se deve subestimar este tipo de operação e deve-se procurar manter standards elevados de prontidão e de capacidade para a conduzir.

**4. Relativamente ao Exercício LUSIADA 06.**

**4.1. Qual foi o cenário criado?**

Relativamente ao cenário era formalmente um ambiente permissivo. Na realidade estava no limite do ambiente permissivo, senão mesmo, em alguns aspectos, em ambiente incerto ou mesmo hostil.

**4.2. A Componente Terrestre da FRI teve necessidade de meios adicionais?**

Como o exercício foi efectuado em Portugal, foram empregues mais meios que poderíamos deslocar se fizéssemos um exercício num local distante. Alguns aspectos específicos de necessidades de meios adicionais só o LCC poderá precisar.

**4.3. Quais foram as valências que faltaram à Componente Terrestre da FRI para a condução do exercício?**

O LCC estará em melhor posição para se pronunciar. Porém, para o exercício, como afirmado acima, não foram colocadas restrições significativas às valências utilizáveis. Portanto, se faltaram valências provavelmente não existem. Numa situação real pode não ser bem assim, dadas as limitações associadas às longas distâncias.

**5. Considera que as forças que constituem a Componente Terrestre tem entre si alguma lacuna relativamente à interoperabilidade?**

A questão relativa à interoperabilidade dentro da Componente Terrestre deve ser colocada ao LCC. A nível conjunto as possibilidades e necessidades de melhoria são muito vastas. Para se conseguir grande eficácia, eficiência e o mínimo de riscos, é da maior importância partir para uma operação destas, com significativa superioridade operacional. A superioridade operacional assenta primariamente na superioridade tecnológica ao nível do Comando e Controlo e das forças. Superioridade de Comando e Controlo significa superioridade de comunicações, de informação e de decisão. Para isso concorre a “picture” terrestre, aérea e marítima, pela utilização de meios como o P-3 Orion. Para garantir superioridade será necessário cada vez mais trabalhar em rede.

**6. Considera que o actual catálogo de forças que compõem a FRI é o mais adequado? Porquê?**

As forças terrestres da FRI são forças especiais bastante exercitadas e muito adequadas a este tipo de operação. Porém, parece-me fundamental a disponibilidade de heli-transporte para aumentar a mobilidade e reduzir os riscos. Operar em rede com as outras componentes garante superioridade de informação e de decisão.

Relativamente às forças aéreas será da maior importância dispor do máximo de capacidade para projectar as forças via aérea e para extrair não combatentes. Os helicópteros da FAP de elevado valor táctico, maximizada a exploração da sua capacidade de projecção, podem também ser de elevado valor numa NEO

**6.1. Apontaria algumas lacunas que possam existir na organização da Componente Terrestre da FRI, que gostaria de ver colmatadas?**

Não tenho comentários específicos a fazer relativamente à organização da Componente Terrestre. Todavia, parece-me importante que cada vez mais esteja não só equipada como treinada e organizada para operar em rede com as outras componentes.

**7. Ao nível do Comando e Controlo da FRI, se existir uma eventual degradação do ambiente operacional, a capacidade de comando e controlo é diminuída?**

Se o ambiente operacional se degradar, é claro que nós temos que estar preparados, ou seja todo o nosso planeamento tem que prever qualquer alteração do ambiente operacional, uma vez que não podemos pensar que vamos encontrar apenas um ambiente permissivo. Porém, quanto mais se degrada o ambiente operacional mais se revelam eventuais limitações de Comando e Controlo. Parece-me que a minimização das limitações passará pela criação de melhores soluções a nível do comando e controlo. O pessoal que constitui o EM deverá ter uma maior dedicação às suas funções, ou seja não rodar todos os anos e fazer mais exercícios que sejam mais longos e mais realistas.

Importa notar que nós temos efectuado poucas operações reais. O incentivo para manter uma operacionalidade elevada não é palpável. Normalmente o que não se usa vai-se perdendo. Para contrariar esta tendência é necessária uma determinação muito elevada e persistente. Este talvez seja o maior desafio que enfrentamos relativamente à FRI.

**8. Considera que o estudo da Componente Terrestre da FRI num ambiente operacional incerto é importante? Porquê?**

Esta questão da FRI só actuar no ambiente permissivo é muito teórica - perante a realidade estas concepções são ultrapassadas rapidamente. Não podemos planear e treinar apenas para ambientes permissivos, nós temos que treinar para ambientes mais exigentes.

O que se passa numa situação destas, é que só iniciamos uma NEO quando houver realmente problemas, não vamos lá preventivamente porque muitas vezes as pessoas não querem sair, e as que quiserem sair saem pelos próprios meios. Parte das pessoas têm a esperança de que a situação não se degrade muito. Raramente podemos pensar que vamos actuar num ambiente permissivo, porque não temos controlo sobre o ambiente, podendo passar para incerto ou hostil. Uma operação que começa numa ambiente permissivo pode terminar noutro tipo de ambiente operacional.

**9. Qual a sua visão de futuro relativamente à Componente Terrestre da FRI na condução de uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes em ambiente operacional incerto?**

Eu penso que nós temos de continuar prontos para fazer este tipo de operação, em ambiente permissivo podendo ter que operar em ambiente mais exigente. Como temos uma comunidade espalhada por muitos locais no mundo, temos que manter a capacidade e a prontidão, que como eu digo é muito difícil de manter, uma vez que não é exercitada em operações reais. Acho que as forças terrestres têm uma grande vantagem, uma vez que são usadas continuamente no Afeganistão, Iraque e noutros ambientes, dá-lhes um certo à vontade para este tipo de operações. Porém, as NEO têm algumas particularidades que não me parece que sejam exercitadas nas operações que estão a decorrer, e que são mais difíceis de manter operacionais perante este tipo de trabalho.

**Nota:** A transcrição integral desta entrevista encontra-se na posse do autor.

# APÊNDICE I – SÍNTESE DA ENTREVISTA AO CORONEL CARLOS PEREIRA

## Guião de Entrevista

Local: Entrevista realizada pela Internet

Data: 02 de Julho de 2009

Em virtude do meu Coronel desempenhar funções como Comandante da FRI desde 2008, actual Comandante do RI10 e Comandante da FRI no Exercício LUSÍADA, considero que esta entrevista é de extrema importância.

**1. Onde é que se enquadram as Operações de Evacuações de Não-Combatentes, dado o actual sistema internacional?**

De acordo com as actuais referências principais NATO e Nacionais, o AJP-3.4.2 e o ME-20-77-04 respectivamente, normalmente uma NEO é uma Operação não-Artigo 5º, no âmbito de uma *Crisis Response Operations (Non-Article 5 CRO)*. O conceito poderá ser revisto face ao AJP-01 (C), uma vez que esta publicação prescinde da anterior definição compartimentada das operações militares admitindo que uma determinada campanha poderá conter operações militares que poderão abranger o todo o espectro. Em termos puramente nacionais, julgo que o conceito se mantém actual.

**2. Quais os ambientes operacionais em que a Componente Terrestre da FRI pode ser empregue?**

De acordo com a última revisão do PLACON PÉGASO (2008), em qualquer ambiente operacional.

**3. O que é o Exercício LUSÍADA e a sua importância para o aprontamento da FRI?**

O Exercício LUSÍADA pretende ser o exercício de certificação da FRI, após a sua nomeação e período de treino.

**3.1. Considera que a FRI está pronta para a condução de uma NEO após a realização do exercício?**

Sim, considero que a FRI está apta após a realização do exercício. No entanto, deverão ser acauteladas as reais capacidades nacionais, em particular as limitações dos

meios de Comando e Controlo, a interoperabilidade dos meios dos Ramos e as capacidades de projecção de forças com meios militares aéreos e navais.

**4. No Exercício LUSÍADA 08 o ambiente operacional era incerto.**

**4.1. A Componente Terrestre da FRI teve necessidade de meios adicionais?**

Não, a Componente Terrestre não teve necessidade de meios adicionais. O LUSÍADA 08 visava empregar e testar exclusivamente os meios militares atribuídos no Plano Pégaso e a possibilidade de usar meios civis locais.

**4.2. Quais foram as valências que faltaram à Componente Terrestre da FRI para a condução do exercício?**

No caso específico do Exercício LUSÍADA 08, tendo em conta o cenário, a operação ser bicéfala, isto é, ter que operar um ponto de entrada marítimo e um ponto de entrada aéreo distanciados de 100km para evacuar os cidadãos nacionais, o que obriga a dividir as forças e operar dois Centros de Controlo de Evacuados em simultâneo, teve como consequência, uma limitada protecção da força e mobilidade.

**5. Considera que as forças que constituem a Componente Terrestre têm entre si alguma lacuna relativamente à interoperabilidade?**

A nível de força terrestre existe interoperabilidade. No entanto persistem problemas de interoperabilidade dos CSI entre as forças dos 3 ramos.

**6. Considera que o actual catálogo de forças que compõem a FRI é o mais adequado?**

Não, não considero que o actual catálogo seja o mais adequado. No âmbito da manobra apenas estão indicadas para o Núcleo Inicial 2 UEC, uma Companhia de Pára-quedistas e uma Companhia de Fuzileiros. Relativamente ao Destacamento de Operações Especiais, este deve pertencer a uma componente específica de Operações Especiais.

Este tipo de operações exigem normalmente o assegurar de um ponto de entrada aéreo ou marítimo e as forças necessárias para recuperar e assegurar a protecção dos não combatentes e operar um Centro de Controlo de Evacuados. É necessário ter em consideração que, nos casos delicados da operação em ambientes incertos/hostis, caso seja necessário controlar um aeroporto, face às dimensões da maior parte dos aeroportos internacionais, é necessário, no mínimo, uma UEB apenas para montar segurança e controlo de acessos. Se for necessário garantir uma Cabeça-de-Ponte Aérea, o que implica normalmente a defesa contra ameaça anti-aérea eficaz, então o escalão mínimo será Brigada. Prevendo os actuais possíveis cenários de actuação e face à realidade das Forças Armadas portuguesas, julgo que o escalão adequado seria o de um *Battlegroup*, com base

num Batalhão de Pára-quedistas reforçado possivelmente com uma Companhia de Fuzileiros, para incluir valências em todas as funções de combate.

**6.1. Apontaria algumas lacunas que possam existir na organização da Componente Terrestre da FRI, que gostaria de ver colmatadas?**

Seguindo o racional do último parágrafo da questão anterior era importante colmatar as seguintes valências, por funções de combate. Relativamente às Informações, a capacidade *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance* deverá ser baseada em *mini-unmanned aerial vehicle*, no Destacamento de Precursores e num Destacamento de Informações Militares com capacidade HUMINT e um Pelotão de Reconhecimento com mobilidade terrestre orgânica. Já na Manobra, deveria ser aumentada a mobilidade terrestre orgânica, nomeadamente poder-se-ia adquirir as PAMU, plataformas de assalto multiusos e que são aerotransportáveis. Estas viaturas têm uma lotação de 7 pessoas e é possível um C-130 transportar no máximo 10 viaturas PAMU, isto é, com dois C-130 garante-se autonomia de transporte para uma UEC.

Na protecção da força considero que deveria ser integrada uma Secção de Defesa Anti-Aérea, nomeadamente o uso do sistema STINGER, e a integração de uma Equipa EOD para inactivação de explosivos.

Para a sustentação, a Equipa Médica deveria possuir capacidade cirúrgica. Em termos de sustentação logística da força, deveria ser aumentada a capacidade de operação de carga e de abastecimento aéreo, que é essencial para operar forças aerotransportadas. O Sistema de Lançamento de Cargas de Precisão permite uma eficácia de abastecimento aéreo, com este sistema a força poderá ver aumentada a sua autonomia em três DOS e permite obter um erro de distância de aterragem inferior a 100 metros, o que é ideal quer para entrada inicial da força, quer para a sustentação da mesma. Relativamente ao Comando e Controlo, deveríamos possuir módulos de comunicações com uma interoperabilidade inter-ramos assegurada. Deveríamos igualmente possuir a capacidade SATCOM portátil, nomeadamente com a integração dos PRC-117.

**7. Considera que o estudo da Componente Terrestre da FRI num ambiente operacional incerto é importante?**

Sim, considero que o estudo da Componente Terrestre da FRI é importante, porque a revisão do PLACON PÉGASO já prevê o emprego da força em qualquer ambiente operacional, e assim sendo, julgo que o actual catálogo de forças e capacidades associadas não se adequam.

**8. Qual a sua visão de futuro relativamente à Componente Terrestre da FRI na condução de uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes em ambiente operacional incerto?**

Considero que futuramente deverá haver uma evolução da Componente Terrestre para o escalão *Battlegroup*, como referi em parágrafos anteriores.

**Nota:** Esta entrevista encontra-se na posse do autor.

# APÊNDICE J – SÍNTESE DA TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO TENENTE-CORONEL CORREIA

## Guião de Entrevista

Local: RI 15 – Tomar

Data: 13 de Julho de 2009

Em virtude do meu Tenente-Coronel ter desempenhado a função de Comandante da Componente Terrestre da FRI em 2006 e no Exercício LUSÍADA 2006, considero que esta entrevista é pertinente para a temática em causa.

### **1. Quais os ambientes operacionais em que a Componente Terrestre da FRI pode ser empregue?**

Neste momento estamos vocacionados para o ambiente permissivo, com isto quer dizer que é-nos permitido entrar no Teatro de Operações para fazer uma NEO. Eu nunca treinei como LCC ou como Oficial de Operações da FRI, um exercício em ambiente incerto, mas temos que nos salvaguardar.

A Companhia operacional pode ser destacada para operações Artigo 5º, sendo assim existe treino para a capacidade operacional para entrar num ambiente que não seja permissivo, desde que haja o aval do poder político, e se for necessário entramos “à força” para cumprir a nossa missão.

### **2. O que é o Exercício LUSÍADA e a sua importância para o aprontamento da FRI?**

Acima de tudo, a FRI é uma força constituída por várias componentes, o LUSÍADA visa a execução de uma NEO, este é um exercício conjunto, com isto significa que a Componente Terrestre não pode ir para o terreno de forma isolada, temos que ser projectados, e no terreno necessitamos sempre das outras componentes para que possamos executar as tarefas. O LUSÍADA serve também para verificar as comunicações que são feitas entre os ramos, o que é muito importante, ou seja verificar a interoperabilidade entre os ramos.

#### **2.1. Considera que a FRI está pronta para a condução de uma NEO após a realização do exercício?**

Sim, uma vez que há quem considere que o LUSÍADA seja o início do seu aprontamento, e há quem considere que o LUSÍADA é o culminar do seu aprontamento. Com isto quero dizer que o LUSÍADA é em si uma certificação da FRI, nesta inclui-se a LCC

e a Componente Terrestre, e significa que está preparada para em qualquer momento ser empregue para a JOA. Eu considero que após o LUSÍADA a FRI está em condições para executar uma NEO.

### **3. Relativamente ao Exercício LUSIADA 06.**

#### **3.1. A Componente Terrestre da FRI teve necessidade de meios adicionais?**

Uma das necessidades da FRI, é ter capacidade de projecção da força como um todo. Em termos do exercício LUSÍADA é sempre ser condicionada pela capacidade de projecção das aeronaves. Se tivermos uma Companhia cujo efectivo possa variar, o número de aeronaves também poderá variar, geralmente uma das questões que se colocam aqui é condicionar a nossa projecção relativamente aos meios que temos da Força Aérea, se fosse por via marítima poderia levar-se a Companhia como um todo e não amputá-la, uma vez que quando vamos ser projectados por via aérea, normalmente somos fortemente condicionados, ou seja se na Companhia existem 123 homens, e a aeronave só levar 90 homens, temos que pensar no que vamos tirar à Companhia em termos da componente operacional. Em termos de poder físico, uma Companhia dimensionada desta forma fica muito limitada, porque esta força tem que se salvaguardar os pontos estratégicos e os pontos de evacuação.

Quer os PSYOPS, quer o HUMINT, foram áreas trabalhadas pelos Destacamentos que estão constituídos nas respectivas unidades, em termos de trabalho desenvolvido, fizeram um trabalho excelente, quer na parte HUMINT quer na parte das PSYOPS. Aqui há sempre uma questão, a preocupação adicional de que se o ambiente não for permissivo, uma vez que normalmente há sempre facções que não estão de acordo com a presença das forças, assim estes destacamentos têm uma área de actuação restrita em termos de mobilidade. Estes destacamentos têm que ter sempre o apoio da parte terrestre, em termos de protecção e de evacuação caso sejam capturados. Esta necessidade de apoio vai provocar uma preocupação adicional por parte da LCC, mas em termos de exercício considero que foi uma acção meritória, já que facilitou a entrada da força no terreno e depois para a retracção do mesmo.

#### **3.2. Quais foram as valências que faltaram à Componente Terrestre da FRI para a condução do exercício?**

Temos sempre que encaixar aqui um factor, a mobilidade, quer nos desloquemos pela via marítima ou área, é sempre limitado. Já no terreno, é responsabilidade da Embaixada em nos fornecer a mobilidade, ou seja é nos dada essa capacidade. Se não nos for dado, ficamos muito limitados. Quando eu parto para o terreno, vou com o pressuposto que tenho meios que me garantam mobilidade, se não os tiver tenho que os adquirir para ganhar liberdade de movimentos e para cumprir a missão.

Em termos de protecção da força, a força empregue foi ligeira, não houve grande necessidade de levar meios adicionais para sobrecarregar a força. Mas está planeado em termos de carga, ter mais protecção de acordo com o ambiente operacional que iremos encontrar.

A logística é sempre um problema. O LCC na sua componente de força, vai com uma capacidade para cinco DOS. Agora toda esta logística, que é uma logística conjunta, quem sente mais esta parte é o LCC, já que a Marinha é praticamente auto-suficiente, incluindo na parte de munições, e a Força Aérea por si só também têm outra capacidade. No aspecto de munições, caso haja necessidades e dependendo dos meios que levemos para o terreno, temos armas grande poder de fogo mas com uma maior necessidade de sustentação, como as armas ACar e os Morteiros, mas foi uma lacuna que identifiquei, em termos de munições. Identifiquei inclusive lacunas na alimentação, no caso de haver problemas de alimentação da força, é preciso o apoio logístico por parte da área da retaguarda, por isso considero que é necessário rever este assunto, vejo isto com alguma preocupação.

**4. Considera que as forças que constituem a Componente Terrestre tem entre si alguma lacuna relativamente à interoperabilidade?**

Não, em relação ao LCC não há problemas relativos à interoperabilidade, inclusive no comando e controlo, em termos de rádios, o pessoal vai todo a mesma família de rádios, assim não há qualquer problema. Eu constatei uma falta de interoperabilidade entre os ramos, mas agora com o PRC 525 estamos a aumentar a nossa interoperabilidade, e assim conseguimos igualmente aumentar em termos de Comando e Controlo.

**5. Considera que o actual catálogo de forças que compõem a FRI é o mais adequado? Porquê?**

Sim, porque o catálogo de forças que temos, pela Directiva do CEMGFA, é o mínimo que é exigido. Mas esta força pode ser mais robusta, mais forte, dependendo o ambiente operacional e o teatro de operações, isto para aumentar as capacidades ao nível de segurança e cumprimento da missão. Neste momento o mínimo é só uma Companhia, e esta Companhia mal consegue fazer segurança a um aeroporto, quanto mais fazer a evacuação dos PEEVAC, ir aos pontos de recolha e cumprir as suas tarefas e ainda constituir uma reserva. Portanto, fazer segurança a um aeroporto, hipoteca praticamente uma Companhia, assim como a sua reserva, impossibilitando o cumprimento das tarefas atribuídas, a Companhia é manifestamente limitada. Mas como é só a Companhia que executa o LUSÍADA, então só essa Companhia é que está certificada para uma NEO.

**5.1. Apontaria algumas lacunas que possam existir na organização da Componente Terrestre da FRI, que gostaria de ver colmatadas?**

Sim, a FRI deveria ter um Batalhão pronto para executar uma NEO, e desse Batalhão poderia fazer *Task Forces*. Nós entendemos, que a Companhia de Fuzileiros quando vai para a JOA, passa para o Controlo Tático da LCC, só que já tem a sua missão dada pelo MCC, ou seja já tem as suas missões atribuídas pelo comandante do MCC.

Em relação à protecção da força, considero que se uma NEO demorar, será necessário aproveitar o terreno para nos conferir protecção adicional, incluindo protecção vertical. Se for necessário, temos meios adicionais a protecção da força necessária para ir buscar os PEEVAC, também vejo com bons olhos o uso dos helicópteros da Marinha para facilitar a condução da operação. Acho que os helicópteros são uma mais-valia para este tipo de operação, para ajudar a LCC no cumprimento da missão.

**6. Ao nível do Comando e Controlo da Componente Terrestre da FRI, no caso de existir uma eventual degradação do ambiente operacional, existem implicações inerentes para o planeamento da operação?**

Desde o momento em que vamos para o terreno, se houver uma degradação do ambiente operacional não. A agora com o novo tipo de rádios, já com a versão *Man Pack* existente, a capacidade de comando e controlo foi aumentada.

Com o treino operacional do Batalhão de Pára-quedistas e da Companhia, que engloba operações de combate, a força está preparada para este tipo de operação, a única nuance é em termos de planeamento interno que consoante o cenário é que planeamos quais são as forças que teremos que empregar, por exemplo as armas Acar e os Morteiros. Se houver uma eventual degradação do ambiente operacional poderemos ter que fazer uma reavaliação da situação e dos meios necessários para a continuação da NEO. Quando saímos do território nacional já estamos acautelados para a situação mais perigosa, e consequentemente temos que levar o poder de fogo que o Batalhão nos pode oferecer, se não quisermos levar todos meios ao nosso dispor, estamos a assumir um risco.

**7. Considera que o estudo da Componente Terrestre da FRI num ambiente operacional incerto é importante? Porquê?**

Temos que ter em atenção que a força é empregue quando o poder político decide que esta deve ser usada para assistir na evacuação, com a consequente análise dos riscos inerentes. Mesmo em ambientes incertos, temos que estar devidamente preparados para operações nestas condições. Se possível, devemos conseguir conjugar as nossas forças com as forças de outros países que estejam presentes e com interesse no TO onde vamos operar, e esta coordenação é da responsabilidade do poder político.

**8. Qual a sua visão de futuro relativamente à Componente Terrestre da FRI na condução de uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes em ambiente operacional incerto?**

No caso de existir uma possível crise no país, o Governo toma medidas para informar os seus cidadãos para se retirarem, mas caso seja necessário irmos ao terreno para efectuar a operação, teremos que ir lá. Com isto, temos que ter capacidade de actuar em todos os tipos de ambiente, se necessário fazemos todos os possíveis para evitar o contacto com outros grupos presentes no terreno com a finalidade de não degradar o ambiente operacional, o que se isto não for tido em conta, pode rapidamente tomar o ambiente como incerto. Temos que verificar as contingências da forma de actuação da força que esta no terreno, para eventuais degradações do ambiente.

Vejo o ambiente incerto como um ambiente não muito provável, mas temos que o estudar e agilizar o nosso comportamento em termos de catalogação das forças, tipo de forças que podem ser empregues no terreno, o seu volume e a sua forma de agir no terreno.

**Nota:** A transcrição integral desta entrevista encontra-se na posse do autor.

# APÊNDICE K – SÍNTESE DA TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO TENENTE-CORONEL PEDRO

## Guião de Entrevista

Local: Comando da BrigRR – Tancos

Data: 06 de Julho de 2009

Em virtude do meu Tenente-Coronel actualmente desempenhar funções como Chefe de Estado-Maior da Brigada de Reacção Rápida e ter sido o Comandante da Componente Terrestre da FRI em 2007, considero que esta entrevista é importante para a realização do presente trabalho.

### **1. Quais os ambientes operacionais em que a Componente Terrestre da FRI pode ser empregue?**

A FRI está realmente vocacionada para actuar em ambiente permissivo, mas pode actuar até ao ambiente incerto ou hostil. Se actuar num ambiente hostil não estou a ver uma Companhia com capacidade para fazer face a um ambiente hostil, como tal penso que a força poderá actuar num ambiente permissivo ou incerto.

Estamos sempre limitados para este tipo de operações, com o transporte aéreo táctico não é fácil, uma vez que nos limita no escalão e nas capacidades que as unidades poderão deixar de ter, aqui estamos a falar de mais algum peso de mais volume à partida, assim a força fica limitada. Geralmente o planeamento que se faz é o seguinte: verificam-se quantas aeronaves estão disponíveis, e a partir desse quantitativo é que se organiza a força para a missão, é um bocado ao contrário.

### **2. O que é o Exercício LUSÍADA e a sua importância para o aprontamento da FRI?**

O Exercício LUSÍADA é a oportunidade em que as várias componentes da FRI e respectivo Comando têm para treinar. Fundamentalmente é isto, é a hipótese de testar a capacidade da FRI.

Contudo, o exercício está a ser feito no fim do período em que um Comando da FRI que esteve activo é que realiza o exercício, assim não vejo que se tire grande partido desta situação, que é o que se vai passar este ano, em que o exercício vai ser realizado no mês de Novembro e no mês de Janeiro já são outras pessoas a assumir o Comando da FRI, ou seja, mais parece um exercício de “despedida”.

Eu pessoalmente não fiz o exercício anterior, mas o grosso do pessoal que está na Ordem de Batalha esteve nesse exercício, a força que vai sair em Janeiro já está testada, e

a que vai entrar não está. Penso que como está feito, está mal, penso que quem deveria fazer era quem integrasse a FRI, ou seja, fizesse o Exercício LUSÍADA em Novembro antes de ser FRI. A força que está para sair, não faria o exercício, apenas poderia fazer eventualmente uma troca de experiência entre elementos, ou poderiam surgir sobre a forma de tutores e não fazer o exercício novamente, que é o que vai acontecer este ano. O que é certo é que não se atingem os objectivos se o Exercício for só realizado em Novembro e a FRI ser nomeada no mês de Janeiro desse mesmo ano.

**2.1. Considera que a FRI está pronta para a condução de uma NEO após a realização do exercício?**

Sim, a FRI está apta para a realização de uma NEO após a realização do exercício, desde que o cenário esteja entre um ambiente permissivo a incerto.

**3. Considera que as forças que constituem a Componente Terrestre tem entre si alguma lacuna relativamente à interoperabilidade?**

Com as forças de outros ramos temos uma falta de interoperabilidade garantidamente, temos dificuldades principalmente com os meios rádios, uma vez que a Força Aérea e a Marinha têm equipamentos com mais capacidades que os nossos.

Entre nós, sinceramente acho que não há alguma lacuna na interoperabilidade, mesmo nos rádios da força, só se o pessoal que integram os vários destacamentos levarem rádios diferentes. O ideal seria que todos os elementos que integram esta força estivessem equipados todos com PRC 525.

Podemos dizer que há interoperabilidade entre os equipamentos, na realidade conseguimos pôr um PRC 425 a comunicar com o PRC 525, o único problema é não obtermos as capacidades dos PRC 525 que umas forças poderão ter e as outras não. Aqui não se prende com a interoperabilidade mas sim com a capacidade de comunicação, que de uma forma geral consegue-se, mas para comunicar com a Força Aérea só é possível com o PRC 525, sendo assim, o seu uso é essencial ou então comunicações via satélite. Nos baixos escalões são utilizados os PRM, mas só têm um alcance de três quilómetros.

**4. Considera que o actual catálogo de forças que compõem a FRI é o mais adequado? Porquê?**

**4.1. Apontaria algumas lacunas que possam existir na organização da Componente Terrestre da FRI, que gostaria de ver colmatadas?**

Considero que seja o mais adequado. Fundamentalmente o que está desenhado na FRI é uma força facilmente projectável e de pouco efectivo para fazer face a uma situação que surja de imediato. Como tal, penso que está bem desenhado, embora possa ter pouca capacidade anti-carro.

É um bocado difícil levantar lacunas sem saber onde vamos empregar a força, penso que a força está bem desenhada no aspecto de ser facilmente projectável mesmo para os parques meios aéreos que Portugal possui. Não se poderão levantar forças muito pesadas, inicialmente terão que ser forças ligeiras, mas numa fase posterior poderão ser utilizadas forças mais pesadas.

**5. Ao nível do Comando e Controlo da Componente Terrestre da FRI, no caso de existir uma eventual degradação do ambiente operacional, existem implicações inerentes para o planeamento da operação?**

O planeamento é feito com base no que se sabe e no que se espera encontrar, mas têm que ser elaborados planos para o caso de existir uma degradação do ambiente operacional. O que tem de complexo nas NEO é que nós vamos nos conduzir por um plano que a Embaixada realizou, e se a Embaixada perder a capacidade de cumprir com as suas funções devemos ter planos de contingência para cumprir essas tarefas, que normalmente é o que se irá passar, provavelmente, mas a responsabilidade da evacuação é da Embaixada.

Têm que existir planos para a evacuação da força no caso de existir uma rápida degradação do ambiente operacional, senão poderá haver um elevado número de baixas.

**6. Considera que o estudo da Componente Terrestre da FRI num ambiente operacional incerto é importante? Porquê?**

A sua importância é que pôr em causa tudo o que possa existir, pode ajudar a melhorar. A visão de uma pessoa exterior ao tema pode ajudar a identificar alguma lacuna na Componente Terrestre da FRI, mas tem que se ter em conta o empenhamento das Forças nas missões e a capacidade da Força Aérea.

**7. Qual a sua visão de futuro relativamente à Componente Terrestre da FRI na condução de uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes em ambiente operacional incerto?**

Se o ambiente se degradar muito, penso que a FRI terá que actuar conjuntamente com outros países, mesmo para o caso da Guiné. A minha visão para o futuro é esse, incluindo uma futura aquisição de mais meios aéreos e de meios navais irão trazer uma maior capacidade para a continuidade da missão e de ficarmos mais bem servidos em termos logísticos, em termos de Componente Terrestre não prevejo uma grande evolução, tem que ser uma força ligeira, nomeadamente pára-quedistas, sendo esta uma vantagem, pois pode ser lançada de pára-quedas em caso de necessidade.

**Nota:** A transcrição integral desta entrevista encontra-se na posse do autor.

# APÊNDICE L – SÍNTESE DA TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO TENENTE-CORONEL ABREU

## Guião de Entrevista

Local: RI 15 – Tomar

Data: 06 de Julho de 2009

Em virtude do meu Tenente-Coronel actualmente desempenhar funções como Comandante do 1.º Batalhão de Infantaria Pára-quedista, Comandante da Componente Terrestre da FRI desde 2008 e no Exercício LUSÍADA 2008, considero que esta entrevista é de extrema importância.

### **1. Quais os ambientes operacionais em que a Componente Terrestre da FRI pode ser empregue?**

Naquilo que me diz respeito e no que conheço, a FRI poderá ter de ser empregue em qualquer tipo de ambiente operacional, ou seja, temos que estar preparados para os três tipos de ambientes.

Partindo do princípio que o ambiente permissivo não tem ameaças, o que não é verdade, pode haver o acordo com as forças mais representativas para a intervenção, no entanto não deixa necessariamente de haver ameaça, é disso exemplo o continente africano, em que, na maioria dos países em conflito há grupos que nem sequer são controlados por parte do governo ou pela Oposição reconhecida, e que poderão não estar de acordo com a intervenção das forças, ou seja, a ameaça estará sempre presente. Em termos militares estamos prontos, assim como estamos para qualquer outra operação porque a partir do momento que uma força esteja preparada para executar Operações Artigo 5º, está preparada para qualquer uma destas operações em qualquer tipo de ambiente.

### **2. O que é o Exercício LUSÍADA e a sua importância para o aprontamento da FRI?**

O Exercício LUSÍADA é importante, fundamentalmente para aferir os procedimentos, as ligações e garantir a eficácia do Comando e Controlo. É de extrema importância que haja um exercício que junte as forças todas e permita fazer as correcções necessárias para uma melhor operacionalidade na intervenção dessas forças. As nossas Forças Armadas não estão organizadas ainda, se bem que seja um grande objectivo, e sempre foi um objectivo a ser trabalhado inter-ramos, mas na prática isto não é uma realidade, há muitas dificuldades, aliás, quem está de fora vê que temos material diferente, fardamo-nos de maneira diferente e temos práticas diferentes.

**2.1. Considera que a FRI está pronta para a condução de uma NEO após a realização do exercício?**

As forças estão bem preparadas, apenas tenho dúvidas na parte logística, porque ainda não vi esta componente no terreno e a fornecer tudo aquilo que nós precisamos para executar a operação.

**3. No Exercício LUSÍADA 08 o ambiente operacional era incerto.**

**3.1. A Componente Terrestre da FRI teve necessidade de meios adicionais?**

Nós temos sempre necessidade de meios, nomeadamente de transporte, que à partida são meios a adquirir nos territórios onde fomos empenhados. É complicado quando por exemplo, a Componente Terrestre é projectada só com duas viaturas, em que uma viatura vai garantir as comunicações do Estado-Maior do Batalhão e a outra garantir as comunicações da Companhia, assim, não há mais nenhuma capacidade de transporte e de protecção da força, que é altamente ligeira. Evidentemente que as coisas são planeadas para que isso aconteça mas se não acontecer, por variadíssimas razões, vai obviamente limitar a condução das operações. E quando falamos da capacidade de transporte.

Outro exemplo da necessidade de meios adicionais é a montagem de um Centro de Controlo de Evacuados, a qual não é missão da Componente Terrestre, mas que mesmo assim, poderemos ter de o fazer. Esta missão vai retirar força à Componente Terrestre que tem de executar outro tipo de missões.

Para executar a missão digamos que na “parte militar” não há dificuldades, temos todos os meios, além do facto que este tipo de operações são para serem executadas rapidamente, que é para o que as forças pára-quedistas estão vocacionadas, idealmente até três dias. Se for em 3 dias não há problema nenhum; se passar a sete dias já implicam reabastecimentos, nomeadamente víveres e munições; se for para 30 dias, já se entra noutro nível mas não vejo que uma força deste tipo vá executar uma missão de 30 dias.

**3.2. Quais foram as valências que faltaram à Componente Terrestre da FRI para a condução do exercício?**

Uma das coisas que mais salta à vista é o problema das comunicações, nós deveríamos ter comunicações seguras e mais ligeiras do que temos actualmente. No exercício conseguimos montar um bom sistema de comunicações entre os Comandos, ou seja, no comando da FRI, no Comando do Batalhão e no Comando da Companhia as comunicações são boas, mas aos baixos escalões as comunicações fazem-se com muitas dificuldades, são boas enquanto conseguimos operar com montagens veiculares. As transmissões afectam o comando e controlo, o que é factor de vital importância.

Os médicos que integram o Destacamento Sanitário são nomeados ad-hoc para ir para o exercício, nem sequer estão nomeados para a FRI. Também tenho dúvidas em relação à parte do Destacamento CIMIC se iriam os mesmos elementos.

Em relação à vacinação das tropas não está bem esclarecido, à partida há-de aparecer alguém na placa de embarque, para administrar as vacinas que forem precisas. Mas há vacinas que têm determinado tempo para serem tomadas, há vacinas que são para tomar no espaço de 15 dias e isto não pode ser feito no local de embarque.

Sabemos da parte logística que depende de nós, por exemplo quantas e que tipo de munições levar, mas não sabemos que munições é que podemos levar e onde estão. Nós temos planos para colocar em paletes e contentorizar todo o material do Batalhão e da Companhia, sabemos inclusive os pesos e volumes que ocupa no avião, quais e quantos aviões é que precisamos para levar. Eu tenho dúvidas que estejamos prontos em termos logísticos, porque eu ainda não vi na prática a logística que suporta este tipo de operações a funcionar.

Relativamente à protecção da força, tal como no conceito americano, é dar blindagem ao pessoal que está dentro de uma viatura blindada ou numa instalação ou ter coletes balísticos para proteger todas as partes do corpo, isso é um tipo de protecção da força. Mas o meu conceito de protecção da força não é esse, o meu conceito é a força estar preparada para reagir à ameaça. A protecção da força é estar bem preparada para executar operações Artigo 5º e saber reagir às ameaças.

**4. Considera que as forças que constituem a Componente Terrestre tem entre si alguma lacuna relativamente à interoperabilidade?**

Neste último exercício Apolo eu só tive que me ligar com o escalão superior e com as minhas forças e com isso não tive grandes problemas, excepto nas situações em que tive que destacar forças de baixo escalão para um sítio ou outro e tive algumas dificuldades de ligação em termos de transmissões.

**5. Considera que o actual catálogo de forças que compõem a FRI é o mais adequado? Porquê?**

É complicado responder porque o catálogo depende da missão. A única coisa que eu acho que não pode ser feita, é à última hora termos que adaptar as forças à capacidade de projecção. Nós temos uma força constituída e pronta a executar uma determinada missão, agora não podemos dizer que a Companhia de Pára-quedistas do LCC já não são 123, só podem ir 80, por razões de dificuldade de projecção. Esta é uma causa de constrangimentos e a Companhia em si já é de efectivo reduzido, dependendo da missão. Se a LCC receber, como no Lusíada, a missão de garantir a segurança de um aeródromo, que na realidade não se consegue fazer com uma Companhia, mas que podendo, dependendo do tamanho do

aeródromo, a LCC ficará esgotada. Se for uma operação de curta duração até poderá ser exequível mas é complicado, caso seja necessário garantir a segurança de um aeródromo e a mais dois locais é praticamente impossível. Agora se tivermos a trabalhar na mesma área e podermos utilizar a Companhia de Fuzileiros e a Companhia de Pára-quedistas a trabalhar conjuntamente, já são duas companhias que nos fornecem mais capacidade. No Exercício LUSÍADA estas companhias estavam divididas em dois sectores distintos, em que a Companhia de Pára-quedistas estava a trabalhar num sector e a Companhia de Fuzileiros estava a trabalhar noutra, cada um com as suas missões.

### **5.1. Apontaria algumas lacunas que possam existir na organização da Componente Terrestre da FRI, que gostaria de ver colmatadas?**

O que está em vigor é o suficiente para mim, inclusive tentei acertar com o Comando Operacional, em que a Companhia fosse a 100% e não fosse com o efectivo de 110 militares que estava definido no antecedente. Já que se a Companhia têm 123 militares, não faz sentido estar a pôr uma Companhia de Pára-quedistas com 110 militares. Se tivermos 123 militares com todo o seu equipamento e armamento orgânico da Companhia, será óptimo, agora é evidente que é preferível levar o Batalhão todo equipado, já que se eu poder ter mais forças melhor. Agora, não podemos pensar em relação à Companhia que não se levam os meios e equipamentos orgânicos se o ambiente for permissivo. A força tem que estar preparada para sair com todo o seu equipamento e armamento, independentemente do ambiente que se encontre, porque se o ambiente se altera e nós em África sabemos que o ambiente operacional se altera num “click”, é preferível levar todo o equipamento e armamento embora possa não ser usado.

### **6. Ao nível do Comando e Controlo da Componente Terrestre da FRI, no caso de existir uma eventual degradação do ambiente operacional, existem implicações inerentes para o planeamento da operação?**

Se a nossa capacidade de Comando e Controlo, se as nossas comunicações forem boas, o ambiente operacional não vai afectar em nada o comando e controlo, a única coisa que poderá afectar são as Regras de Empenhamento.

Nestas operações vamos preparados para o mais provável acautelando sempre o mais perigoso. Por isso é que num ambiente incerto em que haja acordo das partes para que a operação seja executada, nós vamos ter que manter no mínimo a segurança dos pontos de recolha ao pontos de evacuação, isto é uma coisa que nunca se pode perder, a maneira de sair dali, a exfiltração, pelo menos essa tem que estar garantida. O que é preciso é que as nossas comunicações e o nosso sistema de comando e controlo estejam a funcionar qualquer que seja o ambiente, incluindo num ambiente sem ameaça.

**7. Considera que o estudo da Componente Terrestre da FRI num ambiente operacional incerto é importante? Porquê?**

O estudo de uma NEO em ambiente incerto é importante. Os próprios exercícios, os relatórios que são feitos depois dos exercícios, as dificuldades que são apresentadas, as falhas que nós temos e que devem ser corrigidas isso é o estudo da força e evidentemente que é importante e têm que se efectuar as correcções necessárias, assim como tirar as conclusões provenientes do estudo que devem ser lidas e analisadas para ver se são pertinentes e possíveis de ser mudadas.

**8. Qual a sua visão de futuro relativamente à Componente Terrestre da FRI na condução de uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes em ambiente operacional incerto?**

Não prevejo grandes mudanças, relativamente às valências, porque entendo que apesar da FRI ser uma das forças mais importantes que nós temos para o tipo de missão que está vocacionada. Na prática não trabalhamos como deve de ser e estamos sempre à espera da melhor situação, se fizermos uma intervenção em ambiente permissivo, não prevemos que o ambiente se degrade completamente e passe rapidamente a um ambiente hostil e assim estamos sempre à espera do último momento para resolver, sabendo antecipadamente que num país africano o nível de consentimento pode mudar rapidamente.

**Nota:** A transcrição integral desta entrevista encontra-se na posse do autor.

# APÊNDICE M – SÍNTESE DA TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO MAJOR OLIVEIRA

## Guião de Entrevista

Local: RI 15 – Tomar

Data: 13 de Julho de 2009

Em virtude do meu Major ter desempenhado funções como Oficial de Operações da Componente Terrestre da FRI em 2005 e 2006 e, no Exercício LUSÍADA 2005 e LUSÍADA 2008, considero que esta entrevista é de extrema importância.

No Exercício LUSÍADA 2008 o ambiente operacional era incerto.

### **1. Quais foram as necessidades da Componente Terrestre da FRI para a condução do exercício? Nomeadamente:**

Antes de começar esta parte quero esclarecer que os exercícios tendem a simular cenários, nomeadamente os LUSÍADA, são para vir de encontro aos cenários possíveis ou mais prováveis de acontecer. E a força é desenhada para actuar naquele cenário, o que a torna não válida para outro cenário

#### **1.1. Protecção da força?**

Relativamente à própria protecção da força, a força vai com a protecção mínima, que é muito reduzida. Por exemplo, numa modalidade de acção para o pior cenário, ao qual relacionamos de acordo com a capacidade de projecção estratégica, são empregues duas viaturas ligeiras para o Comando e Controlo e para as comunicações. Assim, podemos falar que só se consegue a protecção da força através do poder de fogo e não através de blindagem nem a força estar assente em estrutura física. Portanto, quase que não tem protecção nenhuma. Se ainda por cima for um cenário em que o factor tempo é crucial ou a acessibilidade ao local é difícil poderá ter que se fazer uma aterragem de assalto ou então saltar de pára-quedas. Isto quer dizer que a protecção ainda é menor, porque o material mais pesado, nomeadamente o armamento, pode não ser lançado de pára-quedas, não sendo esta limitação por razões técnicas mas relacionada com a movimentação no terreno com esses materiais ser complicada.

A protecção da força é por norma, sempre inferior ao que deveria ser, portanto nenhum comandante de uma UEC que participa fica satisfeito com a protecção da força que esta pode transportar.

## 1.2. Mobilidade?

Relativamente à mobilidade, à partida a força não a tem, porque as duas viaturas que falei anteriormente, que é o que é treinado pelo transporte aéreo, são para o Comando e Controlo. A capacidade projecção estratégica que nós temos com os C-130, não garante a mobilidade a à força.

Numa das nossas modalidades, na qual admitimos o pior cenário, partimos com o pressuposto de ter que ir com mais capacidade relativamente ao poder de fogo e de mobilidade, independentemente se forem em várias levadas de aeronaves. Esta situação tem o seu lado negativo, que é o seguinte, quando falamos em várias levadas de aeronaves perdemos o factor surpresa e aumentamos o tempo de execução da operação. A Embaixada se conseguir, irá garantir o transporte do pessoal, mas as escoltas que tiverem que ser a pé terão que se fazer, mas terá que se assumir os tempos de deslocamento apeado e os riscos inerentes. Falamos em riscos não só operacionais, mas riscos em termos de transporte de PEEVAC.

## 1.3. HUMINT?

Na parte de HUMINT, atendendo aos prazos de execução da operação não vejo grande interesse. Isto porque quando a força chega ao terreno, já tem que estar conhecedora de tudo o que precise de saber. O HUMINT tem é que trabalhar antecipadamente para poder dar informações na fase do planeamento, ou seja, antes de a força chegar ao terreno já deve ter conhecimento das informações, sendo o momento mais tardio para dar à força esta informação é na BAI.

As equipas HUMINT podem e devem estar integradas na Equipa de Ligação, uma vez que a força que vai executar a operação tem que saber o máximo possível sobre o ambiente antes de chegar ao local, se não estiverem dentro da Equipa de Ligação podem ser equipas paralelas a estas.

## 1.4. PSYOPS?

As PSYOPS enquadram-se exactamente no que disse anteriormente, têm que ser desenvolvidas antecipadamente, para que quando a força lá chegar e se tiver um prazo de 24 horas para executar a operação, não é nesse momento que começamos a trabalhar as PSYOPS. Em termos de Exército penso que existem estas equipas de PSYOPS, mas no Batalhão de Pára-Quedistas nós não temos estas equipas.

## 1.5. Companhia de Manobra?

Relativamente à Companhia, e aos meios necessários depende muito da capacidade de projecção e da missão no terreno. Para um CCE, se temos dois pontos de recolha e 5

locais de concentração, com a inerente escolta dos transportes, dificilmente não conseguem realizar tudo ao mesmo tempo, o que posso dizer que possuem é a capacidade técnica para a operação. Agora se esta companhia consegue fazer dentro do tempo dado para a operação é que tem que ser analisado.

Se o CCE estiver num aeródromo, só por ignorância é que se poderá pensar que a Componente Terrestre toda pode assegurar a segurança do aeródromo, não consegue garantir a segurança, nem pouco ou mais ou menos, nesse local tem que se considerar que o local encontra-se num ambiente permissivo e que a força da Host Nation ajuda-nos a manter a segurança. Uma Companhia não consegue garantir a segurança do local, e ainda tem que destacar forças para ir aos locais e ainda ter que garantir a segurança dos trajectos.

A capacidade do CCE é montado e processado pela Embaixada. Nos exercícios treinamos o pior cenário, em que a Embaixada não tem capacidade para montar o CCE, a única coisa que dá é a listagem de pessoal a evacuar. O ideal é aproveitar uma escola, um hospital, algum edifício que possamos utilizar para separar as várias divisões do CCE. Com isto está implícito uma maior projecção estratégica, levar mais tendas, mais material, levar pessoal do SEF, pessoal médico, as quantidades deste pessoal depende do tempo que temos para os processar e quantos temos para os processar.

#### **1.6. Transmissões?**

Relativamente às transmissões, o 1ºBatalhão de Infantaria Pára-quedista foi a primeira Unidade do Exército a receber a família dos PRC 525, por estar na NATO *Response Force* 6. Actualmente já não temos quase nenhuns, mas estes rádios ainda estão presentes no Comando e Controlo interno da LCC, que é o que temos que ter na Componente Terrestre.

As comunicações são feitas de cima para baixo, ou seja, vêm do Comando da FRI para o Comando do Batalhão. Para isto ser possível, o Comando do Batalhão é reforçado com um Destacamento de Transmissões que serve exactamente para assegurar as comunicações, tanto de voz como dados, assim, contamos sempre com duas células que estão fisicamente no terreno a trabalhar em paralelo, de forma maximizá-las nos seus recursos. Mas no fundo temos dois Centros de Comunicações integrados num só, um que trás os meios para nos ligarmos com o Comando da FRI e o outro que nos garante o meio de Comando e Controlo interno.

Um assunto completamente diferente é se parte da operação for num local de difícil acessibilidade em tempo e que seja necessário retirar alguns indivíduos. Isto pode obrigar que seja necessário o lançamento da força ou parte da força em pára-quedas o que origina limitações de transporte do pessoal que foi lançado, assim a capacidade de autonomia pode não coincidir com as capacidade de exploração.

Dentro da Companhia há outros meios, nomeadamente dentro dos pelotões, existem os PRM, que são os rádios normais de Secção e de Pelotão, estes constituem a rede

interna da Companhia, mas para a companhia se ligar com o Batalhão, utiliza os PRC 525, assim como a ligação do Batalhão para o Comando da FRI, através do Destacamento de Transmissões.

### **1.7. CIMIC?**

As Equipas CIMIC são fundamentais, até costumam ser sempre jogadas no LUSÍADA. E isto porque a Embaixada tem uma série de atribuições que deve cumprir, e as Equipas CIMIC quando chegam ao local, são um ponto de ligação importante não só com as Equipas de Ligação que já estão da parte da Embaixada, como quando a Embaixada por qualquer motivo não consegue fazer as suas funções, são as equipas melhores posicionadas

Em termos de equipamento e meios adicionais para as Equipas CIMIC, tem tudo a ver com a capacidade de projecção estratégica, se possível elas deverão ter autonomia de transporte. O Destacamento CIMIC trás um Oficial, um Sargento e duas ou três Equipas, o que quer dizer que deveria haver duas ou três viaturas e assim fazer rapidamente o seu trabalho. Além do mais, a força poderá ceder meios para estas equipas, mas assim perde capacidades. Isto implica desmontar os equipamentos rádios de uma viatura que será cedida e que é afectada à força, o melhor é eles terem os seus próprios meios, nem que sejam por contrato no local, o que implica facilidades em termos de projecção estratégica mas menos viaturas para a força.

### **1.8. Apoio Sanitário?**

O Destacamento Sanitário aparenta não ser tão bem trabalhado como deveria ser, dos vários exercícios em que já participei há o médico que é integrado à última da hora.. A percepção que a Componente tem é que os indivíduos que estão a treinar, não são os indivíduos que irão ficar em stand-by durante um ano, dá-me ideia que são indivíduos arranjados de forma ad-hoc e que quando se apresentam fazem questão de dizer que militarmente não se encontram preparados.

O efectivo e as valências que o Destacamento Sanitário possui ou deve possuir, é complicado de dizer, porque está orientado para o que é plausível ser necessário, agora, fruto da capacidade de projecção estratégica, a missão a ser empregue no terreno, o grau de perigosidade espectável, o Destacamento Sanitário deverá ser desenhado.

### **1.9. Logística?**

Em termos de logística, temos alguns cenários, e temos os cálculos respectivamente feitos para um dos cenários, mas todos os outros cenários estão informatizados para que de forma à distância de um “click,” possa-se alterar a quantidade de abastecimentos. Isto leva-nos a perguntar acerca de capacidade de projecção estratégica estar pronta, mas é a perigosidade do local, permissivo, incerto e hostil, que vai ser mandatário para tudo, é isso

que nos vai dizer o que deve ir e o que não deve ir, nós só temos capacidade para 2 C-130, mas não podemos assumir que transportar com 2 C-130 é o suficiente, mas o que se pode fazer é o primeiro escalão que se desloca para lá vai apoiado em 2 C-130, provavelmente só com a capacidade de Comando e Controlo. A parte logística tem que ser trabalhada à medida da capacidade de projecção estratégica e com as necessidades operacionais relativas à situação, estas são as grandes condicionantes.

Outra condicionante é se a forma de colocar as forças no terreno é por pára-quadras ou por aterragem de assalto, a capacidade de mobilidade do terreno o que nos remete para a Embaixada. Se nos consegue dar todo, parte ou então nenhum, se existem instalações para o CCE, se este já se encontra definido, se temos que levar tendas, iluminação, geradores, a capacidade médica devido a alguma perigosidade anormal lá, as comunicações que nos obriga a levar mais os técnicos. Há uma série de coisas que só uma situação em concreto nos permite definir. Daí nos permitir dizer que a força como está desenhada, aparentemente está preparada, depois poderá crescer ou acolher consoante as situações.

É complicado conseguir solucionar a logística para uma NEO, mas ao nosso escalão o planeamento logístico está feito, e no escalão superior também deverá estar. Mas isto tudo vale de pouco se não for operacionalizado. Em termos de munições, estas já deveriam estar contentorizadas, e se fosse necessário fornecer mais munições então rapidamente arranjavam se mais paletes de munições, não é ter que fazer tudo de raiz.

Mesmo para o uso de equipas *Sniper*, não há armamento nem formação, podemos ter pessoal com formação, mas não temos armamento. Em termos de equipamentos, tendas, alimentação, o que temos na unidade não existe problema na sua utilização, o problema é que a unidade não tem a maioria do equipamento para a operação, obviamente que isso é tratado a outros níveis que não aqui.

A grande complicação da logística não são os coletes balísticos, a mochila, o material individual, o difícil é arranjar munições, em quantidades necessárias consoante o grau de risco, depois é ter tudo em local preparado e em tempo. Em tendas e viaturas não há grande problema em arranjar, o único problema é prepará-las para transporte ou prepará-las para serem lançada consoante o tipo de aeronave, ou seja, só conseguimos saber como preparar o material depois de sabermos o que poderemos levar, porque se os meios que nos estariam a transportar não vão ser os definitivos poderemos ter que redimensionar a força e o apoio logístico todo. É mais fácil ter um plano genérico, e dependendo da situação, vamos reconfigurar esse plano.

## 2. A Componente Terrestre da FRI teve outras necessidades adicionais?

A Célula do GEOMETOC deu jeito, uma vez que as forças e as pessoas podem ter ficado retidas num local, então é necessário uma carta mais pormenorizada sobre esse local para eventualmente mandar alguma patrulha.

No âmbito do CIMIC era importante terem uma capacidade de transporte autónoma, para se poderem organizar por equipas e fazerem as suas funções de forma mais célere, depois poderá também ser necessário levar pessoal de abastecimento aéreo, ou então pessoal para gerir as cargas aéreas. São valências que poderão ser necessárias, conforme a estrutura da Componente Terrestre. Considero estas valências importantes, fruto da minha experiência nos exercícios, que podem ser necessárias, mas podem não ser prováveis.

O uso dos Sniper, é bem-vindo, mas podem não ser utilizados. A execução de disparos precisos é ideal para evitar danos colaterais, já que numa situação que pudesse estar controlada, nós é que potenciamos para que a degradação do ambiente aumentasse. Por isso o uso de equipas Sniper pode dar muito jeito, inclusive para observação

O HUMINT, se falarmos de um aspecto que não é provável, relativamente a uma duração da operação em vários dias, já será importante. Mas se a operação demorar alguns dias então é necessário o uso de Equipas HUMINT para conseguirem estabelecer contacto e trocar informações com as Equipas de Ligação que se encontrem nas Embaixadas, e Operações Especiais que tenham sido introduzidas anteriormente e mesmo em fazer prospecção de informação para a força.

## 3. Considera que as forças que constituem a Componente Terrestre tem entre si alguma lacuna relativamente à interoperabilidade?

Dentro da Componente Terrestre há interoperabilidade, no que é importante há, o que me deixa preocupado é num exercício o pessoal ser nomeado ad-hoc e vê-se que não estão familiarizados com um ambiente militar, isto normalmente na parte sanitária.

Existem coisas básicas, em termos de interoperabilidade, se vamos estar todos no terreno em que o ambiente se pode tornar incerto, eles têm que saber manter a sua própria segurança, eles são militares, não são civis. Há certas coisas básicas que não são supostas de acontecer, ou seja temos outra preocupação a mais, uma vez que não estão ambientados a este tipo de operação, temos a preocupação adicional de manter a segurança ao pessoal que nós levamos do nosso território nacional.

Relativamente aos outros ramos, verifico que há interoperabilidade entre os ramos. Embora às vezes pudesse ser melhorada em relação à parte aérea, não temos frequências de trabalho e uma ligação directa entre o Comandante da LCC e o Comando do ACC, se precisarmos da Força Aérea no terreno poderá ser complicado conseguir estabelecer a ligação.

**4. Considera que o actual catálogo de forças que compõem a FRI é o mais adequado? Porquê?**

No abstracto, parece-me adequado, mas depois tem que crescer ou encolher conforme a operação.

**4.1. Apontaria algumas lacunas que possam existir na organização da Componente Terrestre da FRI, que gostaria de ver colmatadas?**

Mais importante que definir a estrutura interna da força, é definir o número de pessoas a transportar para cumprir a missão, consideramos que é indispensável a existência de morteiros, podendo ir ou não. Temos que desenhar a força para o ambiente mais provável, e consideramos como um ambiente permissivo, havendo situação ou localizações incertas, o país não controlar tudo ou todos. Por isso a força tem que estar desenhada, e nós temos a capacidade de armamento e de *know how* para utilizarmos todo o nosso sistema de armas, o que não quer dizer que transportemos todos os meios, mas o pessoal tem que estar instruído para as utilizar. É preferível estarmos prontos e assumir todas as capacidades possíveis à partida do que só assumirmos parte das capacidades e quase quando nos estamos a deslocar para o terreno é que decidimos levar todas as nossas capacidades.

**Nota:** A transcrição integral desta entrevista encontra-se na posse do autor.

# APÊNDICE N – SÍNTESE DA ENTREVISTA AO MAJOR BERNARDINO

## Guião de Entrevista

Local: Entrevista feita por Internet

Data: 21 de Julho de 2009

Em virtude do meu Major actualmente desempenhar funções como Oficial de Operações da Componente Terrestre da FRI, considero que esta entrevista é importante para a realização deste trabalho.

No Exercício LUSÍADA 2008 o ambiente operacional era incerto.

### **1. Quais foram as necessidades da Componente Terrestre da FRI para a condução do exercício? Nomeadamente:**

#### **1.1. Protecção da força?**

Em termos de protecção da força é necessário possuir Jammer, para prever possíveis ataques com EOD assim como coletes táticos ligeiros que sejam menos pesados.

#### **1.2. Mobilidade?**

Relativamente à mobilidade, estão planeadas a projecção de viaturas para o JOA, encontra-se planeado inclusive a projecção de uma ambulância, mas a questão prende-se com a capacidade de projectar estas viaturas, assim têm sido projectadas duas viaturas ligeiras que servem para servir o Comando da LCC.

#### **1.3. HUMINT?**

Temos de receber em tempo, informação actualizada e credível, sobre possível a ameaça e de que tipo poderá ser essa ameaça, devem ter capacidade de conseguir arranjar informação sobre o terreno e possíveis apoios.

#### **1.4. PSYOPS?**

As PSYOPS devem ser desenvolvidas antes e se possível durante a operação em prol da missão, sobre a população civil e grupos anteriormente detectados.

### **1.5. Companhia de Manobra**

A Companhia de Manobra é uma Companhia de Pára-quedistas, esta Companhia deverá ir a 100% e não a 90%, devendo ser evitados duplas atribuições de funções aos militares, rentabilizando a experiência e a especialidade de cada elemento que compõe normalmente a companhia.

### **1.6. Transmissões?**

O comando e controlo é essencial em qualquer tipo de missão, mas nesta é crítica devido aos constrangimentos existentes. Necessitamos de equipamento rádio que nos confira a possibilidade de falar entre nós com sistemas de encriptação, envio de fotografias e de comunicar através de telefone satélite seguro. O 525 responde em parte as estas necessidades, mas é necessário adequá-lo ao envio de ficheiros encriptados. Não temos sistema de telefone satélite seguro e necessitamos de rádios ao nível de Pelotão e Secção, nomeadamente o PRC 525 para o pelotão e rádios que permitam a comunicação em alcance para a secção.

### **1.7. CIMIC?**

O Destacamento CIMIC é necessário para poder estabelecer contacto com as entidades civis presentes no país e mesmo com a Embaixada, estas podem servir para efectuar o aluguer de meios de transporte e estabelecer contacto com a comunidade. Esta unidade deve ser vocacionada para missões de índole CIMIC e saber quais as suas capacidades e tarefas a desenvolver durante a operação.

### **1.8. Apoio Sanitário?**

O apoio Sanitário não se encontra bem definido, deve criar um plano de vacinação tendo em conta os cenários de actuação prováveis, para os militares que constituem a FRI receberem as vacinas com o intuito de evitar que os militares não recebam todas as vacinas de uma vez quando forem efectuar uma operação. Assim como existe um plano sanitário para as Forças Nacionais Destacadas deveria existir para a força da FRI.

### **1.9. Logística?**

A logística é uma área muito crítica. É necessário desenvolver estudos tendo em consideração os vários cenários e modalidades de acção para os mesmos. Até porque com um NTM de cinco dias é necessário ter esses estudos já elaborados e depois adaptá-los às contingências da missão. O material e equipamento de algumas classes, deveria já estar paletizado em local próprio.

**2. A Componente Terrestre da FRI teve necessidades adicionais?**

A Componente Terrestre teve que se adaptar e configurar-se, bem como adquirir equipamento para fazer face à missão. Se por exemplo nos couber a responsabilidade de montar e operar o CCE. Neste exercício só foram utilizados os meios que vinham descritos no núcleo inicial da Força.

**2.1. Considera que actual Componente Terrestre da FRI sofreu alguma alteração relativamente ao LUSÍADA 08?**

Sim. Propusemos que a Companhia fosse igual ao QOP de uma Companhia Pára-quedista, bem como alteração no Quadro Orgânico de Material.

**3. Considera que as forças que constituem a Componente Terrestre tem entre si alguma lacuna relativamente à interoperabilidade?**

Existe o problema da compatibilidade dos rádios, uma vez que o comando do Batalhão e da Companhia utiliza os PRC 525 e o Pelotão e Secção utiliza os RPM 4720A. Outra questão relativa à interoperabilidade é o uso de procedimentos e treinos conjuntos da força, os elementos que constituem a FRI devem estar treinados para a condução de uma NEO e saber operar conjuntamente. Tendo em consideração a questão logística, todas as forças deveriam usar o mesmo tipo de armas, munições e viaturas.

**4. Considera que o actual catálogo de forças que compõem a FRI é o mais adequado? Porquê?**

Se for aceite que a UEC tenha a mesma constituição orgânica de uma Companhia Pára-quedista, torna-se muito mais fácil o seu comando e controlo e fica mais musculada, com capacidade de efectuar a missão mais proficientemente.

**4.1. Apontaria algumas lacunas que possam existir na organização da Componente Terrestre da FRI, que gostaria de ver colmatadas?**

Maior ligação e interacção entre o EM e os respectivos destacamentos que constituem a Componente Terrestre. Os militares nomeados para esta missão devem ser treinados para a mesma e estarem cientes das dificuldades e desafios inerentes a este tipo de operação.

**Nota:** Esta entrevista encontra-se na posse do autor.

## **ANEXOS**

## ANEXO O – TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES DE RESPOSTA A CRISES

As Operações de Resposta a Crises estão divididas em duas grandes áreas, as Operações de Apoio à Paz e Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises. Estas estão compartimentadas por operações, sendo estas apresentadas na Figura O.1 da seguinte maneira:

1. Operações de Apoio à Paz (PSO)
  - 1.1. Manutenção de Paz
  - 1.2. Imposição da Paz
  - 1.3. Prevenção de Conflitos
  - 1.4. Restabelecimento da Paz
  - 1.5. Consolidação da Paz
  - 1.6. Operações Humanitárias
2. Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises
  - 2.1. Apoio a Operações Humanitárias
    - 2.1.1. Assistência a Deslocados e Refugiados
    - 2.1.2. Operações Humanitárias (fora do âmbito das PSO)
  - 2.2. Apoio à Assistência em situação de Catástrofe
  - 2.3. Busca e Salvamento
  - 2.4. Apoio a Operações de Evacuação de Não-Combatentes (NEO)
  - 2.5. Operações de Extração
  - 2.6. Apoio às Autoridades Cíveis
  - 2.7. Imposição de Sanções e Embargos

**Figura O.1: Tipologia das Operações de Resposta a Crises.**

**Fonte: Adaptado de EME\ (2005b, p. III-14-4).**

## ANEXO P – CONSTITUIÇÃO DA FORÇA DE REACÇÃO IMEDIATA

O presente anexo foi elaborado com o propósito de conhecermos a constituição da FRI. São apresentadas figuras e textos que demonstram como a FRI está constituída, quais as forças com que o Exército contribui, a organização operacional tipo da FRI e o limite máximo de efectivos imposto. Com base neste anexo, teremos uma noção mais pormenorizada da constituição da FRI e respectiva Componente Terrestre.

### P.1 CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO INICIAL DA FRI

A Figura P.1 demonstra a constituição do Núcleo Inicial da FRI, compartimentada por Componentes.

#### 1. Componente Naval

- 1 FFGH ou uma FF
- 1 FS
- 1 Companhia de Fuzileiros
- 1 CDT (com valências EOD)
- 1 AOR (quando disponível)
- 1 SSK (quando disponível)

#### 2. Componente Terrestre

- 1 Cmd Bat
- 1 Comp Manobra
- 1 Dest Tm
- 1 Módulo San
- 1 Dest CIMIC

#### 3. Componente Aérea

- 1 C-130
- 1 C-212
- 1 PUMA
- 2 AL-III
- 2 PC MÓVEIS

#### 4. Componente de Operações Especiais

- 1 DOE (poderá integrar a componente terrestre)
- 1 DAE (poderá integrar a componente naval)

Figura P.1: Constituição do Núcleo Inicial da FRI.

Fonte: CEMGFA (2005, p. A-1).

## P.2 ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL TIPO

A Figura P.2 demonstra a organização operacional tipo da FRI para a condução de uma NEO.

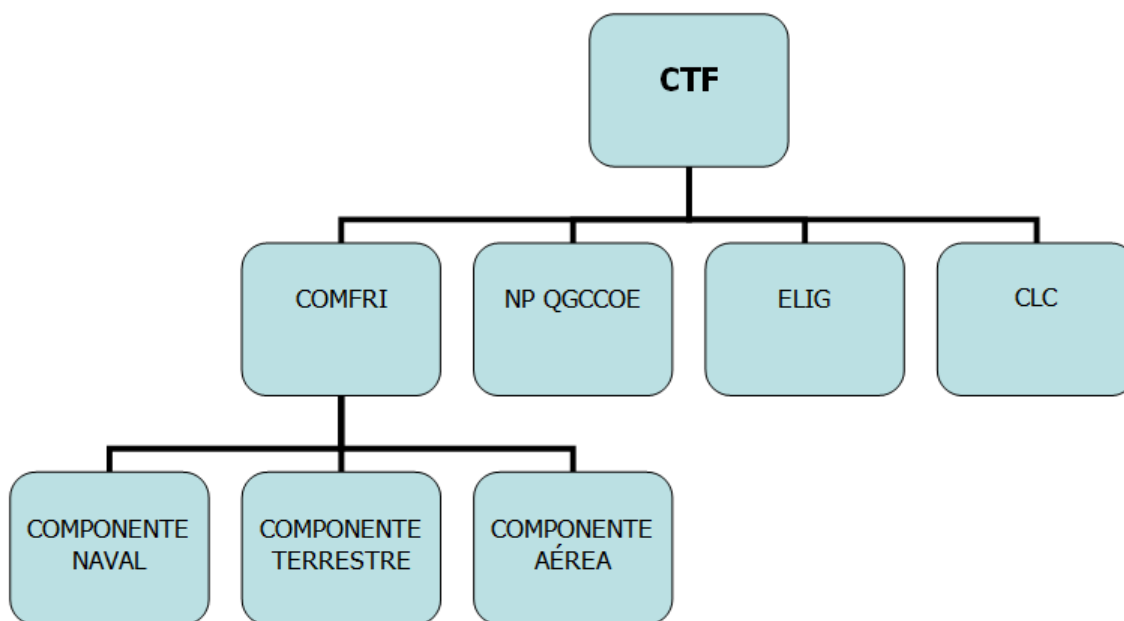


Figura P.2: Organização Operacional Tipo para uma NEO.

Fonte: Pires (2009, p. 9).

## P.3 CONTRIBUTO DO EXÉRCITO PARA O CATÁLOGO DE FORÇAS DA FRI

Segundo a CEME (2007c), o Exército contribui para o catálogo de forças em estado de prontidão de categoria 2, os seguintes meios:

- Comando de Unidade de Escalão Batalhão;
- Uma Unidade de Manobra Escalão Companhia;
- Um Destacamento de Operações Especiais (DOE);
- Um Destacamento de Transmissões;
- Um Destacamento CIMIC;
- Um Módulo Sanitário.

## P.4 EFECTIVOS MÁXIMOS DAS FORÇAS QUE CONSTITUEM O NÚCLEO INICIAL DA COMPONENTE TERRESTRE DA FRI.

A Figura P.3 demonstra o número máximo de efectivos que as forças que integram o núcleo inicial de forças da Componente Terrestre deverá ter.

Força	Efectivos (máximos)	Obs
Comando da Unidade de Escalão Batalhão (UEB)	14	Valores Obtidos através do QOP aprovado n.º 24.0.21
Unidade de Escalão Companhia (UEC)	110	Valores Obtidos através do QOP aprovado n.º 24.0.21
Destacamento de Operações Especiais	50	Constituído com base no QOP aprovado 24.0.25
Destacamento de Transmissões	7	Constituído com base em elementos da CTm da BrigRR QOP 24.0.29
Destacamento CIMIC	2	Constituição baseada em elementos da CGerCIMIC / FApGer QOP 24.0.58
Módulo Sanitário	6	Núcleo a ser fornecido pela BrigRR, reforçado pelo Hospital Cirúrgico Móvel / FApGer

Figura P.3: Número de efectivos da Componente Terrestre da FRI.

Fonte: Comando Operacional (2007b, p. 7).

## ANEXO Q – ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL DA FRI NO EXERCÍCIO LUSÍADA 2008

A Figura Q.1 demonstra a organização operacional das forças afectas à FRI no exercício LUSÍADA 2008.

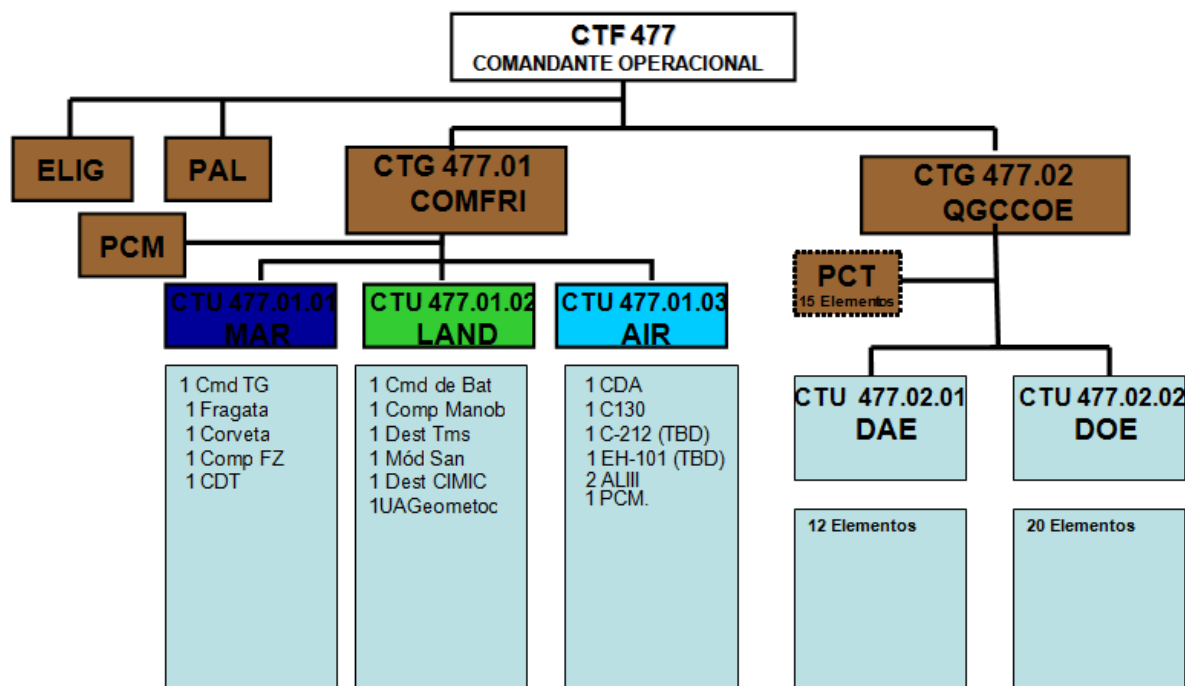


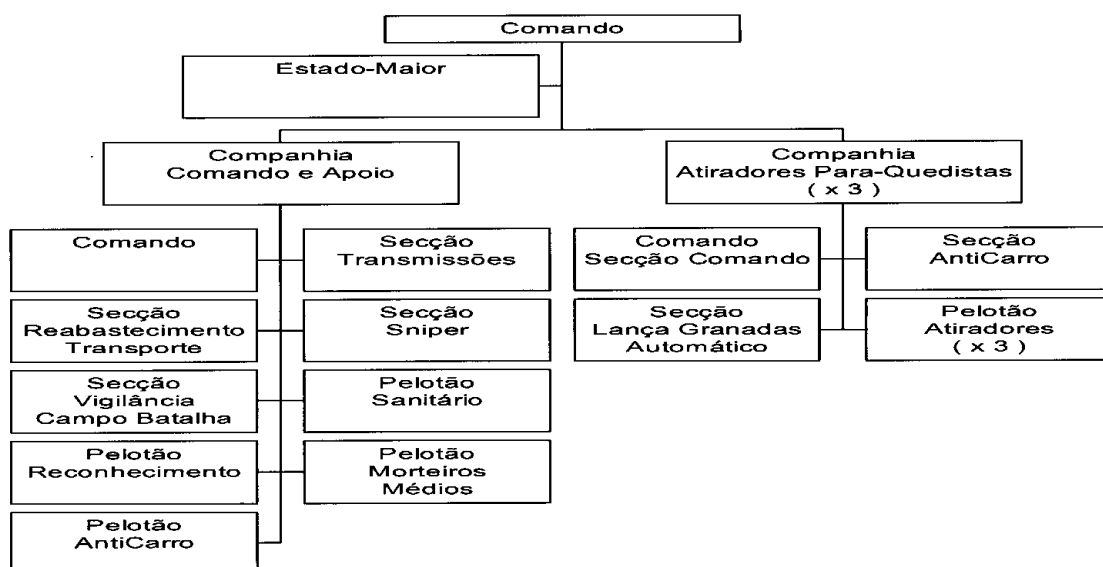
Figura Q.1: Organização Operacional da FRI no Exercício LUSÍADA 2008.

Fonte: CTG 477.01 (2008, p. B-4).

# ANEXO R – 1º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA

Este anexo foi criado com o intuito de demonstrar a constituição de um Batalhão de Infantaria Pára-quedaista.

A Figura R.1 seguinte exemplifica a organização de um Batalhão de Infantaria Pára-quedaista, a sua missão, possibilidades e limitações.



## 2. MISSAO

Estreita o contacto com o Inimigo, através do fogo e manobra, para o destruir, capturar ou para repelir o seu assalto; participa ou conduz operações aerotransportadas e aeromóveis, para conquistar e assegurar a posse de uma área-objectivo.

## 3. POSSIBILIDADES

- Conduzir operações ofensivas e defensivas em todo o tipo de conflito, em todo o tipo de terreno e em todas as condições meteorológicas;
- Conduzir ou participar em Operações de Resposta a Crises;
- Conquistar e manter a posse de terreno importante e pontos sensíveis ou impedir a sua utilização por parte do inimigo;
- Destruir, neutralizar, suprimir, fixar e canalizar forças inimigas;
- Reconhecer, negar, ultrapassar, limpar e isolar terreno ou inimigo;
- Participar em operações de combate ao terrorismo e outras ameaças assimétricas.

## 4. LIMITAÇÕES

- Reduzida protecção, apresentando grande vulnerabilidade aos fogos do inimigo;
- Reduzida mobilidade; as viaturas tácticas médias orgânicas só permitem transportar os abastecimentos ou o pessoal de uma CAT; pode ser reforçado pelo BAAT com viaturas tácticas médias para transportar duas CAT;
- Necessidade em apoio de manutenção do BAAT;
- Quando necessário, pode receber do BAAT capacidade adicional de meios anti-carro e morteiros pesados;
- Necessita de apoio de serviços adicional para operações de duração superior a três dias.

Figura R.1: Orgânica, possibilidades e limitações de uma UEB Pára-quedaista.

Fonte: EME (2006, p. 2).

A Figura R.2 exibe a constituição do Comando do 1º Batalhão de Infantaria e respectivo EM, demonstra também parte da constituição da Companhia de Comando e Apoio.

Nº Refº	Nº	Cargo	Posto	PESSOAL			Notas
				Quadro Especial / Área Funcional	OF	SAR	
<b>1º BATALHÃO DE INFANTARIA PÁRA-QUEDISTA</b>							(1)
100.000		<b>COMANDO</b>					
	1	Comandante	TCOR	Infantaria	1		
	2	2º Comandante	MAJ	Infantaria	1		
	3	Adjunto do Comandante	SCH	Infantaria		1	
	4	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			1
		<b>COMANDO</b>		<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
100.100		<b>ESTADO-MAIOR</b>					
100.110		<b>SECÇÃO DE PESSOAL - S1</b>					
	5	Oficial de Pessoal	CAP	Infantaria	1		
	6	Médico	SUBALT	AF26-SM	(1)		(2)(3)
	7	Sargento de Pessoal	1SAR	Infantaria		1	
	8	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			1
		<b>SOMA</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
100.120		<b>SECÇÃO DE INFORMAÇÕES - S2</b>					
	9	Oficial de Informações	CAP	Infantaria	1		
	10	Sargento de Informações	1SAR	Infantaria		1	
	11	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			1
		<b>SOMA</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
100.130		<b>SECÇÃO DE OPERAÇÕES - S3</b>					
	12	Oficial de Operações	MAJ	Infantaria	1		
	13	Adjunto Apoio Aéreo	CAP	Infantaria	1		
	14	Oficial de Transmissões	SUBALT	Infantaria	(1)		(4)
	15	Sargento de Operações	SAJ	Infantaria		1	
	16	Auxiliar Operações	1SAR	Infantaria		1	
	17	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			1
		<b>SOMA</b>			<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
100.140		<b>SECÇÃO DE LOGÍSTICA - S4</b>					
	18	Oficial de Logística	CAP	Infantaria	1		
	19	Sargento de Logística	1SAR	Infantaria		1	
	20	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			1
		<b>SOMA</b>			<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
		<b>ESTADO - MAIOR</b>		<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
110.000		<b>COMPANHIA DE COMANDO E APOIO</b>					
110.100		<b>COMANDO</b>					
	21	Comandante	CAP	Infantaria	1		
	22	Adjunto	SUBALT	Infantaria	1		
	23	Adjunto do Comandante	SAJ	Infantaria		1	
	24	Auxiliar do Adjunto do Comandante	1SAR	Infantaria		1	
	25	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			2
		<b>COMANDO</b>		<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
110.200		<b>SECÇÃO DE TRANSMISSÕES ( CIS )</b>					
	26	Comandante	1SAR	Infantaria		1	(4)
	27	Auxiliar	1SAR	Infantaria		1	(4)
	28	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			2
		<b>SECÇÃO DE TRANSMISSÕES ( CIS )</b>		<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Figura R.2: Constituição do Comando da UEB e Companhia de Comando e Apoio.

Fonte: EME (2006, p. 3).

A Figura R.3 continua a demonstração da constituição da Companhia de Comando e Apoio preconizada na figura anteriormente apresentada.

Nº Ref Subunidade / Órgão	Nº Ord	Cargo	Posto	PESSOAL			Notas
				Quadro Especial / Área Funcional	OF	SAR	
110.300		SECÇÃO DE REABASTECIMENTO E TRANSPORTE					
	29	Comandante	1SAR	Infantaria		1	(5)
	30	Operador de Reab Mat Cl I, II, IV e VII	CABO	AF17-RS			3 (6)
	31	Operador de Reab Comb Lub	CABO	AF17-RS			3 (6)
	32	Operador de Reab Mat Cl I, II, IV e VII	SOLD	AF17-RS			6 (6)
	33	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			4
		<b>SECÇÃO REABASTECIMENTO TRANSPORTE</b>		<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>16</b>
110.400		SECÇÃO SNIPER					
	34	Comandante	1SAR	Infantaria		1	
	35	Chefe de Equipa	1SAR	Infantaria		3	
	36	Atrador	CABO	AF02-IL			3
		<b>SECÇÃO SNIPER</b>		<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
110.500		SECÇÃO DE VIGILÂNCIA DO CAMPO DE BATALHA					
	37	Comandante	1SAR	Infantaria		1	(6)
	38	Comandante de Esquadra	2SAR	AF02-IL		1	
	39	Operador Sistemas VCB	CABO	AF02-IL			4
	40	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			4
		<b>SECÇÃO VIGILÂNCIA DO CAMPO BATALHA</b>		<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>8</b>
110.600		PELOTÃO SANITÁRIO					
110.610		COMANDO					
	41	Comandante	SUBALT	AF26-SM	(1)		
	42	Sargento de Pelotão	1SAR	Infantaria		(1)	(8)
				SOMA	0	0	0
110.620		SECÇÃO DE POSTO DE SOCORROS					
	43	Comandante	1SAR	Medicina		(1)	(2)
	44	Socorrista	CABO	AF19-S			1 (6)
	45	Socorrista	SOLD	AF19-S			1 (6)
				SOMA	0	0	2
110.630		SECÇÃO SANITÁRIA					
	46	Comandante	1SAR	Infantaria		1	
				SOMA	0	1	0
110.631		ESQUADRA DE SOCORRISTAS ( x 3 )					
	47	Comandante	2SAR	AF19-S		3	
	48	Socorrista	CABO	AF19-S			3
	49	Socorrista	SOLD	AF19-S			3
				SOMA	0	3	6
110.632		ESQUADRA DE EVACUAÇÃO ( x 4 )					
	50	Comandante	CABO	AF19-S			4
	51	Socorrista	CABO	AF19-S			4
				SOMA	0	0	8
		<b>PELOTÃO SANITÁRIO</b>		<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>16</b>

Figura R.3: Constituição da Companhia de Comando e Apoio (continuação).

Fonte: EME (2006, p. 4).

A Figura R.4 continua com a exibição da constituição da Companhia de Comando e Apoio, colmatando com o seu total de efectivos.

Nº Refº	Nº	Cargo	Posto	PESSOAL			Notas	
				Subunidade / Órgão	Ord	Posto		Quadro Especial / Área Funcional
110.700		PELOTÃO DE RECONHECIMENTO						
110.710		COMANDO						
	52	Comandante	SUBALT	AF02-IL	1			(9)
	53	Sargento Pelotão	1SAR	Infantaria		1		
	54	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			1	
		SOMA			1	1	1	
110.720		SECÇÃO DE RECONHECIMENTO ( x 2 )						
	55	Comandante	1SAR	Infantaria		2		(10)
	56	Comandante de Esquadra	2SAR	AF02-IL		2		
	57	Atirador Explorador	CABO	AF02-IL			4	
	58	Atirador Explorador	SOLD	AF02-IL			8	
	59	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			8	
		SOMA			0	4	20	
		<b>PELOTÃO DE RECONHECIMENTO</b>			<b>Subtotal</b>			
					1	5	21	
110.800		PELOTÃO DE MORTEIROS MÉDIOS						
110.810		COMANDO						
	60	Comandante	SUBALT	AF02-IL	1			(11)
	61	Sargento Pelotão	1SAR	Infantaria		1		
	62	Observador Avançado	2SAR	AF02-IL		3		
	63	Calculador PCT	CABO	AF02-IL			2	(6)
	64	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			1	
		SOMA			1	4	3	
110.820		SECÇÃO MORTEIROS MÉDIOS ( x 2 )						
	65	Comandante	1SAR	Infantaria		2		(6)
	66	Apontador	CABO	AF02-IL			4	
	67	Municiador	SOLD	AF02-IL			4	
	68	Remuniciador	SOLD	AF02-IL			4	
		SOMA			0	2	12	
		<b>PELOTÃO DE MORTEIROS MÉDIOS</b>			<b>Subtotal</b>			
					1	6	15	
110.900		PELOTÃO ANTICARRO						
110.910		COMANDO						
	69	Comandante	SUBALT	AF02-IL	1			(6)
	70	Sargento de Pelotão	1SAR	Infantaria		1		
	71	Condutor / Operador Rádio	SOLD	AF18-TP			1	
		SOMA			1	1	1	
110.920		SECÇÃO ANTICARRO ( x 4 )						
	72	Comandante	1SAR	Infantaria		4		(6)
	73	Apontador	CABO	AF02-IL			8	
	74	Municiador	SOLD	AF02-IL			8	
		SOMA			0	4	16	
		<b>PELOTÃO ANTICARRO</b>			<b>Subtotal</b>			
					1	5	17	
		<b>COMPANHIA DE COMANDO E APOIO</b>			<b>TOTAL</b>			
					5	31	100	

Figura R.4: Constituição e total da Companhia de Comando e Apoio.

Fonte: EME (2006, p. 5).

A Figura R.5 expõe a constituição das Companhias de Atiradores Pára-quedistas que integram o 1º Batalhão de Infantaria.

Nº Rep	Nº	Cargo	Posto	PESSOAL			Notas
				Quadro Especial / Área Funcional	Of	SAR	
120.000	COMPANHIA DE ATIRADORES PÁRA-QUEDISTAS ( x 3 )						
120.100	COMANDO E SECÇÃO DE COMANDO ( x 3 )						
	75	Comandante	CAP	Infantaria	3		(4)
	76	2º Comandante	SUBALT	AF02-IL	3		
	77	Adjunto do Comandante	SAJ	Infantaria		3	
	78	Auxiliar do Adjunto do Comandante	1SAR	Infantaria		3	
	79	Sargento Transmissões	1SAR	Infantaria		3	
	80	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP		6	
	<b>COMANDO E SECÇÃO DE COMANDO ( x 3 )</b>			<b>Subtotal</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>6</b>
120.200	SECÇÃO ANTICARRO ( x 3 )						
	81	Comandante	1SAR	Infantaria		3	
	SOMA				0	3	0
120.210	ESQUADRA ANTICARRO ( x 12 )						
	82	Comandante Esquadra / Apontador	CABO	AF02-IL			12
	83	Municiador	SOLD	AF02-IL			12
	84	Remuniciador	SOLD	AF02-IL			12
	SOMA				0	0	36
	<b>SECÇÃO ANTICARRO ( x 3 )</b>			<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>36</b>
120.300	SECÇÃO LANÇA GRANADAS AUTOMÁTICO ( x 3 )						
	85	Comandante	1SAR	Infantaria		3	
	SOMA				0	3	0
120.310	ESQUADRA LANÇA GRANADAS AUTOMÁTICO ( x 9 )						
	86	Apontador	CABO	AF02-IL			9
	87	Municiador	SOLD	AF02-IL			9
	88	Remuniciador	SOLD	AF02-IL			9
	SOMA				0	0	27
	<b>SECÇÃO LANÇA GRANADAS AUTOMÁTICO ( x 3 )</b>			<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>27</b>
120.400	PELOTÃO DE ATIRADORES ( x 9 )						
120.410	COMANDO ( x 9 )						
	89	Comandante	SUBALT	AF02-IL	9		
	90	Sargento de Pelotão	1SAR	Infantaria		9	
	91	Apontador de ML	CABO	AF02-IL			18
	92	Municiador	SOLD	AF02-IL			18
	93	Radiotelefonista	CABO	AF02-IL			9
	SOMA				9	9	45
120.420	SECÇÃO DE ATIRADORES ( x 27 )						
	94	Comandante	2SAR	AF02-IL		27	
	95	Comandante de Esquadra	CABO	AF02-IL			27
	96	Atirador Granadeiro	CABO	AF02-IL			54
	97	Atirador EspAut c / bipé	SOLD	AF02-IL			54
	98	Atirador	SOLD	AF02-IL			54
	SOMA				0	27	189
	<b>PELOTÃO ATIRADORES ( x 9 )</b>			<b>Subtotal</b>	<b>9</b>	<b>36</b>	<b>234</b>
	<b>COMPANHIA ATIRADORES PARA-QUEDISTAS ( x 3 )</b>			<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>51</b>	<b>303</b>

Figura R.5: Constituição da Companhia de Pára-quedistas.

Fonte: EME (2006, p. 6).

A Figura R.6 demonstra o resumo do 1º Batalhão de Infantaria, na qual se encontra compartimentado pelas forças anteriormente descritas.

Nº Refº Subunidade / Órgão	Nº Ord	Cargo	Posto	PESSOAL			Notas
				Quadro Especial / Área Funcional	OF	SAP Praças	
<b>RESUMO DO 1º BATALHAO DE INFANTARIA PARA-QUEDISTA</b>							
		COMANDO			2	1	1
		ESTADO MAIOR			5	5	4
		COMPANHIA DE COMANDO E APOIO			5	31	100
		COMPANHIA DE ATIRADORES ( x 3 )			15	51	303
				<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>88</b>	<b>408</b>
							<b>523</b>
<p>NOTAS:</p> <p>A levantar quando em treino operacional ou Batalhão projectado em situação campanha. Em tempo paz com o Batalhão aquartelado, estes elementos estão em OB.</p> <p>(1) Todo o pessoal do Batalhão Pára-quedista é habilitado com o Curso de Pára-quedismo Militar.                  (2) A garantir pelo Hospital Militar Regional nº 2.                  (3) É, em acumulação de funções, o Comandante do Pelotão Sanitário / Companhia de Comando e Apoio.                  (4) Habilitado com o Curso de Transmissões das Armas.                  (5) Habilitado com o Curso de Transportes.                  (6) Habilitados com Carta de Condução.                  (7) É, em acumulação de funções, o Comandante de uma Esquadra VCB da Secção VCB.                  (8) É, em acumulação de funções, o Comandante da Secção Sanitária / Pelotão Sanitário.                  (9) Habilitado com o Curso de Reconhecimento, Informações e Operações de Infantaria.                  (10) É, em acumulação de funções, o Comandante da 1ª Esquadra de Reconhecimento.                  (11) É, em acumulação de funções, o Sargento de PCT / Pelotão Morteiros Médios.</p>							

Figura R.6: Resumo do 1ºBatalhão de Infantaria Pára-quedista.

Fonte: EME (2006, p. 7).

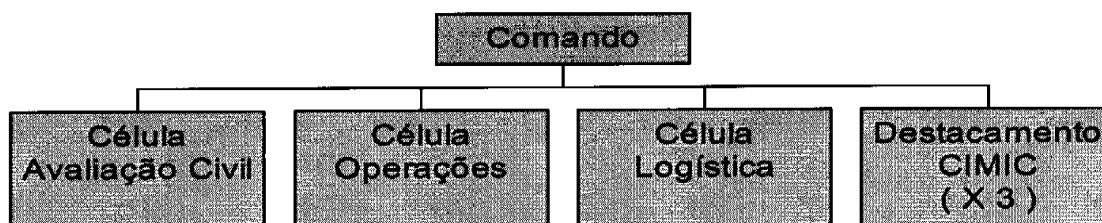
## ANEXO S – ORGANIZAÇÃO DO DESTACAMENTO CIMIC

Este anexo tem como finalidade demonstrar a organização do Destacamento CIMIC e respectivos elementos de EM CIMIC na FRI, todavia, importa evidenciar a constituição do Destacamento CIMIC, o qual pertence à Companhia Geral CIMIC.

### S.1 ORGANIZAÇÃO DA COMPANHIA GERAL CIMIC

As seguintes imagens exemplificam a constituição da Companhia Geral CIMIC, a qual cede o Destacamento CIMIC para integrar a Componente Terrestre da FRI.

A Figura S.1 revela a orgânica da Companhia Geral CIMIC, a sua missão e possibilidades.



#### 2. MISSAO

Planeia, coordena e a conduz as actividades de Cooperação Civil / Militar (CIMIC) em apoio de uma unidade até escalão Brigada.

#### 3. POSSIBILIDADES

- Planear e conduzir operações CIMIC;
- Reforçar a capacidade CIMIC de uma Brigada, com toda ou parte dos seus meios;
- Fornecer Módulos CIMIC a Forças Nacionais Destacadas, quando necessário;
- Melhorar a acção conjunta e criar sinergias inter Ramos;
- Aperfeiçoar a eficiência operacional e reduzir custos.

Figura S.1: Organograma da Companhia Geral CIMIC.

Fonte: EME (2005a, p. 2).

A Figura S.2 identifica a constituição da Companhia Geral CIMIC, incluindo os seus Destacamentos CIMIC.

Nº Ref <sup>a</sup> Subunidade / Orgão	Nº Ord	Cargo	Posto	PESSOAL			Notas
				Quadro Especial / Área Funcional	OL	SAR	
<b>COMPANHIA GERAL CIMIC</b>							
100.000 <b>COMANDO</b>							
	1	Comandante	TCOR	QQ Arma / Svc	1		
	2	Oficial de Ligação	CAP	QQ Arma / Svc	4		
	3	Adjunto do Comandante	SCH	QQ Arma / Svc		1	
	4	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			1
		<b>COMANDO</b>		<b>Subtotal</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
110.000 <b>CÉLULA DE AVALIAÇÃO CIVIL</b>							
	5	Chefe	MAJ	QQ Arma / Svc	1		
	6	Elemento de Avaliação	MAJ	QQ Arma / Svc	3		
	7	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			2
		<b>CÉLULA DE AVALIAÇÃO CIVIL</b>		<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
120.000 <b>CÉLULA DE OPERAÇÕES</b>							
	8	Chefe	MAJ	QQ Arma / Svc	1		
	9	Oficial de Planeamento	CAPTEN	Marinha	1		
	10	Oficial de Gestão de Projectos	MAJ	QQ Arma / Svc	1		
	11	Oficial de Operações	MAJ	Força Aérea	1		
	12	Adjunto de Operações / Transmissões	SAJ	QQ Arma / Svc		1	
	13	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			1
		<b>CÉLULA DE OPERAÇÕES</b>		<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
130.000 <b>CÉLULA DE LOGÍSTICA</b>							
	14	Chefe	CAPTEN	Marinha	1		
	15	Sargento de Abastecimentos	SAJ	Marinha		1	
	16	Adjunto Administrativo	SAJ	QQ Arma / Svc		1	
	17	Sargento de Transportes	SAJ	QQ Arma / Svc		1	
	18	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			1
		<b>CÉLULA DE LOGÍSTICA</b>		<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
140.000 <b>1º DESTACAMENTO CIMIC</b>							
	19	Chefe	CAPTEN	Marinha	1		
	20	Chefe Equipa CIMIC	1 TEN	Marinha	3		
	21	Adjunto Administrativo	SAJ	Marinha		1	
	22	Adjunto Equipa CIMIC	SAJ	Marinha		3	
	23	Condutor / Operador Rádio	MAR	Marinha			2
		<b>1º DESTACAMENTO CIMIC</b>		<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
150.000 <b>2º DESTACAMENTO CIMIC</b>							
	24	Chefe	MAJ	QQ Arma / Svc	1		
	25	Chefe Equipa CIMIC	CAP	Força Aérea	3		
	26	Adjunto Administrativo	SAJ	QQ Arma / Svc		1	
	27	Adjunto Equipa CIMIC	SAJ	Força Aérea		3	
	28	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			2
		<b>2º DESTACAMENTO CIMIC</b>		<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
160.000 <b>3º DESTACAMENTO CIMIC</b>							
	29	Chefe	MAJ	QQ Arma / Svc	1		
	30	Chefe Equipa CIMIC	CAP	QQ Arma / Svc	3		
	31	Adjunto Administrativo	SAJ	QQ Arma / Svc		1	
	32	Adjunto Equipa CIMIC	SAJ	QQ Arma / Svc		3	
	33	Condutor / Operador Rádio	CABO	AF18-TP			2
		<b>3º DESTACAMENTO CIMIC</b>		<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Figura S.2: Organização da CGerCIMIC e respectivos Destacamentos CIMIC.

Fonte: EME (2005a, p. 3).

A Figura S.3 exibe o resumo da Companhia Geral CIMIC, sendo esta compartimentada pelas suas forças constituintes.

Nº Refº Subunidades / Órgão	Nº Ord	Cargo	Posto	PESSOAL			Notas	
				Quadro Especial / Área Funcional	OF	SAR		Pracças
<b>RESUMO DA COMPANHIA GERAL CIMIC</b>								
		COMANDO			5	1	1	
		CÉLULA DE AVALIAÇÃO CIVIL			4	0	2	
		CÉLULA DE OPERAÇÕES			4	1	1	
		CÉLULA DE LOGÍSTICA			1	3	1	
		1º DESTACAMENTO CIMIC			4	4	2	
		2º DESTACAMENTO CIMIC			4	4	2	
		3º DESTACAMENTO CIMIC			4	4	2	
<b>TOTAL</b>					<b>28</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>54</b>
<b>NOTAS:</b>		A levantar quando em treino operacional ou Companhia empregue como um todo em situação campanha. Em tempo paz com a Companhia aquartelada, estes elementos estão em OB						
		Todos os graduados devem estar autorizados a conduzir viaturas tácticas ligeiras, médias ou pesadas, conforme as suas habilitações civis.						

Figura S.3: Resumo da Companhia Geral CIMIC.

Fonte: EME (2005a, p. 4).

## S.2 LIGAÇÕES CIMIC E ARQUITECTURA DE COORDENAÇÃO

A Figura S.4 expõe como os elementos CIMIC e o Destacamento CIMIC se encontram enquadrados na FRI.

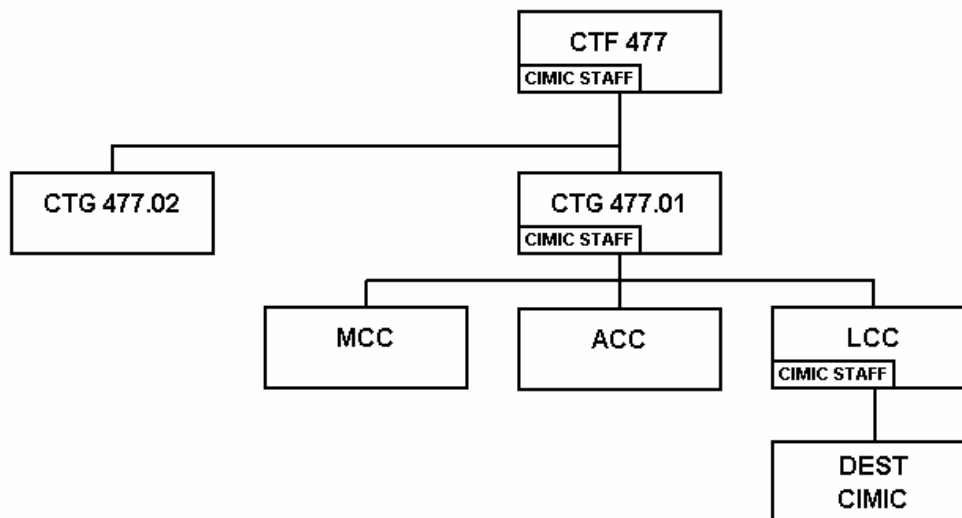


Figura S.4: Integração do Elementos de EM CIMIC na FRI.

Fonte: Adaptado de CTG 477.01 (2008, p. W-2-1).

## ANEXO T – FASES CIMIC NO EXERCÍCIO LUSÍADA 2008

O Quadro T.1 refere as tarefas que o Destacamento CIMIC realizou no Exercício LUSÍADA 2008, estas tarefas foram divididas pelas Fases CIMIC, nas quais se integraram nas Fases da Operação.

Quadro T.1: Fases CIMIC no Exercício LUSÍADA 2008.

Fases CIMIC	Fases Operação	Tarefas CIMIC
Pré Operacional	Fase I (Projeção)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar situação civil-militar e meios disponíveis;</li> <li>• Estabelecer Ligação com Embaixada;</li> <li>• Activar os meios e capacidades CIMIC;</li> <li>• Desenvolver contactos com ONG/IO.</li> </ul>
Operacional	Fase II (Implementação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar com ONG/IO apoios necessários para a operação;</li> <li>• Facilitar a entrada da FORÇA CONJUNTA;</li> <li>• Coordenar com ONG/IO apoios à população local;</li> <li>• Implementar as estruturas CIMIC</li> </ul>
	Fase III (Recolha)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitar e apoiar movimentos dos PEEVAC;</li> <li>• Apoiar a evacuação dos PEEVAC para a BAI;</li> <li>• Apoiar a embaixada nas operações de evacuação de PEEVAC.</li> </ul>
Transição	Fase IV (Retração)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar a retirada dos meios, utilizados para a condução da NEO, para a BAI.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de CTG 477.01 (2008, p. W-3).

## ANEXO U – EQUIPA MÉDICA AVANÇADA

A Equipa Médica Avançada é uma pequena unidade médica com grande capacidade de mobilidade e é constituída por três homens, que está configurada e equipada para garantir suporte médico de curto prazo no terreno. Esta unidade é constituída quando são necessárias unidades médicas na área de operações (incluindo pessoal, equipamento e abastecimentos). Estas equipas são unidades que dependem do apoio de serviços das unidades às quais estejam a ser apoiadas por estas equipas.

Tarefas da Equipa Médica Avançada:

- Garantir os primeiros socorros e cuidados de saúde num posto sanitário avançado para 150 militares;
- Garantir a curto prazo o suporte médico imediato no terreno em áreas sem acesso a unidades hospitalares.
- Garantir cuidados médicos durante uma evacuação terrestre ou aéreo em casos de risco de vida e onde a capacidade de evacuação seja demorada. Isto inclui a evacuação para um país vizinho ou repatriar o indisponível, se necessário.
- Garantir uma equipa médica para operações de busca e resgate.

Para funcionar eficazmente nas operações acima referidas, é importante esta equipas estejam bem equipadas apesar dos seus efectivos, incluindo a exigência equipamento de suporte de vida. Todos os equipamentos e abastecimentos devem ser portáteis e configurados para serem usados em espaços confinados como ambulâncias e helicópteros. Pode haver uma exigência de equipamentos eléctricos deverem estarem certificados para serem utilizados em aeronaves<sup>102</sup> (UN, 1999, p. 29).

---

<sup>102</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

O Quadro U.1 expõe quais os equipamentos que devem ser utilizados por esta equipa, uma vez que o Módulo de Apoio Sanitário não tem definido em termos logísticos o material que deve levar.<sup>103</sup>

**Quadro U.1: Meios e equipamento da Equipa Médica Avançada.**

Categoria	Material	Quantidade
Equipamento Médico	Equipamento Essencial de Diagnóstico <ul style="list-style-type: none"> <li>– Estetoscópio;</li> <li>– Esfingomanómetro;</li> <li>– Martelo para reflexos;</li> <li>– Termómetro;</li> <li>– Lanterna de Reflexo Pupilar;</li> <li>– Oftalmoscópio;</li> <li>– Ortoscópio;</li> </ul>	1 Conjunto
	Equipamento de Suporte Básico de Vida <ul style="list-style-type: none"> <li>– Monitor de Funções Vitais;</li> <li>– Desfibrilhador;</li> <li>– Ventilador Portátil;</li> </ul>	1 Conjunto
	Equipamento de Reanimação <ul style="list-style-type: none"> <li>– Intubador;</li> <li>– Máscaras e Saco de Reanimação;</li> <li>– Garrafa de Oxigénio;</li> <li>– Aspirador de Secreções;</li> <li>– Equipamento de Infusão endovenosa;</li> <li>– Equipamento de Entubação Ventiladora;</li> <li>– Equipamento de Cateterismo;</li> <li>– Tubos nosogástricos ;</li> </ul>	1 Conjunto
	Outros <ul style="list-style-type: none"> <li>– Malas de Médico e Paramédico;</li> <li>– Equipamento de Suturas;</li> <li>– Equipamento de Cirurgia Básico;</li> </ul>	1 Conjunto 2 Conjuntos 2 Conjuntos
Fármacos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Analgésicos e Narcóticos;</li> <li>– Antipiréticos;</li> <li>– Antibióticos, incluindo profilaxia para malária;</li> <li>– Fármacos respiratórios comuns;</li> <li>– Fármacos cardiovasculares comuns;</li> <li>– Fármacos gastrointestinais comuns;</li> <li>– Fármacos musculares comuns;</li> <li>– Fármacos tópicos;</li> <li>– Outros fármacos;</li> <li>– Fluidos de infusão endovenosa.</li> </ul>	O suficiente para 100 militares durante 7 dias
Equipamento de tratamento e abastecimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Compressas, ligaduras e lenços de cobertura;</li> <li>– Luvas, máscaras e batas;</li> <li>– Seringas e agulhas descartáveis.</li> </ul>	O adequado
Ambulância e Equipamento de Evacuação	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Ambulância 4x4, toda equipada;</li> <li>– Equipamento médico de emergência (pode ser com o material supracitado);</li> <li>– Comunicações (HF/VHF);</li> <li>– Equipamento de manutenção do veículo</li> </ul>	1-2
		1-2

Fonte: Adaptado de UN (1999, p. 142).

<sup>103</sup> Tradução livre da responsabilidade do autor.

## ANEXO V – DIÁSPORA PORTUGUESA

A Tabela V.1 evidencia a Diáspora Portuguesa existente no mundo, a qual se encontra compartimentada por continentes.

**Tabela V.1: Diáspora portuguesa.**

	<i>Total</i>	<i>%</i>		<i>Total</i>	<i>%</i>
<b><u>EUROPA</u></b>	<b>1 518 202</b>	<b>31,23%</b>	<b><u>ÁFRICA</u></b>	<b>352 501</b>	<b>7,25%</b>
ALEMANHA	132 625	2,73%	ÁFRICA DO SUL	300 000	6,17%
ANDORRA	9 000	0,19%	ANGOLA	21 000	0,43%
ÁUSTRIA	950	0,02%	ARGÉLIA	39	0,00%
BÉLGICA	38 000	0,78%	BENIN	2	0,00%
BULGÁRIA	20	0,00%	BOTSWANA	32	0,00%
CHECA, REP.	82	0,00%	BURKINA FASO	10	0,00%
CHIPRE	41	0,00%	BURUNDI	8	0,00%
CROÁCIA	17	0,00%	CABO-VERDE	7 000	0,14%
DINAMARCA	701	0,01%	CAMARÕES	2	0,00%
ESLOVACA, REP.	5	0,00%	CENTRO-AFRICANA (REPÚBLICA)	38	0,00%
ESPAÑA	47 064	0,97%	CONGO, REP do (BRAZZAVILLE)	122	0,00%
FINLÂNDIA	227	0,00%	CONGO, REP. DEM. do (ex-ZAIRE)	676	0,01%
FRANÇA	788 683	16,22%	COSTA DO MARFIM	71	0,00%
GRÉCIA	400	0,01%	EGIPTO	56	0,00%
HOLANDA	10 787	0,22%	GABÃO	17	0,00%
HUNGRIA	48	0,00%	GÂMBIA	8	0,00%
IRLANDA	192	0,00%	GHANA	3	0,00%
ISLÂNDIA	45	0,00%	GUINÉ-BISSAU	713	0,01%
ITÁLIA	8 481	0,17%	GUINÉ-CONACRY	5	0,00%
JUGOSLÁVIA, REP. FED.	38	0,00%	GUINÉ EQUATORIAL	1	0,00%
LIECHTENSTEIN	524	0,01%	LESOTO	200	0,00%
LUXEMBURGO	65 000	1,34%	LIBÉRIA	1	0,00%
MÓNACO	1 000	0,02%	MALAWI	262	0,01%
NORUEGA	713	0,01%	MALI	9	0,00%
POLÓNIA	214	0,00%	MARROCOS	505	0,01%
REINO UNIDO E ILHAS DO CANAL	250 000	5,14%	MAURÍCIAS, ILHAS	25	0,00%
ROMÉNIA	123	0,00%	MAURITÂNIA	5	0,00%
RÚSSIA	24	0,00%	MOÇAMBIQUE	15 615	0,32%
SUÉCIA	2 526	0,05%	NAMÍBIA	1 027	0,02%
SUIÇA	160 672	3,30%	NÍGER	6	0,00%
			NIGÉRIA	72	0,00%
<b><u>AMÉRICA</u></b>	<b>2 804 478</b>	<b>57,68%</b>	QUÉNIA	500	0,01%
ANTÍGUA E BARBADA	25	0,00%	S. TOMÉ e PRÍNCIPE	655	0,01%
ANTILHAS HOLANDESAS	2 540	0,05%	SENEGAL	202	0,00%
ARGENTINA	12 500	0,26%	SUAZILÂNDIA	1 104	0,02%
ARUBA	500	0,01%	SUDÃO	3	0,00%
BARBADOS	90	0,00%	TANZÂNIA	1	0,00%
BERMUDA	2 000	0,04%	TOGO	4	0,00%
BOLÍVIA	40	0,00%	TUNÍSIA	92	0,00%
BRASIL	700 000	14,40%	ZÂMBIA	64	0,00%
CANADÁ	506 270	10,41%	ZIMBABWE	2 346	0,05%
CHILE	150	0,00%			
COLÔMBIA	214	0,00%	<b><u>ÁSIA</u></b>	<b>155 222</b>	<b>3,16%</b>
COSTA RICA	20	0,00%			
CUBA	57	0,00%	ARÁBIA SAUDITA	134	0,00%

**ANEXO V – Diáspora Portuguesa**

DOMINICA	15	0,00%
DOMINICANA, REP.	40	0,00%
EQUADOR	303	0,01%
E.U.A.	1 177 112	24,21%
GRENADA	15	0,00%
GUIANA	20	0,00%
JAMAICA	75	0,00%
MARTINICA	25	0,00%
MÉXICO	250	0,01%
MONTSERRAT	10	0,00%
NICARÁGUA	16	0,00%
PANAMÁ	110	0,00%
PERU	574	0,01%
PORTO RICO	200	0,00%
ST. KITTS	25	0,00%
ST. LÚCIA	20	0,00%
S. VICENTE	12	0,00%
TRINDADE E TOBAGO	50	0,00%
URUGUAI	1 200	0,02%
VENEZUELA	400 000	8,23%
<b><u>OCEANIA</u></b>	<b>31 690</b>	<b>0,65%</b>
AUSTRÁLIA	31 490	0,65%
NOVA ZELÂNDIA	200	0,00%

BAHRAIN	32	0,00%
BANGLADESH	1	0,00%
CHINA	127	0,00%
COREIA DO SUL	15	0,00%
EMIRADOS ÁRABES UN.	157	0,00%
FILIPINAS	72	0,00%
HONG-KONG	11 300	0,23%
IÊMEN	1	0,00%
ÍNDIA	1 368	0,03%
INDONÉSIA	14	0,00%
IRÃO	5	0,00%
IRAQUE	4	0,00%
ISRAEL	64	0,00%
JAPÃO	338	0,01%
JORDÂNIA	4	0,00%
KOWEIT	3	0,00%
LÍBANO	8	0,00%
MACAU	140 000	2,88%
MALÁSIA	42	0,00%
OMAN	4	0,00%
PAQUISTÃO	16	0,00%
QATAR	4	0,00%
SINGAPURA	67	0,00%
SÍRIA	2	0,00%
SRI LANKA	5	0,00%
TAILÂNDIA	192	0,00%
TIMOR	1 200	0,02%
TURQUIA	33	0,00%
VIETNAME	10	0,00%
<b><u>TOTAL GERAL</u></b>	<b>4 862 093</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Adaptado de Dados Estatísticos sobre as Comunidades Portuguesas (2009).